

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**A REIVENÇÃO POLÍTICA DO MST:**  
UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA DO  
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA AO  
LONGO DA SUA HISTÓRIA

**FÁBIO JÚNIOR LOPES**

**MARÍLIA - SP**  
**2004**

**FÁBIO JÚNIOR LOPES**

**A REIVENÇÃO POLÍTICA DO MST  
UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA DO  
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA  
AO LONGO DA SUA HISTÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – Campus de Marília, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais..

*Orientadora:* **Profa. Dra. Célia Aparecida Ferreira Tolentino**

**MARÍLIA - SP  
2004**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dra. Célia Aparecida Ferreira Tolentino  
Orientadora

---

Dra. Maria Antônia de Souza

---

Dr. José Geraldo Alberto B. Poker

**SUPLENTES:**

---

Dra. Mirian Cláudia L. Simonetti

---

Dra. Maria José de Rezende

Marília, 30 de setembro de 2004

*Dedico este trabalho aos  
meus pais e à minha  
companheira Paula.*

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, à Paula Graciele Rodrigues, minha amiga e companheira, e, acima de tudo, meu grande amor, por estar sempre ao meu lado, nos momentos bons e ruins. Sua presença, seu incentivo e carinho foram fundamentais para superar as barreiras que foram surgindo ao longo desse trabalho.

Agradeço também a todos meus familiares: meus pais (Paulo e Nice Lopes), meus irmãos, sobrinhos, sobrinhas, avôs e avós.

À professora-orientadora-mãe Célia Aparecida Ferreira Tolentino, a quem conheço desde meu primeiro ano de Graduação e com quem divido os méritos desse trabalho. Muito obrigado pela paciência.

À minha professora e amiga Mirian Lourenção Simonetti e toda sua família, por quem nutro grande respeito e carinho.

À todos meus amigos: Tanabi, Gato Preto, Militinha, Zé da Corda, Coceira, Leon, Tramela, Rogério (gráfica), Dayz, Lucinei, Cledilson, Ivan, Paulão Negão, Paty.

À equipe do CPEA (Centro de Pesquisa e Estudos Agrários), pelo carinho e amizade.

Ao meu amigo-irmão Ulisses Góes, por me fazer compreender que o amor e a amizade superam barreiras que parecem intransponíveis.

Aos funcionários da UNESP, pelo trabalho e companheirismo.

E a todos que de maneira direta e indireta contribuíram para a elaboração desse trabalho.

## RESUMO

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) tem demonstrado, ao longo de sua trajetória, uma capacidade surpreendente de ‘reinventar-se politicamente’, segundo as variações conjunturais. Através dessa sua característica, o Movimento tem conseguido manter-se ativo no cenário de debates políticos sobre a Reforma Agrária no Brasil desde meados da década de 80. Percebemos, no entanto, que a proposta e a concepção de Reforma Agrária do MST foram se transformando de acordo com as conjunturas. Pretendemos, então, neste trabalho, analisar as diferentes percepções de Reforma Agrária do MST ao longo de sua existência, demonstrando como este movimento, nas diferentes conjunturas e em contato com diferentes interlocutores, tem colocado o debate sobre o tema. Faremos isso, reconstruindo a história do MST a partir de seus Congressos e Encontros Nacionais, pois são neles que as lideranças definem o Programa de Reforma Agrária do Movimento, num processo de criação, incorporação e modificação de princípios e objetivos de acordo com a conjuntura.

**Palavras-Chave:** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Reforma Agrária  
- conjuntura

## ABSTRACT

The MST (Landless Workers Movement) has demonstrated, throughout its trajectory, a surprising capacity of ‘reivent itself politically’, according to conjunctural variations. Through this its characteristic, the Movement has obtained to remain active in the scene of politicians discussions on the Agrarian Reformation in Brazil since middle of the decade of 80. We perceive, however, that the proposal and the conception of the Agrarian Reformation of the MST had been if transforming in accordance with the conjunctures. We intend, then, in this work, to analyze the different perceptions of the Agrarian Reformation of the MST throughout its existence, being demonstrated as this movement, in the different conjunctures and contact with different interlocutors, has placed the discussion on the subject. We will make this, reconstructing the history of the MST from its National Congresses and Meeting, therefore they are in them that the leaderships define the Program of the Agrarian Reformation of the Movement, in a process of creation, incorporation and modification of principles and objectives in accordance with the conjuncture.

**Key-Words:** Landless Workers Movement – Agrarian Reformation – conjuncture.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	p. 10
<b>CAPÍTULO 01 – Gestação e Nascimento do MST: Reforma Agrária Contra o Modelo de Desenvolvimento Agropecuário do Regime Militar</b> .....	p. 16
1- O Regime Militar e a Moderniza�o Conservadora.....	p. 17
2- A Presença da Igreja Católica no Conflito Fundiário.....	p. 28
3- Nascimento do MST: Reforma Agrária contra a Ditadura Militar.....	p. 37
3.1- Gesta�o e Nascimento do MST.....	p. 37
3.2- Primeiro Encontro Nacional: ‘formaliza�o’ do MST.....	p. 41
3.3- Uma Reforma Agrária contra o Regime Militar e com valores religiosos.....	p. 45
3.4- A busca da autonomia.....	p. 51
<b>CAPÍTULO 02 – Democracia e Ocupa�o: a Reforma Agrária do MST no início da Nova República</b> .....	p. 55
1- O Primeiro Congresso Nacional do MST: Reforma Agrária, Democracia e Ocupa�o.....	p. 57
2- PNRA: a Reforma Agrária do Governo Sarney.....	p. 62
3- Assembléia Nacional Constituinte: a Reforma Agrária na nova Constitui�o.....	p. 68
4- UDR: a Força do Latifúndio.....	p. 72
5- A Expansão do MST e Encontros Nacionais: Novas Mudanças no Final da Década.....	p. 78
<b>CAPÍTULO 03 – ‘Ocupar, Resistir e Produzir’: a Reforma Agrária do MST nos Governos Collor/Itamar</b> .....	p. 88
1- Collor <i>Versus</i> MST.....	p. 89
1.1- Programa da Terra: uma Reforma Agrária não realizada.....	p. 90
1.2- Collor: o novo inimigo do MST.....	p. 93
2- O Segundo Congresso Nacional do MST: ‘ <i>Ocupar, Resistir e Produzir</i> ’.....	p. 95
2.1- A crise do MST: incertezas ideológicas e produ�o.....	p. 99
3- A Coopera�o Agrícola do MST nos Assentamentos.....	p. 101
3.1- Desenvolvimento e organiza�o da coopera�o agrícola nos assentamentos.....	p. 103
3.2- Objetivos e características da coopera�o agrícola do MST.....	p. 108
3.3- Críticas e problemas da coopera�o agrícola do MST.....	p. 110
4- Governo Itamar: Diálogo e Transi�o.....	p. 118



<b>Capítulo 04- A Reforma Agrária do MST no Fim do Milênio: Uma Luta Contra o Projeto Neoliberal</b> .....	p. 124
1- “ <i>Reforma Agrária: Uma Luta de Todos</i> ”: Reforma Agrária e MST no Primeiro Mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998).....	p. 127
1.1- A Reforma Agrária no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso.....	p. 128
1.2- Terceiro Congresso Nacional do MST.....	p. 132
1.3- Ocupações e Manifestações.....	p. 137
1.4- Expansão do MST.....	p. 143
2- “ <i>Reforma Agrária: Por Um Brasil Sem Latifúndio</i> ”: Reforma Agrária e MST no Segundo Mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002).....	p. 148
2.1- ‘Novo Mundo Rural’: a nova Reforma Agrária de Fernando Henrique Cardoso.....	p. 149
2.2- Dificuldades e refluxo do MST.....	p. 155
2.3- Quarto Congresso Nacional do MST: Reforma Agrária contra o latifúndio e contra o modelo neoliberal de desenvolvimento.....	p. 161
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	p. 169
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	p. 179
<b>ANEXOS</b> .....	p. 187

## INTRODUÇÃO

É praticamente impossível discutir atualmente no Brasil a questão agrária sem mencionar o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Nesses seus 20 anos de existência, o Movimento tornou-se o principal interlocutor dos debates referentes à Reforma Agrária, colocando-a na pauta da agenda política nacional.

Considerado como um dos mais expressivos movimentos sociais<sup>1</sup> já existentes no Brasil, o MST expandiu-se praticamente por todo o território nacional, conseguindo arregimentar e organizar milhares de trabalhadores rurais sem-terra.

Hoje, sua sigla (MST), seus ícones públicos (principalmente as camisas e bandeiras vermelhas) e suas ações são conhecidos por todo o país e também pelo mundo, tornando-o referência nas questões inerentes à luta pela terra e pela Reforma Agrária.

É inegável, no entanto, que o MST, ao longo de sua existência e desenvolvimento, foi transformando, de acordo com as conjunturas, sua proposta de Reforma Agrária. Se, nos primeiros anos de sua formação (segunda metade da década de 80), a luta pela Reforma Agrária pautava-se amplamente na conquista da terra, sendo a sua realização essencial para se combater o modelo de desenvolvimento capitalista da agricultura implementado durante o Regime Militar e para a construção da democracia brasileira, ela (Reforma Agrária), no limiar do novo século, despontava como um instrumento de contestação à política neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso e alternativa para solucionar os problemas advindos dessa política. Desse modo, para o MST, fazer Reforma Agrária em 1984 tinha um significado diferente do fazer Reforma Agrária no ano 2000.

Tal mudança revela uma característica metamórfica do MST (uma grande capacidade de “*reiventarse politicamente*”, menciona Navarro (2002a))

---

<sup>1</sup> Tomamos como referência de movimento social neste trabalho o conceito desenvolvido por Gohn, que os entende como “*ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas*” (GOHN, 2003, p. 13).

que, sem se prender a um programa e discurso ‘fechados’, vai alterando sua proposta de Reforma Agrária, de acordo com as conjunturas, abandonando alguns princípios e incorporando novos elementos que justifiquem a atualidade da luta.

É com essa flexibilidade que o MST pôde, nos diversos conflitos que manteve com seus inúmeros interlocutores, assumir posições novas em conjunturas diferentes, mostrando uma grande capacidade para manter-se no centro do debate e não cair no anacronismo.

E é justamente essas ‘ginásticas políticas’ efetuadas pelo MST que queremos focar neste nosso trabalho. Nosso principal objetivo é analisar as diferentes percepções de Reforma Agrária do MST ao longo de sua existência, tentando apreender as diversas formas assumidas pelo discurso do Movimento em relação a essa bandeira.. Ou seja, pretendemos discutir como o MST, nas diferentes conjunturas e em contato com diferentes interlocutores, tem colocado o debate da Reforma Agrária.

É importante frisarmos que, no nosso entender, essas variações em relação ao projeto de Reforma Agrária, que ocorre em acordo com as diferentes conjunturas, são produzidas pelo corpo dirigente principal do Movimento e, só então, são difundidas para as bases (acampados e assentados) e para a sociedade civil através dos seus militantes. Tratam-se, portanto, de “*ideologias de reforma agrária*”, produzidas pelos dirigentes do MST nas diferentes conjunturas e usadas nos discursos internos e externos do Movimento. Nosso trabalho, centrar-se-á basicamente nos discursos externos do MST, ou seja, nos programas de Reforma Agrária elaborados durante os Congressos e Encontros Nacionais e divulgados para toda a sociedade e nos principais embates que o Movimento travou com os diversos interlocutores ao longo de sua história.

Por outro lado, entendemos também que essas diferentes concepções de Reforma Agrária produzidas pelas lideranças do MST nas diversas conjunturas não são compartilhadas na sua totalidade pela base do Movimento. Para os acampados e assentados a Reforma Agrária, de uma forma geral, limita-se à questão da conquista da terra e dos meios necessários para viabilizá-la

(crédito, infra-estrutura etc). Portanto, as concepções de Reforma Agrária que aqui enfocaremos durante todo o nosso trabalho não refletem a percepção do MST como um todo, mas sim das lideranças, que as produzem, e dos militantes, que as repassam. Ou seja, o foco de nosso trabalho dirige-se quase exclusivamente à organização e seu corpo diretivo, suas estratégias de ação e seu repertório de escolhas e decisões ao longo do período analisado.

Para realizar o objetivo por nós proposto acima, acompanharemos, então, como já indicamos, as principais mudanças realizadas no programa e na proposta de Reforma Agrária do MST, reconstituindo a história do Movimento a partir de seus Congressos e Encontros Nacionais<sup>2</sup>, pois são neles que as lideranças definem o programa de Reforma Agrária do Movimento, num processo de criação, incorporação ou modificação de princípios e objetivos de acordo com a conjuntura.

Dessa forma, utilizando-se desse procedimento, dividiremos a história do MST em quatro momentos principais: um primeiro período de gestação e formação, que vai de 1979 à 1984, onde a Reforma Agrária é vista pelo ainda gérmen do Movimento como uma forma de se combater a política de desenvolvimento agropecuário efetuado pelo Regime Militar; um segundo período, que vai de 1985 à 1990, onde a Reforma Agrária é enfocada pelo Movimento como uma necessidade para a construção e consolidação da nascente democracia; um período posterior, que vai de 1990 à 1994, marcado por uma luta mais interna de viabilização dos assentamentos de Reforma Agrária, principalmente da produção; e, por fim, o período de 1994 à 2002, onde, como já dissemos, a Reforma Agrária defendida pelo MST tornou-se um instrumento de contestação à política neoliberal e alternativa para solucionar os principais problemas advindos dessa política.

Nossa dissertação, então, estruturar-se-á nesses quatro momentos principais da história do MST, abordando, dentro de cada período, o objetivo por nós proposto acima.

---

<sup>2</sup> O MST realizou até hoje 12 Encontros e 4 Congressos Nacionais.

No Capítulo 1 enfocaremos o processo de formação e organização do MST, abordando os principais acontecimentos que o marcaram. Mostraremos que esse processo ocorre, em parte, como consequência da forma como foi promovido o desenvolvimento do capitalismo no campo pelos governos militares, resultando na aliança entre capital e grande propriedade rural e na marginalização dos trabalhadores rurais. Faremos, então, uma análise dos principais aspectos da política de desenvolvimento agropecuário instaurada pelo Regime Militar e suas consequências para a questão agrária e para a posterior formação do Movimento. Abordaremos, posteriormente, o papel decisivo desempenhado pela Igreja Católica no processo de enfrentamento do Regime Militar, destacando a sua contribuição fundamental para a organização das lutas dos trabalhadores rurais e para a formação do MST. Por fim, destacaremos os principais acontecimentos que marcaram a formação do Movimento e finalizaremos com uma análise da Reforma Agrária defendida pelo MST nesse momento.

No capítulo 2, veremos como o MST efetua sua primeira ‘ginástica política’, inserindo a luta pela Reforma Agrária como um dos elementos centrais para a consolidação da democracia nascente e elegendo a ocupação como a grande forma de luta do Movimento. Nesse capítulo, abordaremos, primeiramente, o Primeiro Congresso Nacional do MST e as principais resoluções aí ocorridas, enfatizando as mudanças na proposta de Reforma Agrária do Movimento. Posteriormente, enfocaremos como essa luta pela Reforma Agrária ocorre ao longo do governo Sarney (1985-1989), destacando os debates do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), da Assembléia Constituinte e o embate com a União Democrática Ruralista (UDR). Por fim, mostraremos o crescimento e a expansão do MST por vários estados do Brasil, bem como algumas transformações ocorridas no Movimento e na sua proposta de Reforma Agrária, realizadas nos Encontros Nacionais do MST no decorrer dos debates sobre a questão agrária na Nova República.

No capítulo 3, por sua vez, mostraremos uma nova fase da luta pela Reforma Agrária do MST, centrada principalmente nos assentamentos de

Reforma Agrária, dando enfoque principal à questão da viabilização da produção no interior dos mesmos. Nesse intuito, enfocaremos o embate MST *versus* governo Collor, mostrando, para isso, a proposta de Reforma Agrária e o tratamento dado à questão agrária por esse governo, bem como a percepção que o MST tinha do novo governo. Também abordaremos como o MST passou a lidar com essa nova conjuntura e as mudanças realizadas na sua perspectiva de Reforma Agrária, utilizando-nos, para este fim, das principais resoluções do II Congresso Nacional e dos Encontros Nacionais realizados pelo MST no período (1990-1994). Analisaremos ainda os pontos principais da cooperação agrícola desenvolvida pelo MST nos assentamentos e finalizaremos com um pequeno balanço da questão da Reforma Agrária (dando ênfase à sanção das Leis Agrária e do Rito Sumário das Desapropriações) e do MST no período do governo Itamar Franco, onde começa a aparecer mais claramente as medidas de cunho neoliberal.

No capítulo 4, englobaremos a luta pela Reforma Agrária do MST nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995 à 1998 e 1999 à 2002). Mostraremos que, nessa nova conjuntura, a Reforma Agrária defendida pelo MST tornou-se um instrumento de contestação à política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso e alternativa para solucionar as principais mazelas sociais decorrentes dessa política. Dividiremos, para fins de análise, esse capítulo em duas partes: na primeira, englobaremos o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), onde o MST teve um crescimento expressivo das suas ações. Buscaremos explicar as razões do crescimento do MST nesse período, realizando um pequeno balanço de como o governo Fernando Henrique Cardoso tratou a questão da Reforma Agrária nesse momento, quais foram as principais resoluções dos Congressos e Encontros do MST realizados nesses anos, bem como as principais ações desenvolvidas pelo Movimento na sua luta pela Reforma Agrária contra o projeto neoliberal. Na segunda parte, trataremos do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), onde o MST sofreu um refluxo nas suas ações. Analisaremos as principais causas desse refluxo, tentando englobar, assim como no período anterior, as ações e resoluções do governo e do Movimento com relação à Reforma Agrária.

Por fim, faremos algumas observações finais quanto aos possíveis desdobramentos dessa capacidade do MST de 'reinventar-se politicamente', de acordo com a conjuntura vivenciada. Mostraremos que, apesar dela ser a responsável por manter o Movimento no centro nacional do debate sobre a Reforma Agrária e manter esse tema atual no cenário de debates políticos da sociedade brasileira, muitos autores consideram que as 'ginásticas políticas' efetuadas pelo MST no seu programa de Reforma Agrária e as modificações estruturais no interior do Movimento delas decorrentes, acabaram por transformar o MST numa organização com fins estritamente políticos-partidários. Veremos, então, as principais críticas feitas a esse respeito e as respostas efetuadas pelas lideranças ou intelectuais do Movimento.

## **CAPÍTULO 01**

### **GESTAÇÃO E NASCIMENTO DO MST: REFORMA AGRÁRIA CONTRA O MODELO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO REGIME MILITAR**

O processo de gestação do MST, de acordo com Fernandes (2000), aconteceu de 1979 a 1984, num momento de declínio do Regime Militar e de transição política, culminando com sua fundação oficial em janeiro de 1984, durante o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado na cidade de Cascavel/PR.

Esse processo foi marcado por inúmeras lutas de resistência dos trabalhadores rurais contra a expropriação, a expulsão e o trabalho assalariado (conseqüências diretas da modernização agropecuária efetuada pelos governos militares a partir de 1964). Tais lutas, que aconteciam por todo o Brasil, tiveram o apoio e participação da Igreja Católica, principalmente de seus setores progressistas, que, através de seu trabalho pastoral (fundamentalmente desenvolvido pela CPT – Comissão Pastoral da Terra - e pelas CEBs – Comunidades Eclesiais de Base), passou a mobilizar e organizar as populações pobres marginalizadas no campo e nas cidades para reivindicarem seus direitos e participarem da luta política.

Neste capítulo, analisaremos essa primeira fase da história do MST. Abordaremos, primeiramente, os principais aspectos conjunturais que influenciaram o processo de formação do MST, e, posteriormente, enfocaremos esse processo em si, mostrando como a Reforma Agrária estava colocada pelo Movimento nesse período.



## 1- O REGIME MILITAR E A MODERNIZAÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

A política de desenvolvimento agropecuário efetuada pelos governos militares representou um marco na questão agrária brasileira<sup>3</sup>, pois ela promoveu ou, nos lugares onde ela já ocorria, intensificou a modernização do campo.

Entretanto, isso não se deu através da realização de uma reforma agrária que apontasse para a modernização econômica e para a aceleração do desenvolvimento capitalista na agricultura (como ocorreu nos países de desenvolvimento capitalista ‘clássico’), mas sim através da associação entre o grande capital e a propriedade da terra. Ou seja, convertendo os grandes

---

<sup>3</sup> Entendemos por questão agrária, conforme conceituação de Graziano da Silva (1986) e de Corazza e Martinelli Jr. (s/d), os temas ligados às transformações das relações de produção/propriedade vigentes no campo e às formas de expansão do capitalismo no meio rural, tendo como principais indicadores a maneira como se organiza o trabalho e a produção, o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais, a produtividade das pessoas ocupadas no campo etc.

Segundo Corazza e Martinelli Jr., o debate clássico da questão agrária, que englobava o tema da questão camponesa (discussão sobre a estrutura da classe camponesa, sobre a possibilidade ou não de sobrevivência da pequena propriedade camponesa dentro do modo de produção capitalista), surgiu da divergência que ocorria na denominada ‘Escola de Organização da Produção’ entre descendentes dos pensadores populistas russos, dos quais Alexander Chayanov era o principal expoente, e a corrente marxista liderada por Kautsky e Lenin. Ainda segundo esses autores, enquanto que os populistas russos defendiam que as leis gerais de acumulação do capital e da dissolução/transformação de sistemas produtivos não tipicamente capitalistas não seriam válidas para a economia familiar camponesa, podendo esta permanecer à parte e em equilíbrio nos interstícios das relações produtivas capitalistas, os marxistas entendiam que as leis do capitalismo eram tendências gerais, não havendo razão para supor que a forma de produção camponesa e familiar ficasse incólume e/ou apresentasse atributos econômicos e sociais superiores no processo de expansão do capital (CORAZZA; MARTINELLI JR., s/d, p. 13). Para os marxistas, conforme observação de Prieb, a tendência era que os camponeses se pauperizassem e se proletarizassem com o desenvolvimento do capitalismo, ou seja, a penetração do capitalismo no campo implicaria na destruição e incorporação da agricultura camponesa à agricultura capitalista (PRIEB, 1997, p. 12).

No Brasil, o debate acerca da questão agrária, segundo Kageyama, ganha corpo no final dos anos 50, quando vários intelectuais participaram intensamente das discussões, tendo como pano de fundo o debate sobre os rumos, condições e possibilidades do desenvolvimento brasileiro. As principais contribuições geradas nesse período (Ignácio Rangel, Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Jr. e Celso Furtado), segundo esta autora, são hoje consideradas clássicas na literatura econômica nacional e fundamentais para a compreensão desse tema (KAGEYAMA, 1993, p. 05).

Mais recentemente, Martins também desenvolveu uma série de contribuições acerca desse tema. Para ele, a questão agrária, de uma forma geral, surge em consequência do obstáculo que a propriedade territorial e o pagamento da renda da terra ao proprietário representa para a reprodução ampliada do capital e a acumulação capitalista na agricultura. No Brasil, por sua vez, a questão agrária, na sua opinião, despontou quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, foi “*enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário de terra*”. Desse modo, para ele, como a propriedade da terra se tornou um instrumento da criação artificial de um exército industrial de reserva, necessário para assegurar a exploração da força de trabalho e acumulação, a questão agrária foi ganhando visibilidade “*à medida que escasseavam as alternativas de reinclusão dos expulsos da terra*” (MARTINS, 1997a, p. 12).

capitalistas também em proprietários de terras, conforme nos indica Martins (1994), o Regime Militar investiu, através de incentivos fiscais, na modernização dos latifúndios, afastando a alternativa de uma reforma agrária radical que levasse à expropriação dos grandes proprietários de terra com a sua conseqüente substituição por uma classe de pequenos proprietários e pela agricultura familiar. Com isso, comprometeu os grandes capitalistas com a propriedade fundiária.

Essa modernização de caráter eminentemente conservador, ancorada por um regime ditatorial que reprimia e impedia a participação dos setores populares, trouxe várias conseqüências para os desdobramentos posteriores da questão agrária brasileira – e até mesmo para os rumos do desenvolvimento capitalista no Brasil -, influenciando de forma direta na formação e criação do MST. Porém, antes de adentrarmos nas conseqüências, apresentaremos, de maneira sucinta, os principais aspectos dessa modernização e suas formas de efetivação.

Com o golpe e a implantação do Regime Militar em 1964 todos os movimentos e organizações dos trabalhadores do campo foram violentamente reprimidos, sob o pretexto da ameaça de uma revolução comunista. O governo militar promoveu uma verdadeira ‘caçada’ às lideranças dos trabalhadores rurais, sendo muitas presas, outras exiladas e várias assassinadas. Para Martins (1994), isso ocorreu porque no Brasil, diferentemente do que ocorreu em outras sociedades, a falta de uma burguesia industrial ou moderna - suficientemente forte e consciente de seus interesses, que pudesse levar adiante reformas sociais que não afetassem as suas opções políticas e ideológicas fundamentais - fazia com que as tensões no campo viabilizassem e fortalecessem a ação de diferentes grupos de esquerda, que representavam e protagonizavam mudanças sociais e políticas radicais. Desse modo, para esse autor, a reforma agrária, sem um controle central do Estado e sob a influência dos grupos de esquerda, representava para os grupos conservadores o perigo comunista e não um elemento de modernização econômica e social, como aconteceu em outros países.

Por isso, logo que tomou posse, o governo militar, tendo o Mal. Castelo Branco à sua frente, lançou seu programa de Reforma Agrária, criando o chamado Estatuto da Terra<sup>4</sup>. Este Estatuto, que segundo a visão de Oliveira (1988) era a maneira encontrada pelos militares para “*promover a reforma agrária dentro da justiça social e sem o toque vermelho dos partidos comunistas*” (OLIVEIRA, 1988, p. 32), trazia o seguinte conceito de reforma agrária:

Considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visem a promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e o aumento da produtividade” (Estatuto da Terra, Lei 4.504/64, Art. 1º, § 1º).

O Estatuto da Terra foi considerado por muitos estudiosos como avançado para a época<sup>5</sup>, pois indicava, em princípio, segundo Martins (1994), através de critérios bastante precisos de desapropriação baseados no uso e extensão da propriedade, uma reforma agrária orientada para a modernização econômica e para a aceleração do desenvolvimento capitalista na agricultura. Martins até mesmo menciona:

(O Estatuto da Terra) foi a resposta da ditadura à luta pela reforma agrária, resposta competente que condicionou todos os desdobramentos posteriores da política agrária e da própria luta pela terra. Ainda hoje, quando o MST ocupa terras o faz com base num pressuposto do Estatuto, o de que são potencialmente destinadas à desapropriação para a reforma agrária as terras do latifúndio e latifúndio improdutivo (...) O que havia de mau no Estatuto não era do Estatuto: era do regime político, que o propunha como um instrumento da política de segurança nacional (MARTINS, 2000, p. 135).

---

<sup>4</sup> Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, promulgada pelo governo militar do Marechal Castelo Branco.

<sup>5</sup> Ver Martins (2000, p. 135); Oliveira (1988, p. 31-32).

O Estatuto, então, acabou se tornando um instrumento eficiente no desenvolvimento da política agrária dos governos militares, que visava, primeiramente, o controle e administração das lutas pela terra por parte do Estado e, logo em seguida, o desenvolvimento do capitalismo no campo através da modernização dos latifúndios mediante incentivos financeiros.

De fato, como aponta Martins, desde o início do Regime Militar, a estratégia dos governos militares não era combater o latifúndio e fazer uma reforma agrária em benefício dos trabalhadores rurais, pois isso os fortaleceria politicamente (e, juntamente com eles, as alas políticas à esquerda). A própria ditadura, segundo este autor, foi um pacto militar-latifundista para controlar as lutas no campo, que cresceram enormemente no período de 1946 a 1964 e começavam a questionar as bases elementares da dominação até então vigente, apoiada principalmente no monopólio da propriedade da terra<sup>6</sup>:

(...) O golpe de Estado foi dado porque a reforma agrária exigida e necessária solaparia definitivamente a base de sustentação do Estado, do sistema político. A estrutura e a composição política do Estado mudaria. Os grandes proprietários de terra e seus interesses passariam a ter uma participação política no Estado proporcional à sua importância demográfica e não mais artificialmente proporcional à sua descabida importância econômica e fundiária. Os trabalhadores rurais, que nunca tiveram representação política (...) passariam a falar diretamente, em seu próprio nome. O golpe de Estado foi dado, portanto, para evitar a chamada revolução agrária (MARTINS, 1997a, p. 33).

A estratégia dos militares, então, segundo Martins, era domesticar as oligarquias rurais e transformar o latifúndio, através de sua modernização, numa força auxiliar da centralização política, deixando as classes trabalhadoras marginalizadas no processo político. Como ele mesmo enfatiza:

---

<sup>6</sup> A proposta de reforma agrária radical difundida pelas Ligas Camponesas, segundo Martins, ameaçava diretamente o direito da propriedade fundiária e o direito de propriedade em si (MARTINS, 1986, p. 87).

Agora, portanto, já não se trata de combater o latifúndio e fazer a reforma agrária, pois isso representaria o fortalecimento político dos trabalhadores rurais. Agora, trata-se de modernizar o latifúndio, aprofundar o seu caráter capitalista, superar atrasos econômicos. Essa opção de desenvolvimento capitalista implica numa composição de classes inteiramente desfavorável à participação política das classes trabalhadoras, pois diminui o seu papel político (MARTINS, 1986, p. 89).

Através dessa opção de modernização dos latifúndios, marginalizando os trabalhadores em geral do processo político, e de uma política de repressão e violência a qualquer forma de organização e de mobilização no campo<sup>7</sup>, os militares afastavam o temor de uma revolução camponesa. Segundo Martins, até o final da chamada Guerrilha do Araguaia<sup>8</sup>, por volta de 1974, o regime militar entendia que a possibilidade de uma revolução camponesa, ideologicamente consistente, continuava na ordem do dia; por isso tratava a questão agrária como questão militar e não como questão social:

A multiplicação dos conflitos fundiários na Amazônia, mas não só nela, parecia sugerir que os agrupamentos políticos de esquerda tinham acentuada presença no campo e, sobretudo, uma grande capacidade de mobilização, organização e orientação revolucionária das populações rurais. A Guerrilha do Araguaia parecia confirmar esse temor do governo, reforçando, portanto, uma compreensão da questão agrária, em que ela aparecia antes como questão militar e não como questão social (MARTINS, 1994, p. 81).

---

<sup>7</sup> Martins, em seus estudos, mostra que a repressão dos militares aos movimentos e mobilizações no campo estava baseada na doutrina do cerco e aniquilamento: “*de um lado, circunscrevê-los e desativá-los, pela força e pela coação moral; de outro lado, identificar e aniquilar as lideranças*” (MARTINS, 1994, p. 81).

<sup>8</sup> Segundo Gohn, a Guerrilha do Araguaia teve início em 1967, no estado de Goiás, e durou até 1974. O movimento, segundo esta autora, foi, no início, uma associação entre posseiros e pequenos lavradores com militantes do PC do B. “*Esses últimos tentaram estabelecer uma base para a luta contra o regime militar. Nos anos 70 entraram em luta armada contra o Exército que mobilizou 20 mil soldados para combater os 86 membros do partido que lá estavam. Quinze guerrilheiros morreram e 51 desapareceram*” (GOHN, 1995, p. 106).

Diante desse temor, o Regime Militar, através do Estatuto da Terra, utilizou-se da ocupação de regiões pioneiras para diminuir as tensões das áreas onde os conflitos eram mais intensos, promovendo projetos de colonização principalmente na região amazônica:

O Estatuto estabelece como ponto essencial da redefinição fundiária a colonização das áreas novas, mediante remoção e assentamento de lavradores desalojados pela concentração da propriedade ou removidos de áreas de tensão. A grande extensão disponível seria justamente a da região amazônica e partes do centro-oeste, sobretudo MT (MARTINS, 1995, p. 96-97).

Agindo dessa forma, o Regime Militar, segundo Martins (1995), fazia com que a reforma agrária fosse uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar os trabalhadores rurais sempre e onde o problema da terra se tornava tenso, oferecendo riscos políticos. Desse modo, os militares impediam que a questão agrária se transformasse numa questão nacional, política e de classes.

Porém, essa única válvula de reforma agrária foi fechada quando os militares, seguindo a tendência de modernização do campo através do acasalamento entre capital e grande propriedade rural, estabeleceram uma política de subsídios para estimular a implantação de empresas industriais e agropecuárias na região amazônica. Ou seja, áreas inicialmente destinadas aos pequenos trabalhadores rurais, deslocados das regiões de maior tensão na disputa pela terra, passam a ser destinadas também a grandes grupos econômicos, estimulados pelos incentivos fiscais e pela especulação imobiliária.

Para Martins (1994), essas novas medidas só puderam ser tomadas quando, com o aniquilamento final da Guerrilha do Araguaia, os militares passaram a acreditar que a possibilidade de uma revolução comunista apoiada na inquietação camponesa e nos conflitos fundiários era reduzida ou nula e que a questão agrária poderia ser resolvida pela repressão. Tais medidas, ainda segundo Martins, afastava o governo militar de qualquer tentativa de solucionar a grave

questão social no campo, especialmente na própria região amazônica, onde os conflitos sangrentos se multiplicavam.

Foi então, segundo Martins, a partir desse momento que os militares, que até aquele instante tinham desenvolvido uma política insegura, e até mesmo ambígua, em relação à questão agrária devido ao temor de uma revolução camponesa, passaram a consagrar a renda fundiária como um dos fundamentos do processo de acumulação. O governo, a partir daí, “*embarca de vez numa política de empresarialização da agricultura, de incentivos, de proliferação de empresas rurais, sobretudo grandes empresas, sendo radicalmente favorável à expropriação das populações rurais e à implantação da grande empresa capitalista no campo*” (MARTINS, 1985, p. 117).

O que vemos, portanto, é que no Brasil os militares conseguem promover a modernização técnica no campo sem mexer na estrutura fundiária, ou seja, sem modificar o regime de propriedade da terra. Desse modo, como aponta Martins (1994), a renda da terra, grande entrave ao desenvolvimento capitalista, não é suprimida e nem atenuada; para compensar o ônus que ela representava, subsidiava-se o lucro através de incentivos fiscais. Os incentivos fiscais, principalmente o crédito subsidiado, tornaram-se, assim, os principais instrumentos de promoção da modernização no campo. É o que também constata Martine em seu trabalho:

(...) o principal instrumento utilizado para promover a industrialização do campo foi o crédito agrícola subsidiado (...) a concessão de crédito altamente subsidiado e vinculado à utilização de insumos e práticas pré-determinadas induziu a um padrão de modernização ‘compulsória’, capaz de obter resultados significativos em pouquíssimo tempo (MARTINE, 1991, p. 10).

Essa modernização efetuada pelos governos militares, denominada por vários estudiosos de modernização conservadora<sup>9</sup>, conseguiu, então, através de

---

<sup>9</sup> Segundo Leite (1995), convencionou-se designar por ‘modernização conservadora’ da agricultura brasileira “*ao conjunto de políticas e processos relacionados ao campo e implementados subseqüentemente ao golpe militar*”. Para ele, esse conjunto de políticas e processos inseria-se num

incentivos fiscais e de crédito subsidiado, modernizar os latifúndios na sua base técnica de produção. Houve, com isso, uma modernização da agricultura, consubstanciada na adoção de um padrão tecnológico calcado basicamente no binômio química mineral/mecanização, no aumento da produção e da produtividade e no desenvolvimento de um modelo agro-industrial exportador (cadeias e complexos agro-industriais).

A modernização que ocorreu no plano tecnológico e econômico, no entanto, como nos alerta Martins, não foi acompanhada de uma modernização no plano societário e político. Ao contrário, a modernização conservadora levada a cabo pelos governos militares, segundo este autor, acabou comprometendo a mentalidade dos capitalistas com os interesses do latifúndio:

A ditadura não conseguiu modernizar a cabeça e a realidade social dos grandes proprietários de terra nem acabar com o latifúndio, apesar de ter promovido associações econômicas historicamente significativas entre o capital e a propriedade da terra. Ao invés da expansão capitalista no campo ter modernizado a mentalidade política dos grandes proprietários, acabou comprometendo a mentalidade dos capitalistas com os interesses do latifúndio. Ao invés de ter promovido a modernização da estrutura política, comprometeu-a com mecanismos poderosos de reprodução de sua rigidez e de sua impermeabilidade a reformas sociais e políticas de que o país necessita para de fato entrar no mundo moderno (MARTINS, 1997a, p. 34).

Desse modo, o Brasil conseguiu, através da modernização conservadora, avanços importantíssimos na área tecnológica e econômica, mas permaneceu estritamente conservador na área social e política. O resultado, na visão de muitos críticos da modernização conservadora, foi um aumento substancial da marginalização sócio-política e da pobreza, principalmente das

---

modelo padrão de desenvolvimento de cunho nacional-militarista e vigorou até meados dos anos 80, quando houve um esgotamento desse padrão (LEITE, 1995, p. 137).



populações de pequenos trabalhadores rurais. Como nos expõem Graziano da Silva em seu trabalho:

Hoje está claro que o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil (...) criou riqueza em poucas mãos e miséria generalizada (...) O capitalismo brasileiro mostrou no campo uma face do seu desenvolvimento profundamente prejudicial e parasitária, não só do ponto de vista dos trabalhadores, mas também da sociedade no seu conjunto (SILVA, 1986, p. 102).

Além disso, a política de modernização efetuada pelos militares aumentou a concentração de terras e a expropriação de pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e posseiros, provocando, conseqüentemente, um forte êxodo rural. A modernização também afetou as relações de produção no campo, promovendo o crescente assalariamento dos trabalhadores agrícolas. Segundo Martine:

Tanto a mudança na escala de produção<sup>10</sup> trazida pelo novo pacote tecnológico, como a tendência especulativa desencadeada pelo processo de modernização, serviram para acentuar ainda mais a concentração da propriedade da terra, afetando também as relações de produção no campo. Além da mecanização expulsar a mão-de-obra, o espaço de arrendatários, parceiros, posseiros e outros pequenos produtores também ficou reduzido pela 'territorialização do capital'. Isso provocou um forte êxodo rural (de quase 30 milhões de pessoas entre 1960-1980), além do crescente assalariamento da força de trabalho agrícola (...) (MARTINE, 1991, p. 10).

---

<sup>10</sup> Martine refere-se a uma crescente divisão de trabalho no campo provocada pela distribuição social, setorial e espacial dos incentivos e créditos subsidiados: de um lado as grandes propriedades, em terras melhores, tiveram acesso a crédito, subsídios, pesquisa, tecnologia e assistência técnica, a fim de produzir para o mercado externo e para a agroindústria; de outro lado, os pequenos proprietários que foram relegados a terras menos férteis, utilizando práticas tradicionais e explorando a mão-de-obra familiar para subsistir ou produzir um pequeno excedente comercializado nos mercados urbanos, onde o baixo poder de compra das massas também garantiam preços também baixos (MARTINE, 1991, p. 10).

Todas essas mudanças fizeram com que a questão agrária, a partir daí, como nos informa Graziano da Silva, ganhasse novos contornos. Se até o final dos anos 50 e início da década de 60, os vários diagnósticos convergiam, segundo ele, na tentativa de mostrar que a estrutura agrária brasileira extremamente concentrada limitava o processo de industrialização<sup>11</sup> e o próprio desenvolvimento capitalista, sendo responsável pela pobreza e atraso econômico, com o advento da modernização conservadora “*a estrutura agrária continuou concentrada (e até mesmo o grau de concentração aumentou a partir dos anos sessenta), mas houve uma transformação interna – ao nível das relações de produção – que permitiu que a agricultura respondesse às necessidades da industrialização*” (SILVA, 1986, p. 30).

Como nos informa esse mesmo autor:

(...) a expansão da fronteira agrícola, a urbanização acelerada e a industrialização da agricultura acabaram criando simultaneamente a oferta e o mercado consumidor que a industrialização necessitava ... (SILVA, 1986, p. 100).

Nesse contexto, conforme ainda observações de Graziano da Silva, a Reforma Agrária proposta até aquele momento, como uma solução possível para a crise agrária, capaz de alterar a estrutura de posse e uso da terra no Brasil para que pudesse haver um desenvolvimento mais rápido das forças produtivas no campo, não tinha mais sustentação. Não era mais necessário, segundo ele, acabar com os latifúndios e entregá-los a pequenos proprietários para se aumentar a produção/produtividade e promover o desenvolvimento das relações capitalistas no campo:

---

<sup>11</sup> Segundo Silva, o principal argumento utilizado por aqueles que entendiam que a estrutura agrária concentrada atrapalhava o processo de industrialização do país era de que a agricultura brasileira, do modo como estava constituída, não responderia, por um lado, “*às necessidades crescentes de produzir alimentos e matérias-primas de que a industrialização iria necessitar. De outro, que não se elevariam os níveis de renda da população agrícola e, portanto, não se conseguiria um mercado suficiente para consumir os produtos industrializados que se criariam*” (SILVA, 1986, p. 100).

Sabemos que essa reforma agrária não foi feita. Que não houve redistribuição de terras, até pelo contrário: os dados mais recentes mostram que a concentração aumentou e os trabalhadores rurais se tornaram ainda mais miseráveis. E, no entanto, a estrutura agrária brasileira não constituiu empecilho ao processo de industrialização do país (SILVA, 1986, p. 101).

Para Graziano da Silva, no entanto, o desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura brasileira, através da modernização conservadora efetuada pelos militares, conseguiu grandes avanços na solução das questões agrícolas<sup>12</sup>; a questão agrária, por sua vez, para ele, não foi resolvida, sendo agravada pelo modo como se expandiram as relações capitalistas no campo. Ou seja, para o autor, a maneira como o país conseguiu aumentar a sua produção agropecuária e resolver a questão agrícola, causou “*impactos negativos sobre o nível de renda e de emprego da sua população rural*” (SILVA, 1986, p. 11-12).

Em decorrência da permanência da questão agrária como questão iminente, e até do seu agravamento com a forma como se deu a entrada do capitalismo no campo, houve, principalmente a partir da segunda metade da década de 70, um aumento considerável dos conflitos no campo, espalhados por todo o país, envolvendo trabalhadores rurais (pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, pequenos posseiros e trabalhadores rurais sem-terra) de um lado e grandes empresas, grileiros e latifundiários de outro. Mesmo com a repressão e a violência desencadeada pelos militares e pelos grandes proprietários de terras, os trabalhadores rurais, através principalmente das ocupações de terras, começaram a contestar cada vez mais a situação de

---

<sup>12</sup> Silva considera como questão agrícola todos os aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma (o que se produz, onde se produz e quanto se produz), sendo as quantidades e os preços dos bens produzidos variáveis importantes no seu equacionamento (SILVA, 1986, p. 11).

Para Corazza e Martinelli Jr., a questão agrícola está mais fortemente relacionada às teorias do desenvolvimento econômico, sendo identificada, nas abordagens dualistas, com as condições econômicas e produtivas do setor agrícola em desempenhar certos papéis que lhe caberia no processo desenvolvimentista (a capacidade de oferta agrícola, a composição regional e os tipos de produtos ofertados, a capacitação tecnológica do setor, os aspectos comerciais dos mercados domésticos ou internacionais). Nesse sentido, segundo esses autores, ocorre a crise agrícola quando alguns desses papéis cruciais não são desempenhados plenamente, colocando em xeque o processo de desenvolvimento e de acumulação do capital (CORAZZA; MARTINELLI JR., s/d, p. 12).

expropriação e exploração a que estavam submetidos com a efetivação da modernização agrícola promovida pelo regime militar, dando, como veremos, à Reforma Agrária uma nova roupagem.

Nesse processo, é fundamental o papel da Igreja Católica que organizou, apoiou e articulou as diversas lutas que aconteciam no campo. O envolvimento da Igreja Católica na questão agrária, principalmente de seus setores progressistas através da CPT e das CEBs, foi decisivo para a formação do MST. Veremos, então, a seguir como e porque a Igreja Católica, um tradicional aliado das conjunturas conservadoras, mobilizou-se em favor da organização da luta dos trabalhadores rurais e sua importância para a fundação do MST.

## **2- A PRESENÇA DA IGREJA CATÓLICA NO CONFLITO FUNDIÁRIO**

A Igreja Católica, como já mencionamos, teve, principalmente através de seus setores progressistas, uma importante participação na transição do autoritarismo para o regime civil entre 1974 e 1985, atuando no sentido da deslegitimação do Regime Militar e da mobilização e organização de movimentos populares, entre eles o MST, em favor de mudanças.

Porém, a posição dessa instituição quanto à ditadura não estava definida desde o início do Regime Militar. Segundo Martins, de 1964 até 1968 a posição da Igreja era de *“expectativa, de apoio mais ou menos claro, de esperança na aplicação do Estatuto da Terra e de solução dos problemas”* (MARTINS, 1985, p. 118).

Para Mainwaring (1989), o apoio inicial da Igreja ao golpe militar de 1964 foi decorrente do temor de uma insurreição comunista, advinda principalmente do campo, e da desordem social. Por isso, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) manteve-se praticamente muda em relação à repressão desencadeada pelos militares no período de 1964 à 1968, estando, segundo este autor, mais preocupada com sua ordem interna nesse momento do que com a política e com a ação social.

Para Martins, além da motivação anti-comunista, o apoio da Igreja ao golpe era sustentado por uma visão desenvolvimentista do episcopado que já perdurava desde os anos 50, ou seja, na crença de que o desenvolvimento econômico poderia resolver todas as mazelas sociais, principalmente as dos setores rurais, onde a agitação e conflitos estremeciam as bases de sustentação do poder (apoiadas principalmente, como já mencionamos, no monopólio da propriedade da terra). Os militares, através da centralização política e do controle da ordem social, eram, para os católicos, os agentes mais indicados para efetuar de forma eficaz essa política desenvolvimentista.

No período anterior ao golpe militar de 1964, os documentos episcopais indicam que para os bispos o desenvolvimento econômico, e claramente desenvolvimento capitalista, orientando-se no sentido da justa distribuição da riqueza, resolveria o problema da miséria rural e, conseqüentemente, suprimiria a possibilidade do proselitismo e da expansão comunistas entre os camponeses. É justamente nesse sentido que o golpe de Estado, de 31 de março de 1964, foi acolhido pela Igreja (...) (MARTINS, 1994, p. 110).

A partir de 1969, segundo Mainwaring (1989), a Igreja começa a adotar posições mais críticas em relação ao Regime Militar. No entanto, segundo este autor, as críticas abrangiam somente a questão da violação dos direitos humanos, não havendo menção à política-econômica.

É somente a partir de 1973 que a Igreja, enquanto instituição, começa, segundo Martins (1985), a produzir documentos importantes que representam sua tomada de posição. A partir dessa data, a Igreja, como nos indica Mainwaring (1989), se firma nas críticas às violações dos direitos humanos e abusos do Regime Militar e passa a vincular o problema dos direitos humanos às necessidades materiais das classes populares.

A Igreja, então, conforme informação de Bruneau, a partir desse momento, “*definiu para si uma nova missão, ou papel, sintetizada na expressão ‘opção preferencial pelos pobres’*”, que ganha reforço com a Teologia da

Libertação<sup>13</sup>, “*com sua ênfase no envolvimento da Igreja na sociedade e na política em benefício das classes subalternas*” (BRUNEAU, 1987, p. 30).

Mas o que aconteceu à Igreja Católica para se transformar de apoiadora inicial do Regime Militar a um de seus críticos mais fervorosos? O que a levou, como sugere Poker, “*de instituição ‘conservadora’, pretensamente ‘a-política’ e alinhada ao ‘status quo’ vigente no país, a usar de sua estrutura física e dos valores teológicos junto às populações trabalhadoras e pobres, fazendo com que despertassem e passassem a organizar-se politicamente para a conquista de seus direitos?*” (POKER, 1991, p. 92-93).

Para autores como Paiva (1985) e Mainwaring (1989), as transformações pelas quais passou a Igreja brasileira no período de 1964 à 1985 resultaram de uma conjunção de alterações na política e na sociedade brasileira e de mudanças na Igreja internacional.

Para Paiva, as transformações sofridas pela Igreja brasileira correspondem à instalação da Igreja Moderna no Brasil. Esse processo de modernização da Igreja, iniciado na Europa, teve, segundo a autora, como fatores determinantes para o seu desencadeamento, além do fortalecimento interno de setores progressistas, o fascismo e a guerra, bem como o espaço aberto pela conjuntura do pós-guerra à ocupação, por esta instituição, de importante lugar na cena política dos países ocidentais.

Na visão de Paiva, então, a Igreja modernizou-se à medida que esta exigência lhe foi colocada por um ‘mundo moderno’, ou seja, muitas das suas características, que foram consideradas revolucionárias em vários países da América Latina, são exigências da conjuntura do pós-guerra:

Muitas das características que aparecem hoje na América Latina como revolucionárias correspondem a exigências levantadas pela conjuntura do pós-guerra: a evangelização das massas como remédio contra a

---

<sup>13</sup> A Teologia da Libertação, segundo Mchugh, foi a primeira construção teórica da fé cristã elaborada no Terceiro Mundo, tendo por objetivo apresentar a liberdade com relação à opressão como assunto de importância religiosa universal. De origem latino-americana e datando da década de 60, a teologia da libertação, segundo esse autor, combina conceitos oriundos das Ciências Sociais com idéias bíblicas e teológicas (MCHUG, 1996, p. 762-762).

‘massificação’, para uma ‘erupção organizada das massas na história’ – exorcizando o fascismo e evitando o avanço em direção ao socialismo. Foi o ‘mundo moderno’, representado pela facção vitoriosa da burguesia ocidental, que solicitou às Igrejas que ‘fossem ao povo’, reconquistassem as massas, deslocassem suas bases sociais das classes médias para as camadas subalternas (PAIVA, 1985, p. 57).

Para Paiva, no entanto, no Brasil os rumos e a velocidade das mudanças da Igreja foram afetados pela repressão desencadeada pelo Regime Militar, pelas pressões exercidas pelas suas novas bases sociais e pela crise do capitalismo internacional. Como ela mesmo enfoca:

Não há como negar que o autoritarismo do regime influiu sobre posições assumidas, seja pela hierarquia como conjunto e sobre bispos individuais, seja por outros membros da Igreja e que sem o regime militar, sem a perseguição sofrida a partir da segunda metade dos anos 60, a Igreja possivelmente teria modificado mais lentamente suas posições. A mudança observada em suas bases sociais por outro lado, exigindo o contato direto com os problemas das camadas populares, conduziu a formas de solidariedade com suas lutas, que repercutiram não somente sobre os fiéis, mas sobre o conjunto do corpo de funcionários da Igreja, nos mais diversos níveis, provocando mudanças nas estruturas locais da instituição e na mentalidade dos homens da Igreja. Sem as transformações por que vêm passando a economia mundial e a política internacional, bem como aquelas atravessadas pelo país nas últimas décadas, provocando o surgimento e a confrontação de novas forças sociais que atravessam a instituição, tais mudanças poderiam não ter ocorrido ou ter tomado rumo distinto (PAIVA, 1985, p. 54-55).

Mainwaring (1989), por sua vez, assim como Paiva, também sugere que o pontapé inicial das mudanças na Igreja Católica aconteceram pela necessidade dessa instituição em modernizar-se na conjuntura do pós-Segunda Guerra Mundial. Para ele, nesse momento do pós-guerra, a Igreja Católica brasileira passava por uma crise provocada pela rápida transformação da

sociedade sem que houvesse uma mudança correspondente nessa instituição (nas palavras de Paiva, a Igreja não tinha se modernizado). A crise era manifestada pelo crescimento do protestantismo e do espiritismo, menor comparecimento às missas, uma crise de devoções, o crescimento da esquerda e uma perda de influência entre as classes dominantes e entre a classe operária urbana. Foi a crise que, para Mainwaring, estimulou mudanças eclesiais ao fazer com que a hierarquia tomasse consciência de que era preciso repensar a missão da Igreja.

Para Mainwaring, mais uma vez concordando com Paiva, alguns fatores locais e internacionais influenciaram o ritmo e a profundidade dessas mudanças na Igreja Católica brasileira. Nesse sentido, o autor mostra a importância dos estímulos da Igreja internacional (principalmente de Roma e do CELAM – Conselho Episcopal Latino-Americano) para a continuação da renovação eclesial no Brasil, bem como da influência das transformações na sociedade e na política nacionais que levaram setores da Igreja a terem uma concepção de fé profundamente preocupada com os pobres e com a justiça social.

Com a sua transformação, a Igreja passou a enfatizar a participação popular, criando e desenvolvendo, entre o final da década de 70 e início da década de 80, novas estruturas eclesiais e inovações pastorais nas bases para que conseguisse implementar sua ‘opção preferencial pelos pobres’. Destas, as CEBs e a CPT foram as que tiveram um papel fundamental na organização dos trabalhadores rurais e na formação do MST.

As CEBs, segundo Mainwaring (1989), eram basicamente ‘grupos de devotos’ que se reuniam semanalmente para discutir a Bíblia e sua relevância face às questões contemporâneas. Criadas, segundo o mesmo autor, em 1963 e legitimadas em 1968 por Medellín<sup>14</sup>, foi somente no início da década de 70 que começaram a se espalhar.

Para Mainwaring, ainda no mesmo texto, as CEBs representavam uma nova forma de Igreja, com uma liderança leiga efetiva dentro de uma estrutura criada e apoiada pela hierarquia católica. Além disso, segundo ele, elas eram

---

<sup>14</sup> II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano (CELAM), realizada em Medellín, Colômbia, em 1968.



dotadas de um grande peso político e se tornaram uma das mais importantes estruturas na história recente da Igreja Católica, ‘alcançando’ e defendendo os interesses dos setores populares.

Durante os anos de maior repressão, segundo Mainwaring, as CEBs tornaram-se praticamente as únicas organizações populares onde as pessoas se organizavam para discutir suas vidas cotidianas, seus valores e suas necessidades políticas. Para o autor, apesar de haver limitações na consciência política da maioria dos seus membros, a participação nas CEBs podia ‘desmitificar o processo político’:

Através das CEBs e de outras organizações católicas, muitas pessoas vêm tendo sua primeira vivência de discussão e de organização populares. A participação nas CEBs pode desmitificar o processo político e a ajudar as pessoas a ver que é possível participar e contribuir para a mudança. Pode minar a passividade e o fatalismo que fazem parte da consciência política popular (MAINWARING, 1989, p. 237).

Além disso, para Mainwaring, as CEBs foram importantes no desenvolvimento dos movimentos populares, entre eles o MST, pois, através da introdução de novas práticas de participação popular, “*facilitaram uma organização e uma mobilização mais amplas quando houve um afrouxamento da repressão*” (MAINWARING, 1989, p. 212).

No campo, onde a exclusão sócio-político-econômica atingiu níveis intensos e os conflitos entre trabalhadores rurais e fazendeiros/Estado aconteciam por todo o país, a presença da Igreja na defesa dos interesses populares deu-se não só através das CEBs, mas principalmente através da CPT. Esta última, estabelecida oficialmente em 1975, tornou, segundo Martins, ativa a presença da Igreja nas regiões de conflitos sociais que vitimavam os camponeses e passou a se constituir num “*canal suplente de expressão e apoio para que os trabalhadores se organizassem*” (MARTINS, 1994, p. 140).

Alicerçada no trabalho pastoral, a CPT, segundo Martins (2000), conseguiu colher, aprender, registrar e difundir o elemento fundamental da cultura dos pobres da terra durante o Regime Militar. Ela conseguiu, conforme este mesmo autor, compreender melhor do que ninguém a essência da utopia camponesa e, portanto, a rica complexidade da esperança entre os pobres da terra.

Ela (CPT) nasceu, sem dúvida do impulso evangélico de justiça em favor das vítimas mais desabrigadas e mais desamparadas do regime fundiário (...) na prática da pastoral da terra a luta pela terra foi antes de tudo e acima de tudo, por muito tempo, uma luta por justiça e por um modo de vida e não luta por um terreno (MARTINS, 2000, p. 146).

O trabalho da CPT, segundo Poker (1991), podia ser resumido na ação de transformar, através das concepções religiosas católicas, uma identidade negativa (isolamento e individualidade) em identidade positiva (cooperação e coletivismo). Para ele, ambas, CPT e CEBs, agiram como ‘elemento catalisador’ na formação dos movimentos populares do campo, possibilitando aos indivíduos superar e ultrapassar os limites da dimensão individual, amadurecendo projetos coletivos, sob os quais se agruparam, dando origem a um novo modo de vida:

A CPT ou a Comunidade Eclesial podem ser consideradas como o ‘elemento catalisador’, que num determinado momento conseguiu sintetizar condições sociais, consciência política e desejo de mudança, e, pela abertura de um espaço de reflexão, possibilitou que as pessoas pudessem agrupar-se, estabelecendo uma nova forma de convivência, diferente da que haviam experimentado até então (POKER, 1991, p. 91).

O estabelecimento desses projetos coletivos, por sua vez, representava, para a ala progressista da Igreja, além de um apoio concreto às lutas dos trabalhadores rurais, um desejo manifesto de construção de uma nova sociedade – “*a construção do Reino de Deus*”, como diria Poletto (1985, p. 146)

– baseada, confusamente, ao mesmo tempo, em valores cristãos e socialistas. Nesse sentido, e com este objetivo, a ala progressista da Igreja promovia a conscientização política dos trabalhadores rurais; tratava-se, segundo Poker, apoiando-se em texto de Frei Betto<sup>15</sup>, de uma conscientização política pela via religiosa, onde a religião servia como elemento ‘irracional’ pelo qual os indivíduos estabeleciam projetos de ação ‘racionais’:

(...) O trabalho de conscientização política pela via religiosa, para Frei Betto, é mais fácil do que pela via ‘científica’ de difusão dos conceitos marxistas, à moda de alguns partidos de esquerda. Isso porque, segundo ele, como praticamente todo brasileiro possui dentro de si elementos cristãos segundo os quais explica o mundo, o caminho para o acesso à suas mentes deve passar antes pelos seus corações. A religião serviria, assim, como elemento ‘irracional’ pelo qual as pessoas estabeleceriam projetos de ação ‘racionais’ (POKER, 1991, p. 92).

Portanto, além de contribuir para o processo de organização e participação popular durante o Regime Militar, a presença da Igreja no campo em defesa dos trabalhadores rurais possibilitou uma politização dos conflitos. Tal fato, segundo Martins (1994), dava um novo referencial ideológico aos dispersos e nem sempre claros objetivos dessas lutas, dando a elas uma dimensão política e filosófica mais ampla que provocava temor aos militares.

Tal temor, conforme Martins (1985), fez com que os militares tentassem desativar a força política da Igreja. Para os militares, segundo ele, a Igreja, na medida em que passou a mobilizar as populações pobres e marginalizadas no campo e nas cidades, representava o perigo que outrora representaram os comunistas. Por isso, os militares aumentaram gradualmente a repressão contra a Igreja, principalmente contra os setores mais progressistas.

A repressão, no entanto, que foi, inicialmente, a melhor forma encontrada pelos militares para silenciar os setores progressistas da Igreja e

---

<sup>15</sup> FREI BETTO. ‘Comunidades eclesiais de base e educação popular’. In: FLEURI, R. M. (org.). **Movimento Popular, Política e Religião**. São Paulo: Loyola, 1984.

acabar com a ameaça de mudanças sociais que eles representavam, teve, segundo Mainwaring (1989), um efeito contrário, pois ao invés de silenciá-los, fortaleceu suas posições, na medida que os atos de repressão contra a Igreja fizeram que a mesma, incluindo aí também a ala conservadora, defendesse sua autonomia e integridade institucional.

Por outro lado, a Igreja desfrutava de grande legitimidade entre os setores populares, principalmente entre a população rural, que viam na instituição uma ‘reserva moral’, capaz de falar em nome dos interesses universais do homem, diferentemente de partidos políticos e sindicatos, tidos como ‘interesseiros’. Desse modo, a prisão ou repressão de padres e bispos causava indignação na população e fazia com que o Regime Militar perdesse cada vez mais confiabilidade entre os setores populares.

Diante desse quadro, a abertura política, lenta e gradual, tornou-se, segundo Martins, uma boa opção para os militares desativarem a função política e partidária que a Igreja estava desempenhando, sobretudo no campo. Por isso, para Martins, o processo de abertura foi uma tentativa do Estado para “*desativar as mediações sociais e política que faziam da questão agrária e da luta dos trabalhadores uma questão política*” (MARTINS, 1985, p. 121).

Mainwaring, concordando com a posição de Martins, mostra que o afrouxamento gradual da repressão e a reforma partidária de 1979<sup>16</sup> geravam motivos para que a Igreja diminuísse seu envolvimento na política, ou seja, na medida que se “*abriam outros canais políticos, surgiam pressões para que os setores progressistas da Igreja deixassem a política de lado*” (MAINWARING, 1989, p. 170).

---

<sup>16</sup> Em 1979, o governo militar, sob o comando de João Figueiredo, dissolveu a ARENA (Aliança Republicana Nacionalista) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que eram os únicos partidos existentes durante o Regime Militar, e estabeleceu regulamento para a criação de outros novos. A reforma partidária, que fora uma exigência fundamental da oposição, acabou habilmente sendo manejada pelo governo que maximizou as divisões dentro da oposição. Seis novos partidos emergiram: PDS (Partido Democrático Social), que era o partido do governo; PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PP (Partido Popular), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PDT (Partido Democrático Trabalhista) e PT (Partido dos Trabalhadores), que eram os partidos de oposição (MAINWARING, 1989, p. 171).

O confronto ente Igreja e militares estendeu-se até o final da ditadura, em 1985. A partir daí, com a instalação do novo regime, a Igreja brasileira sofreu pressões intensas, tanto por parte do governo quanto por parte de Roma, para diminuir o seu ímpeto progressista e seu papel de ‘voz dos oprimidos’, já que agora os seus partidos e as suas entidades podiam realizar essa tarefa. Apesar de ainda ter permanecido ‘ativa’ nessa função durante os primeiros anos da chamada Nova República, a Igreja vai lentamente deixando de desempenhar esse papel. Ou seja, a Igreja vai gradativamente transformando-se num agente político de menor importância.

O gradual declínio da Igreja enquanto agente político não diminuiu o impacto que ela teve na luta contra o Regime Militar. Para Mainwaring, apesar da limitada visão política de muitos militantes católicos, a Igreja “*fortaleceu a sociedade civil através das organizações católicas de base, através das denúncias dos bispos e através dos seus clamores por uma ordem mais democrática*” (MAINWARING, 1989, p. 262). Com esse trabalho, foi fundamental para a organização dos trabalhadores rurais sem-terra e para a formação do MST.

Abordaremos, então, a seguir, o processo de gestação do MST e analisaremos os principais aspectos da Reforma Agrária defendida pelos gestores desse movimento.

### **3- NASCIMENTO DO MST: REFORMA AGRÁRIA CONTRA A DITADURA MILITAR.**

#### **3.1- Gestação e Nascimento do MST**

Na visão oficial do MST, a história do Movimento não possui uma data e um local específico de início. Por ser um movimento social que reúne milhares de trabalhadores, seu surgimento, segundo Stédile e Görgen, “*teve várias origens, em vários locais, e sua história é composta pela soma de vários*

*acontecimentos que se desenvolveram especialmente a partir de 1978*” (STÉDILE; GÖRGEN, 1993, p. 28).

‘Esses vários acontecimentos’ são as diversas lutas e conflitos que, conforme abordamos, intensificaram-se no meio rural brasileiro a partir da segunda metade da década de 70, principalmente em decorrência das mudanças provocadas pela política de modernização agropecuária que estava sendo efetuada pelos militares. Para o MST, sua gênese ocorreu, então, no interior dessas lutas que estavam espalhadas por todo o Brasil. É o que podemos comprovar através de uma passagem colhida do site do MST<sup>17</sup>:

A formação de vários movimentos sociais aconteceu em um processo de gestação no decorrer dos anos setenta. Assim, o MST começou a ser gerado no espaço social conquistado pelas diversas experiências de lutas populares (...) (MST, s/d).

Fernandes sustenta essa posição do Movimento quando, resgatando a história do MST, defende que sua gênese aconteceu no interior das lutas de resistência dos trabalhadores rurais contra o processo de expropriação e expulsão provocado pela política de desenvolvimento agropecuário instaurada pelo Regime Militar no final da década de 70. Para ele, algumas lutas destacaram-se nesse processo:

No início desse período, no campo, em diversos estados, aconteceram lutas localizadas que deram origem ao MST. As lutas que marcaram o princípio da história do MST foram as ocupações das glebas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta – RS, em 1979; a ocupação da fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê – SC, em 1980; ainda nesse ano, no Paraná, o conflito entre mais de dez mil famílias e o Estado que, com a construção da Barragem de Itaipu, tiveram suas terras inundadas e o Estado propôs apenas a indenização em dinheiro; em São Paulo a luta dos posseiros da fazenda Primavera nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência; no Mato

---

<sup>17</sup> [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

Grosso do Sul, nos municípios de Naviraí e Glória de Dourados, milhares de trabalhadores rurais arrendatários desenvolviam uma intensa luta pela resistência na terra. Outras lutas também aconteciam nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e Goiás” (FERNANDES, 1999, p. 66-67).

Essas lutas, então, para Fernandes, foram os primeiros momentos de vida do MST. Elas representavam, segundo ele, “*as experiências que levaram ao princípio da formação do MST*” (FERNANDES, 2000, p. 75).

O processo de gestação do MST, por sua vez, aconteceu, segundo o mesmo autor, de 1979 à 1984, ou seja, desde o início dessas primeiras lutas até a realização do Primeiro Encontro Nacional, onde o Movimento foi fundado oficialmente.

A presença da Igreja nesse processo de gestação do MST, como já frisamos, foi fundamental. Além de organizar e conscientizar, *in loco*, através de seu trabalho pastoral, os trabalhadores rurais na luta contra a expropriação, exploração e exclusão geradas pela política de desenvolvimento agropecuário do Regime Militar, essa instituição foi, principalmente através da CPT, a articuladora nacional dessas diversas lutas. Ou seja, foi a CPT que, no momento em que o Regime Militar politicamente se abria, conseguiu, através de suas estruturas, romper com o isolamento das diversas lutas e ir dando a elas um caráter de movimento nacional.

A importância da CPT nesse processo de gestação do MST é ressaltada por um dos líderes do Movimento:

O surgimento da CPT em 1975, em Goiânia (GO), foi muito importante para a organização das lutas camponesas (...) Com o surgimento da CPT, há um movimento de bispos, padres e agentes de pastoral, em plena ditadura militar, contra o modelo que estava sendo implantado no campo (...) A CPT foi a aplicação da Teologia da Libertação na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a lutas dos camponeses pelo prisma ideológico. Os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a

necessidade de eles se organizarem (...) A CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses (...) A CPT foi uma força que contribuiu para a construção de um único movimento, de caráter nacional (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 19-21).

Coletti, em seu trabalho, também confirma esse papel fundamental de articulação da CPT:

Esses movimentos localizados, a partir de uma articulação promovida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada ao setor progressista da Igreja Católica, promoverão vários encontros regionais entre suas lideranças... (COLETTI, 2002).

Desse modo, através da organização da CPT, foram realizados, em 1982, encontros regionais de trabalhadores envolvidos nas lutas pela terra e, ainda nesse mesmo ano, de 23 a 26 de setembro, uma reunião em Goiânia, que contou com a presença, segundo Fernandes, de 30 trabalhadores rurais e de 22 agentes de pastorais dos estados do RS, SC, PR, SP, RJ, MG, ES, PE, PB, RN, PI, CE, MA, GO, MT e RO. Essa reunião, segundo ele, foi muito importante para a articulação das diversas lutas pela terra, pois contou com a assessoria de José de Souza Martins<sup>18</sup> que “*teve muita influência na formulação da noção de se organizar um movimento nacional*” (FERNANDES, 2000, p. 76).

A partir desses encontros organizados pela CPT e do trabalho realizado pelos bispos foi-se, então, articulando as várias lutas de trabalhadores rurais pela terra e, finalmente, em janeiro de 1984, realizou-se, conforme já mencionamos, em Cascavel/PR, o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra, no qual o MST foi oficialmente fundado:

Esse Encontro Nacional representou então a fundação e a organização de um movimento de camponeses sem-terra, em nível nacional, que

---

<sup>18</sup> Sociólogo, professor da Universidade de São Paulo (USP) e ex-assessor da CPT; considerado por muitos como o maior especialista em sociologia rural do país, escreveu vários livros sobre a questão agrária no Brasil.



iria se articular por lutar por terra e pela reforma agrária. Aí nasceu o Movimento Sem-Terra, com a articulação dos diversos movimentos que estavam acontecendo em nível localizado. E foi então batizado de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (STÉDILE; GÖRGEN, 1993, p. 30-31).

Segundo entende Coletti, a constituição do MST foi, então, em parte, uma resposta ao modelo de desenvolvimento capitalista da agricultura implementado durante o Regime Militar e à concentração da propriedade da terra dele decorrente. Foi, segundo ele, resultado também da absoluta ineficácia do Estatuto da Terra, no que diz respeito a uma política de distribuição de terras. Portanto, para o autor, o processo de formação do MST *“está ligado ao processo de expropriação dos trabalhadores rurais do campo e da exclusão social e política de que foram vítimas quando se tornaram proletários urbanos e/ou rurais”*. *“Numa conjuntura política de maiores liberdades democráticas – final dos anos 70 e início dos anos 80”*, apesar dos conflitos ainda serem intensos no campo, e *“a partir da ação aglutinadora de entidades comprometidas com uma luta efetiva pela terra”*, particularmente a CPT, *“esses ‘excluídos’ e ‘marginalizados’ pelo desenvolvimento capitalista no campo encontraram um canal de expressão e puderam manifestar-se e se organizar através do MST”* (COLETTI, 2002).

Vejamos, então, as principais resoluções do Primeiro Encontro Nacional do MST.

### **3.2- Primeiro Encontro Nacional: ‘Formalização’ do MST**

Algumas resoluções importantes foram tomadas no Primeiro Encontro; foi nele que, além da fundação oficial, houve a ‘formalização’ do MST, ou seja, foi definido o que seria o Movimento, seus objetivos e reivindicações. Vejamos, então, alguns aspectos importantes dessa ‘formalização’.

Um dos pontos da ‘formalização’ do MST diz respeito à própria escolha do nome do Movimento que, segundo Stédile, foi debatido em

Assembléia. Alguns nomes, segundo ele, foram sugeridos, como por exemplo “Movimento pela Reforma Agrária”, mas a escolha acabou centrando-se no nome pelo qual já eram conhecidos: “Os Sem-Terra”. A esse termo, criado pela imprensa, foi inserido os “Trabalhadores Rurais”, que, segundo este líder do Movimento, resgatava “*o nosso caráter de classe. Somos trabalhadores, temos uma sociedade com classes diferentes e pertencemos a uma delas*” (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 47).

Para Fernandes, a escolha do nome do Movimento é marcada por três ícones: luta, resistência e caráter de classe:

(...) no conceito de sem-terra está contida a idéia de luta e de resistência. A expressão sem-terra já era conhecida desde os idos dos anos 60 com a formação do MASTER<sup>19</sup>. Mas, na realidade foi cunhado na história da luta camponesa neste país (...) Por essas razões, durante a discussão a respeito do nome, considerou-se a incorporação dos termos movimento sem-terra. Todavia, procurou-se contextualizar essa palavra no âmbito do caráter de classe, introduzindo os termos trabalhador rural. Assim, foi aprovado por unanimidade o nome: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (FERNANDES, 2000, p. 87-88).

Podemos perceber que a escolha do nome do Movimento foi, como o próprio Stédile admite, um debate claramente ideológico (STÉDILE; FERNANDES, 1999). O nome representava o ‘cartão de visitas’ do movimento que ali era fundado; desse modo, tinha que, ao mesmo tempo, ser significativo e também ‘preservar-se’ de certos ‘perigos’. Por exemplo, o termo ‘trabalhador rural’ – termo popular que remete ao pacífico, honesto, trabalhador e religioso homem do campo que, acostumado a lidar com a terra, vê-se impelido a lutar por ela na medida que os grandes fazendeiros, ‘dotados de cobiça e ganância’, tiram-

---

<sup>19</sup> O Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) foi fundado no Rio Grande do Sul, em 1958, sob influência de líderes do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), como Leonel Brizola, Paulo Schilling, Jair Calixto e João Sem-Terra. O movimento, segundo Fernandes e Stédile, que funcionou de 1958 a 1964, quando foi colocado na ilegalidade e perseguido, pressionava o governo estadual para realizar assentamentos (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p. 17).

lhe, e de sua família, a única forma de sustento – era muito mais adequado que o termo camponês – termo elitizado, carregado de significados históricos e políticos. Por outro lado, a escolha do termo ‘sem-terra’, além de criar uma identidade entre os participantes, dotava o movimento de supostas raízes históricas (“*cunhado na história da luta camponesa*”), ou seja, a visão de que o MST era herdeiro das várias experiências históricas de luta camponesa.

Outro aspecto da ‘formalização’ do MST foi a definição de seus objetivos que, segundo Stédile, constituíam a plataforma de luta do Movimento. Essa luta, segundo ele, concentrava-se em três frentes: pela terra, pela Reforma Agrária e por uma sociedade mais justa.

O movimento era para lutar por terra, mas decidimos fazer também a luta pela Reforma Agrária e por mudanças sociais, porque vivíamos o clima das lutas pela democratização do país (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 50).

Os objetivos gerais do MST definidos nesse encontro foram:

- 1- Que a terra só esteja nas mãos de quem trabalha;
- 2- Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados;
- 3- Ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária;
- 4- Organizar os trabalhadores rurais na base;
- 5- Estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político;
- 6- Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores;
- 7- Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina (FERNANDES, 1999, p. 79).

Podemos perceber que há nesses objetivos iniciais do MST uma preocupação muito grande com a forma de organização e com a definição do caráter do Movimento. Apesar de ter sido definido que o Movimento lutaria por terra, Reforma Agrária e uma sociedade mais justa, o MST, nessa primeira

formulação de seus objetivos, dedica apenas dois itens (1 e 2) a esse tripé. O restante dos itens englobava elementos de organização e de construção do caráter do MST.

A preocupação inicial em definir o que seria e como seria organizado o MST, fica evidente quando os participantes desse Primeiro Encontro construíram uma auto-definição do Movimento, embasada em três características principais: sindical, popular e política:

O MST se considera um movimento social de massas cuja principal base social são os camponeses sem terra, que tem caráter, ao mesmo tempo, sindical (porque luta pela terra para resolver o problema econômico das famílias), popular (porque é abrangente, várias categorias participam, e porque luta também por reivindicações populares, especialmente nos assentamentos) e político (não no sentido partidário, mas no sentido que quer contribuir para mudanças sociais) (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 38).

Quanto a essa definição, cujas implicações analisaremos adiante, gostaríamos de fazer uma pequena observação com relação à base social do MST. Apesar de auto-definir-se como um movimento popular, aberto a todas as categorias e pessoas, o MST afirmava que sua principal base social era constituída por camponeses sem-terra. Estes, no entanto, como observa Coletti, não constituem a única categoria que forma a base social do MST:

(...) desde suas origens, tratou-se de um movimento cujas bases sociais estavam assentadas não apenas em camponeses sem-terra de origem rural recente, mas também em trabalhadores assalariados rurais e urbanos desempregados ou subempregados (COLETTI, 2002).

Essa observação é importante para entendermos o crescimento da base social do MST em épocas de crise econômica e de recessão, quando há um aumento do desemprego.

Por fim, ainda durante o 1º Encontro Nacional, definiu-se, a partir dos objetivos e do caráter do Movimento, quais seriam as reivindicações básicas do MST. Elas eram as seguintes:

- 1- Legalização das terras ocupadas pelos trabalhadores;
- 2- Estabelecimentos da área máxima para as propriedades rurais;
- 3- Desapropriação de todos os latifúndios;
- 4- Desapropriação das terras das multinacionais;
- 5- Demarcação das terras indígenas, com reassentamento de posseiros pobres em áreas da região;
- 6- Apuração e punição de todos os crimes contra os trabalhadores rurais;
- 7- Fim dos incentivos e subsídios do governo ao Proálcool, Jica e outros projetos que beneficiam os fazendeiros;
- 8- Mudança da política agrícola do governo dando prioridade ao pequeno produtor;
- 9- Fim da política de colonização (FERNANDES, 1999, P. 80).

Essas reivindicações, assim como os objetivos, faziam parte da plataforma de luta do Movimento que ali nascia, constituindo uma primeira formulação da proposta de Reforma Agrária do MST. Através desses objetivos e dessas reivindicações mostraremos, portanto, qual era a percepção de Reforma Agrária do Movimento e quais elementos influenciavam essa percepção nesse momento inicial de formação. É o que abordaremos a seguir.

### **3.3- Uma Reforma Agrária Contra o Regime Militar e com Valores Religiosos**

O MST, como já mencionamos anteriormente, estava, segundo Stédile, constituindo-se como um movimento que lutava em três frentes: pela terra, pela Reforma Agrária e por uma sociedade mais justa. Essas frentes de luta, conforme este líder do Movimento, davam ao MST o triplo caráter que indicamos acima: sindical, popular e político. Ou seja, a luta do MST, segundo

ele, diferentemente de vários outros movimentos camponeses, não se restringia apenas ao caráter sindical, corporativo, que era a conquista da terra; a luta do MST era também por uma Reforma Agrária e por mudanças na sociedade:

(...) a luta pela terra não pode se restringir ao seu caráter corporativo, ao elemento sindical. Ela tem que ir mais longe. Se uma família lutar apenas pelo seu pedaço de terra e perder o vínculo com uma organização maior, a luta pela terra não terá futuro. É justamente essa organização maior que fará com que a luta pela terra se transforme na luta pela reforma agrária. Aí, já é um estágio superior da luta corporativa. É agregado à luta pela terra o elemento político (...) O MST só conseguiu sobreviver porque conseguiu casar os interesses particulares, corporativos, com os interesses de classe (...) Tivemos a compreensão de que a luta pela terra, pela reforma agrária, apesar de ter uma base camponesa, somente seria levada adiante se fizesse parte da luta de classe. Desde o começo sabíamos que não estávamos lutando contra um grileiro. Estávamos lutando contra uma classe, a dos latifundiários. Que não estávamos lutando apenas para aplicar o Estatuto da Terra, mas lutando contra um Estado burguês (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 35-36).

Essas três vertentes de luta do MST, apontadas por Stédile, são muito claras quando observamos alguns ítems dos objetivos e reivindicações que abordamos anteriormente: com relação à luta pela terra - *“Que a terra só esteja nas mãos de quem trabalha”*, *“Legalização das terras ocupadas pelos trabalhadores”*; com relação à luta pela Reforma Agrária - *“Desapropriação de todos os latifúndios”*, *“Desapropriação das terras das multinacionais”*; e com relação à luta por uma sociedade mais justa - *“Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados”*.

Há, no entanto, um fator importante a ser considerado: o fato de que essas três frentes de luta estavam, nesse momento de gestação e nascimento do MST, em função do pacto político gerado a partir da modernização conservadora implantada sob a égide do Regime Militar, intimamente ‘imbricadas’, constituindo uma única e grande luta.

Desse modo, as lutas pela conquista da terra, que aconteciam principalmente através das ocupações, constituíam também, nesse momento, lutas por mudanças na sociedade, pois, como já dissemos anteriormente, com a modernização conservadora implantada pelo Regime Militar, associando o grande capital à propriedade da terra, uma das bases elementares da dominação vigente era, nesse momento, apoiada principalmente no monopólio da propriedade da terra. Ora, as ocupações e lutas pela terra feriam diretamente o direito de propriedade fundiária, provocando alterações nas relações sociais no campo e no próprio pacto político que sustentavam o Regime Militar. Esse fato era agravado ainda mais, como também já dissemos, pela presença da Igreja, com o seu trabalho de mobilização, organização e conscientização dos trabalhadores rurais.

Portanto, a luta por mudanças na sociedade não era apenas uma questão de escolha do nascente movimento, como é colocado por Stédile (“*O movimento era para lutar por terra, mas decidimos fazer também a luta pela reforma agrária e por mudanças sociais*”). A luta pela terra e a mobilização em torno dela já continham em si mesmos um forte elemento político que exigia mudanças estruturais e as inseriam diretamente na luta de classes, em função, como já dissemos, do pacto político conservador efetuado a partir da modernização conservadora implantada pelos governos militares.

Futuramente, a luta pela terra em si não terá essa conotação tão drástica de transformação social e de grandes mudanças estruturais. Alguns grandes fazendeiros, inclusive, defenderão a desapropriação das propriedades improdutivas.

A luta pela Reforma Agrária, por sua vez, era o grande elo de unificação dessas ‘outras’ duas lutas, pois ela englobava tanto a luta pela terra quanto a luta por transformações na sociedade. Ela (Reforma Agrária), como já mencionamos anteriormente, é percebida pelos gestores do Movimento como uma forma de se combater o modelo de desenvolvimento agropecuário implantado pelo Regime Militar. Tal modelo era considerado pelos gestores do Movimento como o grande causador do processo de desapropriação, expulsão e

exclusão a que estavam submetidos os trabalhadores rurais sem terra. Podemos ver esse diagnóstico no levantamento da realidade elaborado pelos trabalhadores como Documento Final do Primeiro Encontro Nacional, que Fernandes transcreve em seu livro:

No relato das experiências de lutas feitas pelos companheiros dos diferentes estados, representados de Norte a Sul do país, constatamos com muita tristeza que os problemas aumentaram: cresceu o número de conflitos, a fome, a miséria, desemprego, mortes, assassinatos brutais de companheiros. Só no ano de 1983 foram mortos 116 trabalhadores em 15 estados, e seus assassinos continuam soltos. Aumentaram as migrações sobretudo do Sul para o Norte, fruto de uma campanha publicitária desencadeada pelos órgãos do governo e colonizadoras particulares. Esses mesmos imigrantes, mal-informados, vivem hoje na maior miséria, enfrentando pistoleiros, malária, doenças, falta de escolas e estradas. Os que gostariam de voltar não conseguem, pois seus recursos não pagam sequer passagens de volta (...) Todos esses problemas e outros mais são conseqüências da política econômica, fundiária e agrícola voltada tão somente para a exportação, em benefício do capital nacional e estrangeiro. Esse capital, por sua vez leva à concentração das terras nas mãos de poucos, eleva sempre mais o número dos sem-terra. Só no Paraná, na década de 70, saíram mais de 2,5 milhões de lavoura. No Rio Grande do Sul, 1,5 milhões e em Santa Catarina, 600 mil (FERNANDES, 2000, p. 82).

É por isso que em vários pontos da primeira proposta de Reforma Agrária do MST podemos perceber o embate contra alguns dos principais elementos do modelo de desenvolvimento agropecuário implantado pelos militares: “*Fim dos incentivos e subsídios do governo ao Proálcool, JICA e outros projetos que beneficiam os fazendeiros*”, “*Mudança da política agrícola do governo dando prioridade ao pequeno produtor*” e “*Fim da política de colonização*”.



Nessa perspectiva, a Reforma Agrária, enquanto elemento de contestação ao modelo de desenvolvimento implantado pelo Regime Militar, tornou-se, como bem observa Graziano da Silva (1986), uma questão eminentemente política. Ou seja, a Reforma Agrária deixou de ser considerada apenas como uma reivindicação do desenvolvimento capitalista (anos 50 e 60) e passou a questionar a própria forma que assumiu esse desenvolvimento:

(...) a reforma agrária é hoje – mais do que nunca – uma questão eminentemente política. Ela não visa fundamentalmente a aumentar a produção, embora isso também seja desejável e possível de obter. A reforma agrária é hoje expressão de reivindicação dos trabalhadores rurais pela apropriação dos frutos do seu trabalho (...) A reforma agrária é agora uma bandeira de luta política capaz de unificar não só os trabalhadores do campo, mas inclusive de se estender aos trabalhadores urbanos... (SILVA, 1986, p. 105).

Por outro lado, é importante lembrar que a Igreja Católica, como não poderia deixar de sê-lo, teve grande influência nessa primeira proposta de Reforma Agrária do MST. As próprias palavras de ordem (ou lemas) do MST nesse período, disseminadas pelos dirigentes e incorporadas por todo o Movimento de uma forma geral, refletiam a forte presença da Igreja na luta pela terra e pela Reforma Agrária.

A palavra de ordem “*Terra de Deus, terra de irmãos*”, que também se tornou lema da Campanha da Fraternidade lançada pela CNBB em 1986, denotava a idéia de que a terra era um dom de Deus destinada a todos os homens. Como constava do documento “*Igreja e Problemas da Terra*”, elaborado pela CNBB em 1980:

Como criador e Senhor, é Deus que tem poder de definir o uso e a destinação da terra. Desde o início Ele a entregou aos homens para que a submetessem e dela tirassem o seu sustento (Gn 1, 123-30) (...) ‘A terra foi dada a todos e não apenas aos ricos’ (Sto. Ambrósio) (CNBB, 1980).

A palavra de ordem “*Terra para quem nela trabalha*”, por sua vez, que até virou objetivo do Movimento, delineava a idéia, amplamente defendida pelos setores progressistas da Igreja Católica, de um direito natural sobre a terra por parte dos trabalhadores (terra de trabalho) em contraposição à terra usada somente para especulação (terra de exploração). Como também constava no documento “*Igreja e Problemas da Terra*”:

Terra de trabalho é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é terra para explorar os outros e nem para especular. Em nosso país, a concepção de terra de trabalho aparece fortemente no direito popular de propriedade familiar, tribal, comunitária e no da posse (...) (CNBB, 1980).

E, por fim, a palavra de ordem “*Terra não se ganha, terra se conquista*”, embasada nas duas anteriores, justificava a luta dos trabalhadores rurais sem-terra, pois se a terra era um dom de Deus e devia estar a serviço de quem nela trabalhava e tirava seu sustento, era justo lutar pela sua conquista. Como novamente enfocava o documento “*Igreja e Problemas da Terra*”:

Reafirmamos o nosso apoio às justas iniciativas e organizações dos trabalhadores, colocando as nossas forças e os nossos meios a serviço de sua causa (CNBB, 1980 – grifos nossos).

Essas palavras de ordem faziam parte de um simbolismo verbal<sup>20</sup> da Igreja Católica, o qual tinha como sua base principal, no que diz respeito à questão da luta pela terra, a história do povo hebreu, narrada no livro do Êxodos, fugindo da escravidão e conquistando a Terra Prometida. Elas (palavras de ordem) serão incorporadas ao MST, que, por sua vez, como veremos adiante,

---

<sup>20</sup> O conceito de simbolismo verbal foi desenvolvido por Sanchiz para definir as categorias descritivas e não analíticas da Igreja Católica, como ‘povo’, ‘pobres’, ‘comunidade’, e as grandes imagens socialmente motoras, como a da ‘libertação do Egito’ e a ‘Terra Prometida’, o ‘Reino de Deus’, a ‘comunidade dos bens comuns dos primeiros cristãos’ (SANCHIZ, 1985, p. 276).

desenvolverá, embasado nessa experiência da Igreja Católica, através do que denomina de mística, uma linguagem de símbolos, permeada também por valores religiosos, que materializarão a luta dos trabalhadores rurais sem-terra.

O uso dessa linguagem simbólica calcada em valores religiosos e a própria influência da Igreja na formação do Movimento, serão os elementos principais da argumentação de alguns autores<sup>21</sup> que entendem a organização do MST como resultado de uma mobilização que começou partindo da leitura da Bíblia e passou para uma ação de conquista política. Nesse sentido, como admite Gørgen em um de seus trabalhos, os sem-terra ver-se-iam como o novo povo de Deus em busca da Terra Prometida:

Nos textos sagrados os agentes de pastoral lêem o Projeto de Deus que propõe uma nova forma de organizar a sociedade e partilhar os bens, e nas narrativas bíblicas os sem-terra se vêem, como num espelho, como um novo Povo de Deus em busca da “terra prometida” (GØRGEN, 1997, p. 284).

### 3.4 – A Busca da Autonomia

Cabe ainda, por fim, destacar a importância que o MST dá à questão da autonomia do Movimento nessa sua primeira proposta de Reforma Agrária. Nos itens 3 (“*Ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a Reforma Agrária*”), 4 (“*Organizar os trabalhadores rurais na base*”) e 6 (“*Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores*”) dos objetivos do Movimento fica clara a sua intenção em tornar-se um movimento social autônomo.

Essa busca da autonomia, voltada primeiramente aos sindicatos rurais e partidos políticos, também vai ser dirigida à Igreja Católica, entidade que foi

---

<sup>21</sup> Ver por exemplo MACHADO, Vitor Barletta. “*Terra de Fé*”. In: **ComCiência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**. Junho de 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/Anteriores/reportagens/agraria/agr17.shtml>>. Acesso em: 28 de março de 2003.

fundamental no processo de formação do MST. Stédile, em entrevista recente, mostra a importância da autonomia do Movimento em relação à Igreja:

(...) Outro caráter pelo qual optamos seguir é que nosso movimento deveria ser autônomo em relação à Igreja, apesar de sua influência doutrinária sobre grande parte da militância, dos partidos políticos e obviamente do governo e das elites. A autonomia política é que nos dá força, porque nosso objetivo principal é a conquista dos direitos e não nos preocupa ver o que interessa a nossos vínculos ou não (STÉDILE; PINASSI, 2000, p. 31).

E por que o MST, já no momento de sua fundação, queria buscar sua autonomia e, de certa forma, desvencilhar-se dessa instituição que foi fundamental para a sua formação? Para Stédile, defendendo a visão do Movimento, isso aconteceu porque eles (trabalhadores rurais sem terra) acreditavam que um movimento de luta pela terra e pela Reforma Agrária só daria certo se fosse um movimento de massas autônomo:

Majoritariamente, acreditávamos que um movimento de luta pela terra, pela Reforma Agrária, só daria certo se fosse um movimento de massas. Não podia ser nem um movimento de sindicato nem da Igreja. Por último, adotou-se a concepção de que o movimento deveria ser independente, manter sua autonomia (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 50).

Segundo Stédile, a própria Igreja, através da CPT, estimulava essa organização independente dos trabalhadores rurais:

O grande debate que houve nesse I Encontro foi a concepção de movimento. Juntamos pessoas de 13 estados, mas ainda não estava clara a concepção dessa organização (...) A questão da participação da Igreja ainda não estava resolvida (...) alguns queriam um movimento ligado à Igreja. Outros argumentavam contra essa idéia (...) a CPT

teve um papel importante, defendendo que os trabalhadores deveriam ter sua própria organização (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 49).

Para o MST, no entanto, havia vantagens em ser um ‘movimento laico’. Primeiramente porque um movimento ligado e pertencente às estruturas da Igreja Católica, além de não ter autonomia própria, limitaria o número de participantes e envolvidos na luta pela terra e pela Reforma Agrária. Diminuindo-se o número de pessoas envolvidas nessas lutas, diminuía-se a base do MST e o seu poder de ‘barganha política’. Em segundo lugar, a Igreja Católica, por suas próprias características, tinha limites para a ação política. Havia, como já pontuamos, nesse momento de fundação do MST, uma grande pressão do Vaticano para que a Igreja diminuísse o seu papel político. Portanto, para o MST, estar ligado à Igreja Católica era estar atado a essas limitações políticas. Martins, em um de seus trabalhos, até mesmo menciona que o surgimento do MST foi fruto das virtudes e também dos limites políticos do trabalho pastoral da Igreja Católica:

Quando a religião e a própria organização eclesial da Igreja se revelaram uma barreira às implicações e desdobramentos políticos da ação pastoral, foi inevitável o nascimento do MST (MARTINS, 2000, p. 152).

No decorrer dos anos, vai ocorrendo um distanciamento gradual entre MST e Igreja Católica. Porém, não há uma ruptura completa pois, para o MST, era interessante ‘descolar-se’ da Igreja, mas sem perder o seu apoio. Além disso, o MST manterá, ao longo de sua trajetória, valores e elementos religiosos que serão utilizados principalmente nas místicas.

A busca pela autonomia, por sua vez, vai ser, como veremos, um dos grandes problemas enfrentados pelo MST no seu período de expansão, organização e consolidação através dos diversos estados, sendo um tema sempre presente nos Encontros e Congressos do Movimento.

Um ano depois de sua fundação, o MST realizou o seu Primeiro Congresso de Trabalhadores Rurais Sem Terra, na cidade de Curitiba/PR. Uma série de elementos novos foram incorporados à proposta de Reforma Agrária do MST, tendo em vista a nova conjuntura que se abria com a Nova República. É o que veremos no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 02

### DEMOCRACIA E OCUPAÇÃO: A REFORMA AGRÁRIA DO MST NO INÍCIO DA NOVA REPÚBLICA.

O fim da ditadura militar que, conforme vimos no capítulo anterior, estava próximo, foi consolidado mais ainda em 1983 quando formou-se uma frente única que reuniu partidos e entidades de oposição numa campanha que reivindicava eleições diretas para a presidência da República (a chamada ‘Diretas Já’). Porém, como parte da manobra de uma ‘abertura dirigida’, os militares e o único partido de situação (PDS) conseguiram anular a emenda constitucional que instituíra eleições diretas e o Brasil teve a escolha de seu novo presidente de forma indireta.

Para Poletto, apesar da derrota dos candidatos do PDS (Paulo Maluf e Flávio Marcílio) e de toda a mobilização da sociedade civil, principalmente dos setores populares, contra o fim da ditadura, quem se apropriou do poder, através da Aliança Democrática<sup>22</sup>, foi a oligarquia, representada pelos candidatos Tancredo Neves (presidente) e José Sarney (vice-presidente). A eleição indireta de ambos pelo Colégio Eleitoral, em janeiro de 1985, representou, para Poletto, um pacto de elites que, *“por cima, sem consulta sequer ao povo, apropria-se do Estado e passa a gerir a ‘transição democrática’”* (POLETTI, 1989, p. 8).

Martins, defendendo sua visão de que o Brasil, durante toda a história da República, teve uma realidade pendular, oscilando entre conjunturas históricas economicamente modernas e politicamente conservadoras (períodos de centralização e ditadura), conduzidas pelos militares, de um lado, e conjunturas economicamente conservadoras e politicamente liberais (períodos de descentralização e liberalismo), conduzidas pelas oligarquias, de outro, também mostra que a Nova República foi a instauração de um novo regime político sob o

---

<sup>22</sup> Coligação partidária entre o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e o PFL (Partido da Frente Liberal) para concorrer às eleições indiretas para presidente da República em janeiro de 1985, lançando os candidatos Tancredo Neves e José Sarney como, respectivamente, presidente e vice-presidente da República.

controle das oligarquias<sup>23</sup>. Para ele, as oligarquias, no final do governo militar, haviam “*capturado o discurso contra a ditadura, em favor da liberdade e da democracia*”, e com base nele “*começaram a fazer acordos políticos, inclusive com os militares*” (que depois também farão parte no governo), para a instauração, sob seu controle, do novo regime político civil (MARTINS, 1994, p. 146-147).

Na opinião de Martins, o oligarquismo brasileiro sempre teve uma “*cara moderna para mascarar o atraso econômico dos latifúndios e das relações de trabalho nele baseadas*”. Portanto, Tancredo e Sarney, assim como Collor mais adiante, representavam, para ele, “*o poder do latifúndio atrasado, mascarado por uma ideologia liberal*”; ou seja, dentro de sua concepção de uma história pendular, representavam o ciclo de “*governos de descentralização política de base agrária e oligárquica, apoiados numa retórica liberal e moderna*”, que, por serem representantes de um liberalismo de fundamento agrário e oligárquico, não favoreciam a participação popular (MARTINS, 1994, p. 146-147).

Nascia, desse modo, a chamada Nova República e, com ela, o MST, recém fundado no Encontro de Cascavel em janeiro de 1984, vê-se envolto em uma nova conjuntura. A sua primeira proposta de Reforma Agrária que, conforme vimos, era percebida como uma forma de se combater a política de desenvolvimento agropecuário implantado pelo Regime Militar precisava, então, de novos elementos que a inserisse no contexto desse novo momento. É o que vai acontecer já no Primeiro Congresso Nacional do MST e nos Encontros Nacionais posteriores.

---

<sup>23</sup> Para um aprofundamento acerca da conceituação de realidade pendular na história do Brasil, ver: MARTINS, José de Souza. **Não Há Terra Para Plantar Neste Verão**. Petrópolis: Vozes, 1986; MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994; MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.



## **1- O PRIMEIRO CONGRESSO NACIONAL DO MST: REFORMA AGRÁRIA, DEMOCRACIA E OCUPAÇÃO.**

O Primeiro Congresso Nacional do MST foi realizado na cidade de Curitiba - PR, entre os dias 29 e 31 de janeiro de 1985. Nesse congresso, marcado pela conjuntura do Novo Regime que se instalava, o MST incorporou elementos novos na sua proposta de Reforma Agrária, sendo o mais importante, a luta pela democracia. Essa luta, que já estava implícita no programa de Reforma Agrária do MST, uma vez que o Movimento inseria-se, juntamente com outras lutas e movimentos populares, no contexto de combate ao Regime Militar e conquista da democracia, passou a ser um elemento fundamental nesse programa. Para os sem-terra, não havia possibilidade de se constituir o novo regime democrático sem a realização da Reforma Agrária. É o que podemos perceber no texto de Fernandes:

(...) Em suas análises da conjuntura política, os sem-terra já haviam concluído que o fim da ditadura não significava o fim das lutas sociais, ao contrário, os trabalhadores do campo e da cidade estavam conquistando direitos e espaços políticos para ampliar suas lutas. Nesse sentido, a luta pela reforma agrária era uma das condições da conquista da democracia. Afinal, o lema do Congresso era: Sem Reforma Agrária Não Há Democracia (FERNANDES, 2000, p. 90).

Para o MST, então, e também para a grande maioria dos que a apoiavam e a defendiam, a Reforma Agrária, diante da situação de miserabilidade de milhares de trabalhadores rurais sem terra que estavam vivendo acampados ou nas periferias das cidades, era o instrumento mais eficaz para garantir não só o bem estar social e a melhoria das condições de vida dessa parcela marginalizada sócio-politicamente, mas de toda a população em geral. Ou seja, para o MST, a Reforma Agrária era o meio de se conseguir e de se construir uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

No entanto, apesar de acreditarem que a democracia não podia ser consolidada sem a realização da Reforma Agrária, os sem-terra depositavam poucas esperanças de que o governo da Nova República a efetuasse. Para Stédile, líder do Movimento, a decisão de não se iludir com a Nova República, ao contrário dos partidos de esquerda e de outras instituições pró Reforma Agrária, foi uma decisão política fundamental nesse congresso:

O Congresso Nacional foi realizado em janeiro de 1985, em Curitiba (PR), com 1600 delegados. Nesse Congresso, a marca mais forte foi a decisão política de não nos iludirmos com a Nova República. Toda a esquerda burocrática embarcou nessa canoa furada. O PCB apoiou (...) O PC do B, outra força política de esquerda de então, também apoiou. Ambos os partidos deram o seu apoio a Tancredo Neves e se envolveram no seu governo (...) Boa parte da Igreja igualmente entrou nessa canoa que, para nós, já estava furada (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 51).

Para o MST, segundo Stédile, a conquista da Reforma Agrária e, conseqüentemente, a conquista da democracia por parte dos trabalhadores rurais sem-terra só iria ocorrer se houvesse lutas de massas e pressão sob o novo governo:

O pessoal de esquerda vinha dizer para a gente: 'Vocês se acalmem que agora vai sair a reforma agrária'. E crescia em nós a convicção de que a reforma agrária somente iria avançar se houvesse ocupação, luta de massas. Sabíamos que, mesmo com o novo governo, civil agora, não dava para ficar esperando pela boa vontade das autoridades. O povo deveria pressionar. Essa era nossa garantia (...) Recuperamos para as massas que só com a ocupação a reforma agrária poderia avançar. A turma saiu do Congresso e começaram a pipocar grandes ocupações por todo o país (...) Essas ocupações mobilizaram mais de 40 municípios. Foi um rebuliço. As massas entenderam que não poderiam ficar esperando o governo e que havia espaço democrático, mas que só ocuparia esse espaço quem conseguisse se mobilizar e lutar (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 51-53).

A ocupação tornou-se, a partir daí, a grande forma de luta do MST. Para os seus dirigentes, ela era o elemento que podia, e ainda pode, impulsionar a luta pela terra e pela Reforma Agrária, pois constituía uma forma aglutinadora. Como indica Stédile:

(...) a ocupação é uma forma aglutinadora, não é um grito isolado. Se tu deres o grito isolado e fores ocupar um supermercado, aí justificam o crime: 'Tá vendo, além de pobre é ladrão' (...) Outro aspecto da ocupação, este do ponto de vista da nossa organização, é que ela é fundamental, é a essência do movimento. O que o MST faz é aglutinar pessoas (...) (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 113-114).

A adoção da ocupação como grande forma de luta do Movimento, no entanto, gera interpretações diferentes por parte de alguns estudiosos. Para Carvalho, por exemplo, ao optar pela ocupação como sua principal forma de luta, o MST inseria-se diretamente na luta de classes contra o capital, uma vez que, depois do processo de modernização agropecuário desencadeado pelos governos militares, os grandes imóveis rurais no Brasil estavam concentrados nas mãos do capital financeiro e comercial; através da ocupação, na visão desse autor, o MST também emancipava-se do Estado:

O MST, ao optar pela ocupação dos grandes imóveis rurais improdutivos, confrontou-se diretamente com o grande capital financeiro e comercial, nacional e estrangeiro. Ao romper com as prerrogativas históricas e legais do direito de propriedade privada da terra improdutiva, estava, de maneira indireta, afirmando que não iria aguardar pela ação do Estado para a realização da reforma agrária no Brasil. Portanto, emancipava-se do Estado (CARVALHO, 2002, p. 245).

Navarro, por sua vez, entende essa valorização da ocupação como uma nova fase nas ações do Movimento. Para ele, se no período anterior, até mesmo por influência da Igreja Católica, as ações de pressão tinham menor

potencial de confrontação e optava-se freqüentemente pela negociação, as ações do MST “*gradualmente tornaram-se principalmente de confrontação*”, com “*vários episódios de enfrentamento com policiais ou jagunços dos grandes proprietários, em virtude de uma nova orientação interna que privilegiava esta tática de luta*” (NAVARRO, 2002a, p. 202-203).

Essa nova orientação interna do Movimento, marcada pela radicalidade das ações e pela confrontação, refletiu, segundo Navarro, a adesão, “*por parte do pequeno grupo de dirigentes principais, a um ideário leninista*”. Embasado nesse ideário, o MST, segundo o autor, elegeu o socialismo como sendo o projeto político pretendido pelas famílias rurais sem terra, e foi, a partir daí, moldando-se como uma organização centralizada, deixando de ser um movimento social de massa para se tornar um ‘movimento de quadros’ (NAVARRO, 2002a, p. 204).

Independentemente das posições defendidas pelos autores, foi através das ocupações que o MST conseguiu, no início da Nova República, expandir-se, como veremos, por vários estados do Brasil. Sua importância para o Movimento pode ser percebida na nova palavra de ordem que surgiu nesse Congresso e que norteou as ações do MST no período aqui compreendido e até mesmo em períodos posteriores: ‘*Ocupação é a única solução*’.

Outras resoluções importantes foram, segundo Medeiros (1989), tomadas nesse Primeiro Congresso Nacional, delineando o tipo de Reforma Agrária defendido e exigido pelo MST. Entre elas destacavam-se: a Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores, a desapropriação de todas as propriedades com área acima de 500 hectares, a distribuição imediata de todas as terras em mãos dos Estados e da União, a expropriação das terras das multinacionais, a extinção do Estatuto da Terra e a criação de novas leis com a participação dos trabalhadores e a partir da prática de luta dos mesmos.

Essas resoluções faziam parte do Documento Final do Congresso, elaborado depois de três dias de estudos e debates e aprovado pelos participantes e entregue aos governos federal e estaduais. Além das citadas acima, outras

resoluções, referentes à política agrária, eram exigidas pelos trabalhadores rurais sem-terra:

Colonização:

- Fim de toda e qualquer colonização dirigida, seja pelo governo, empresa privada ou cooperativa;
- Assistência adequada, em todos os níveis aos projetos de colonização já existentes;

Sobre os órgãos governamentais de política fundiária:

- Extinção do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários (MEAF), do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), do Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM), da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CONDEVASF), como também dos institutos de terras estaduais;
- Criação de novos organismos federais e estaduais com a participação dos trabalhadores no processo de criação e administração;

Em relação à violência no campo:

- Exigimos que o governo federal assuma a apuração de todos os assassinatos e a punição dos mandantes e executores dos crimes;
- Exigimos o desmantelamento de todos os organismos de repressão, inclusive os paramilitares;
- Exigimos a autonomia do Poder Judiciário e a criação de um Fórum de Justiça Agrária no Poder Judiciário (JORNAL DO MST, 1985, p. 19).

Todos esses pontos serão defendidos pelo MST nos embates ao longo do governo Sarney, principalmente no debate do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e da Constituinte, procurando implementar uma Reforma Agrária adequada às suas expectativas e combater a ação conservadora dos latifundiários organizados na União Democrática Ruralista (UDR).

Por fim, no final do Congresso, elegeu-se a Coordenação Nacional do Movimento que, segundo Fernandes (2000), contava com representantes de 12 estados (RS, SC, PR, SP, MS, MG, ES, RJ, BA, SE, MA e RO) onde o MST

estava organizado ou em vias de organização. A partir daí, o MST foi ampliando-se para outras regiões do país, atrelado ainda às estruturas da Igreja Católica, mas buscando sua autonomia.

## **2- PNRA: A REFORMA AGRÁRIA DO GOVERNO SARNEY.**

A instalação do novo regime político e do novo governo marcou, como já mencionamos, uma nova fase na luta pela Reforma Agrária do MST. Juntamente com outras entidades que defendiam a realização da Reforma Agrária, entre elas a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), a CUT (Central Única dos Trabalhadores), a Igreja Católica e alguns partidos da ala esquerda, o MST pressionava e exigia do nascente governo um projeto de Reforma Agrária.

Esse projeto, segundo Gomes da Silva (1987), começou a ser desenhado ainda no protocolo de formação da Aliança Democrática, quando é feita uma primeira declaração de intenção de implementação de uma Reforma Agrária, mediante o cumprimento do Estatuto da Terra, e foi reiterado em discursos posteriores do então candidato Tancredo.

Para Palmeira, no entanto, a inclusão da Reforma Agrária na pauta da Aliança Democrática não ocorreu por convicções programáticas dos partidos que a integravam, já que estes estavam comprometidos com setores oligárquicos, mas por dois outros fatores:

As razões parecem ter sido, antes, a gravidade dos conflitos no campo, que, segundo dados do MIRAD, teriam aumentado em números, entre 1971 e 1985, de 109 para 950, envolvendo centenas de milhares de famílias e, sobretudo, a necessidade do governo de ter o apoio da Igreja Católica, do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e de outras forças que lutavam por mudanças sociais no campo (PALMEIRA, 1994, p. 60).

Por isso, logo que foi eleito, a pedido da CNBB, Tancredo compôs seu ministério com Néelson Ribeiro encabeçando o que seria o MIRAD (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário)<sup>24</sup>. Posteriormente, já sob o mandato de Sarney<sup>25</sup>, José Gomes da Silva, antigo batalhador da Reforma Agrária no Brasil, foi nomeado para ocupar a presidência do INCRA.

O clima de otimismo entre as pessoas, entidades e movimentos pró-Reforma Agrária, que já era grande, tornou-se ainda maior com a indicação desses nomes.

E a euforia aumentou ainda mais quando, no dia 27 de maio de 1985, em Brasília, durante o 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais da CONTAG, o presidente José Sarney, efetivado no cargo com a morte de Tancredo, e o ministro Néelson Ribeiro lançaram, para ser discutida com toda a sociedade brasileira, a Proposta para a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (PNRA). A intenção do MIRAD/INCRA, conforme nos relata Di Sabatto (1986), era que a Proposta, que havia sido elaborada com a participação das entidades representativas dos trabalhadores rurais e de técnicos e pesquisadores ligados ao estudo da questão agrária nos seus diferentes aspectos, constituindo ao todo, 17 grupos de trabalho, passasse pelo crivo da sociedade civil, principalmente dos trabalhadores rurais, estando aberta a críticas e sugestões.

A Proposta, que pretendia desencadear a Reforma Agrária no Brasil através da aplicação do Estatuto da Terra, tinha, segundo Gomes da Silva (1987), o objetivo de mudar a estrutura fundiária do país, tendo como meta o assentamento de 1,4 milhão de beneficiários durante o quadriênio do governo Sarney. Além disso, segundo o mesmo autor, a Proposta elegia a desapropriação por interesse social<sup>26</sup> como o principal instrumento de execução da Reforma

---

<sup>24</sup> O MIRAD foi criado em 30 de abril de 1985 pelo Decreto n.º 91.214, substituindo o MEAF (Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários).

<sup>25</sup> Sarney assumiu interinamente a Presidência da República em 15 de março de 1985, em virtude da doença de Tancredo, e, com a morte deste, foi efetivado no cargo em abril do mesmo ano.

<sup>26</sup> Segundo Santos Filho e Mello, a desapropriação por interesse social foi introduzida no Brasil na Constituição de 1946; no entanto, sem conteúdo preciso nessa constituição, o interesse social da propriedade somente foi definido na Lei 4.132 de 1962, quando o uso da terra passou a ser condicionado pelo seu aproveitamento econômico, ou seja, o imóvel tornava-se expropriável pelo critério da produção. Mas é com o Estatuto da Terra de 1964 que a propriedade rural passou a ter uma clara definição de sua

Agrária, relegando a colonização e a tributação e atingindo os latifúndios por exploração<sup>27</sup> e por dimensão<sup>28</sup>.

Para alguns pesquisadores, como é o caso de Bruno (1988) e Medeiros (2003), o mérito maior da Proposta era o resgate da desapropriação por interesse social como instrumento para desencadear a Reforma Agrária e a tentativa de regular o cálculo das indenizações desapropriatórias. Com esses elementos, como nos mostra Medeiros, a Proposta do PNRA trazia uma concepção de desapropriação como uma penalização aos grandes latifundiários:

(...) Para implementá-la (Reforma Agrária), a desapropriação por interesse social era considerada o principal instrumento de obtenção de terras, marcando uma ruptura com todas as propostas e medidas dos governos militares, que tenderam a encará-la como último recurso e poucas vezes a utilizaram. A indenização das terras desapropriadas seria feita com base no valor declarado para fins de cobrança do imposto territorial rural. Sendo este um preço reconhecidamente abaixo do vigente no mercado, a proposta assumia, de forma explícita, a concepção de desapropriação como uma penalização dos proprietários fundiários por não darem à terra uma função social (MEDEIROS, 2003, p. 34-35).

O lançamento da Proposta provocou rapidamente a reação dos latifundiários e de outros setores contrários à Reforma Agrária, que passaram a pressionar o governo e a atuar para o seu esvaziamento. Para Graziano da Silva (1985), o grupo dos que eram contrários à Reforma Agrária podia ser dividido

---

função social definida em lei. Um imóvel rural, segundo essa lei, só desempenharia integralmente a função social quando favorecesse o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutavam, mantivesse níveis satisfatórios de produtividade, assegurasse a conservação dos recursos naturais e observasse as disposições legais que regulavam as justas relações de trabalho entre os que a possuíam e cultivavam. Os imóveis que não cumprissem com sua função social eram passíveis de desapropriação (SANTOS FILHO; MELLO, 1989, p. 1247-1248). A Constituição de 1988 manteve essa definição de função social do Estatuto e os elementos que a caracterizavam, isentando, no entanto, a desapropriação dos pequenos e médios imóveis e das propriedades produtivas (SANTOS FILHO; MELLO, 1989, p. 1273-1274).

<sup>27</sup> Latifúndios por exploração, segundo o Estatuto da Terra, são aqueles que não cumprem a sua função social.

<sup>28</sup> Para uma detalhada análise da Proposta e do PNRA ver as obras: SILVA, José Gomes. **Caindo Por Terra: crises da Reforma Agrária na Nova República**. São Paulo: Busca Vida, 1987; SILVA, José Graziano. **Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1985.



em dois: os radicais de direita, que não aceitavam, por princípio, qualquer tipo de Reforma Agrária, representados pela Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade (TFP), e pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e suas federações estaduais; e os usineiros e empresários rurais, que não aceitavam a proposta de Reforma Agrária proposta pelo MIRAD/INCRA, tendo como representante maior a Sociedade Rural Brasileira (SRB). É do primeiro subgrupo que irá emergir, como veremos adiante, a União Democrática Ruralista (UDR).

Por outro lado, entre as entidades que se posicionaram a favor da Proposta, Graziano da Silva cita a CONTAG, a Igreja Católica, a ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), federações e sindicatos urbanos e o MST. Este último, como observa o autor e como também podemos notar através das principais resoluções do Primeiro Congresso Nacional acima citadas, considerava as metas propostas pelo MIRAD/INCRA como modestas e propunha a ampliação de várias delas. Além disso, como já citamos, o MST condenou o Estatuto da Terra (base jurídica da Reforma Agrária contida na Proposta) como instrumento legal para a realização da Reforma Agrária no país. Para o MST, segundo Graziano da Silva, o *“Estatuto da Terra não resolveria o problema criado pelos ‘latifúndios modernos’ (...) o Estatuto da Terra representava, na sua essência, a política de modernização do latifúndio, na medida em que desenhava como ideal, para a agricultura do país, a empresa rural”* (SILVA, 1985, p. 59).

Apesar de ser arredo à Proposta por achá-la muito aquém daquilo que desejava, o MST a apoiou, pois sabia, conforme Graziano da Silva no mesmo trabalho, da necessidade do desencadeamento imediato do processo de Reforma Agrária no Brasil. A preocupação do Movimento, na visão deste autor, era que a Proposta não sofresse um esvaziamento no período em que estivesse aberta para discussões e sugestões até a assinatura do decreto de aprovação do PNRA, prevista para o final de agosto de 1985, tornando inviável a Reforma Agrária aí contida.

A preocupação do MST acabou tornando-se realidade. O PNRA aprovado pelo governo Sarney no dia 10 de outubro de 1985, depois de dois meses e meio de atraso, através do Decreto n.º 91.766, pouco teve a ver com a Proposta lançada e discutida com a sociedade. As forças contra-Reforma Agrária, contando principalmente com a atuação da UDR (que se formou nesse meio termo) e com a conivência do governo e dos seus partidos de sustentação (PMDB e PFL), conseguiram anular os principais elementos contidos na Proposta.

O PNRA assinado por José Sarney, segundo Gomes da Silva (1987), após longo atraso e doze versões, trouxe consigo concessões de natureza política, aberrações jurídicas, subversões legais, mudança frontal de estratégia e dificuldades operacionais. Para o autor, no entanto, a melhor ilustração da desfiguração sofrida pela Proposta foi a criação da figura do latifúndio produtivo, que, na sua opinião, evitava, no caso dos latifúndios por exploração, a desapropriação de um imóvel quando apresentasse uma área qualquer aproveitada, e isentava os latifúndios por dimensão dessa sanção.

Apesar da desfiguração sofrida pela Proposta, a meta inicial de assentar 1,4 milhão de famílias durante o governo Sarney foi mantida. No entanto, satisfazendo a vontade dos latifundiários e do próprio governo, o documento aprovado inviabilizava a execução da Reforma Agrária prevista no Estatuto.

Diante desse quadro de distorção da Proposta e de inviabilidade do PNRA aprovado, José Gomes da Silva, primeiramente (18 de outubro de 1985), e Nelson Ribeiro, logo depois (28 de maio de 1986), demitiram-se dos seus cargos. Começava, então, uma trajetória de sucessivas substituições na chefia do MIRAD e na presidência do INCRA ao longo do governo Sarney, atrapalhando ainda mais o andamento e execução do já desfigurado PNRA e culminando com a extinção de ambos os órgãos<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> O INCRA foi extinto em 22 de outubro de 1987 através do Decreto-Lei n.º 2.363. Suas atribuições ficaram divididas entre o INTER (Instituto Jurídico das Terras Rurais), criado para substituí-lo, e o MIRAD. No entanto, este último logo também foi extinto, e por duas vezes: primeiramente em 15 de janeiro de 1989 através da Medida Provisória n.º 29, que depois perdeu sua validade, e, por último, em 20 de março de 1989, através da Lei n.º 7.739. Todas as atribuições competentes ao MIRAD passaram para o Ministério da Agricultura, tendo a sua frente Íris Rezende Machado. Por fim, 17 meses depois de sua

Enfim, o PNRA do governo Sarney teve como saldo o descumprimento das metas estabelecidas, a crescente organização das forças anti-reforma (vide UDR) e o acirramento da violência no campo. No final do governo, segundo dados do INCRA (2001), apenas 89.945 famílias foram assentadas, ou seja, apenas 6,4% do que era previsto no PNRA; ademais, foram desapropriados apenas 4,5 milhões de hectares dos 43 milhões previstos (1,5% do total).

O fracasso do PNRA pode ser visto de diversos ângulos: do governo, do MST e das forças anti-Reforma Agrária. Se olharmos para o lado do governo, percebemos que houve nitidamente falta de vontade política para a condução desse programa. José Sarney, conforme as observações de Martins (1994) que expusemos acima, era um representante do oligarquismo, não sendo conivente com uma Reforma Agrária que mudasse a estrutura fundiária brasileira e, conseqüentemente, afetasse o pacto político entre capital e latifúndio que se formou a partir da modernização conservadora e que garantia, sob o controle das oligarquias, a sustentação do Novo Regime.

Poderíamos, então, nos perguntar: por que um governo como Sarney, representante das oligarquias, lançou mão do debate da Reforma Agrária no início de seu governo?

Acreditamos que o motivo principal foi a necessidade de legitimação do seu governo, pois Sarney havia entrado pela tangente com a morte de Tancredo. Como bem observa Gomes da Silva, ao herdar o governo, Sarney recebeu juntamente os programas (entre eles o de Reforma Agrária) em adiantado estado de elaboração e o ministério deixados por Tancredo. Ele *“tratou de ganhar a confiança da população, foi paciente com os ministros de Tancredo, gentil com a viúva e cordato com os militares”*<sup>30</sup> (SILVA, 1987, p. 34-35). E, para evitar a realização de uma indesejada Reforma Agrária e, ao mesmo tempo,

---

extinção, o INCRA é restabelecido pelo Congresso Nacional pelo Decreto n.º 97.886, de 28 de julho de 1989, mantendo sua estrutura anterior e sendo vinculado ao Ministério da Agricultura (INCRA, 2001).

<sup>30</sup> Diante dos acordos e pactos políticos feitos entre a oligarquia e os militares, já citados nesse trabalho, que tornaram possível um ‘transição dirigida’, sem a participação popular, alguns militares moderados também fizeram parte da base de sustentação do novo governo, ocupando os cargos militares (ministros do Exército, Marinha, Aeronáutica, EMFA – Estado-Maior das Forças Armadas, Gabinete Militar, CSN – Conselho de Segurança Nacional e SNI – Serviço Nacional de Informações).

não se “*desgastar publicamente manifestando oposição a um processo tão carregado de sabor popular e carga política*”, Sarney deixou que a “*inércia das vacilações cuidasse disso*” (razão dos seguidos atrasos para a assinatura do decreto de aprovação do Plano) (SILVA, 1987, p. 39).

Palmeira confirma essa estratégia de Sarney apontada por Gomes da Silva, acrescentando que o governo realizava ciclos contínuos de estímulos e desestímulos à realização da Reforma Agrária. Dessa forma, “*sem tirar a reforma agrária de pauta – evitando, portanto, entrar em choque frontal com as forças sociais que dão suporte àquela bandeira – neutralizou-a, e, por conseguinte, não perdeu a confiança dos setores conservadores*” (PALMEIRA, 1994, p. 63).

Se olharmos para o lado do MST, por sua vez, percebemos que o fracasso do PNRA deu razão ainda maior às posturas e práticas do Movimento que, diferentemente da CONTAG e de outras instituições que deram seu apoio irrestrito ao Plano, confiava na ocupação como forma de luta apta a conquistar a Reforma Agrária e a democracia dos trabalhadores rurais sem-terra.

Por fim, se olharmos para os latifundiários, veremos que o fracasso do PNRA também mostrou a força desse setor, que através de suas entidades representativas, principalmente a recém-criada UDR, conseguiu pressionar o governo e imprimir a primeira derrota aos setores pró-Reforma Agrária na Nova República.

A segunda derrota, por sua vez, não demoraria muito a acontecer; ela ocorreu durante a Assembléia Nacional Constituinte, quando foi elaborada a nova Constituição brasileira. É o que veremos a seguir.

### **3- ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE: A REFORMA AGRÁRIA NA NOVA CONSTITUIÇÃO.**

Com a derrota da proposta do PNRA, a grande batalha para institucionalizar canais que viabilizassem a realização de transformações

significativas na estrutura fundiária brasileira deu-se na Assembléia Nacional Constituinte.

A Assembléia Nacional Constituinte foi instalada em 1º de fevereiro de 1987, iniciando suas atividades sob a liderança do deputado Ulisses Guimarães. Os trabalhos da Assembléia duraram por quase dois anos, até a promulgação, no dia 5 de outubro de 1988, da nova Constituição Federal do Brasil.

A nova Constituição, que garantiu diversos direitos civis, sociais e trabalhistas, deixou lacunas justamente, ou intencionalmente, na questão da Reforma Agrária. Apesar de serem apresentadas duas emendas populares sobre o tema, sendo uma subscrita por dezessete entidades que apoiavam a Reforma Agrária, que somaram oficialmente quase 1,5 milhão de assinaturas, prevaleceu, segundo Medeiros, no texto final, a vontade dos latifundiários:

Apesar da forte pressão popular pela introdução de medidas que viabilizassem uma ampla reforma agrária (a emenda popular que apoiava conseguiu reunir cerca de 1,5 milhão de assinaturas), os interesses ligados à propriedade da terra cerraram fileiras, ampliaram influência no Congresso Nacional e conseguiram criar bloqueios a essa possibilidade (MEDEIROS, 2003, p. 39).

Para Stédile, abarcando a visão do Movimento, devido a ação da UDR, a questão agrária foi praticamente a única derrota social que ocorreu na Constituinte de 1987/88:

A UDR teve muita influência nos governos estaduais e, principalmente, na Constituinte de 1988. Praticamente a única derrota social que ocorreu na Constituinte foi na questão agrária, pois em todos os outros itens houve avanços (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 67).

Teixeira, em seu trabalho, confirma essa derrota mostrando que ela estava contida principalmente em dois itens: a forma de indenização e a limitação das desapropriações:

Os rigores na definição das ‘justas’ indenizações pecuniárias aos latifúndios improdutivos, combinados com as brechas características do ordenamento jurídico brasileiro, protetoras dos setores mais abastados da sociedade, criaram as condições para a instalação, no país, de uma verdadeira indústria das superindenizações dos latifúndios desapropriados. Igualmente, a Constituição limitou a aplicação das desapropriações apenas para os latifúndios improdutivos, ainda que, conceitualmente, pelo texto constitucional, todos os imóveis rurais que não cumprem a função social, sejam passíveis de desapropriação para reforma agrária (TEIXEIRA, 2001).

Gomes da Silva, assim como Teixeira, apesar de abordar outros elementos, também entendia que a Reforma Agrária sofreu retrocessos principalmente na forma de indenização (o pagamento passava a ser prévio e pelo ‘preço justo’ – preço de mercado) e na limitação das desapropriações com a inserção do termo ‘propriedade produtiva’. A inserção desse termo, para ele, constituiu um dos mais sérios recuos já ocorridos na história das constituições brasileiras e que, na prática, sepultou definitivamente a possibilidade de se realizar qualquer mudança estrutural na agricultura brasileira, sob a égide da nova Carta:

De fato, ao dispor (...) que a chamada ‘propriedade produtiva’ é não suscetível de desapropriação, a CF de 1988 introduziu na prática tamanhas dificuldades de ordem legal, agrônomo e operacional, que inviabiliza por completo qualquer tentativa séria de mudar a nossa estrutura fundiária (SILVA, 1988, p. 16).

Gomes da Silva, em outro trabalho de sua autoria, relata que este termo transformou-se na grande bandeira política da UDR, pois ele tratava-se, na verdade, de uma “*deformação conceitual e uma impropriedade semântica*,

*escondendo uma armadilha legal e uma tática latifundiária*”. Conseguia também, com esses artifícios, “*reduzir consideravelmente a área de terras destinadas à realização da Reforma Agrária no Brasil*” (SILVA, 1989, p. 201).

Santos Filho e Mello aprofundam, em seu trabalho, a confusão representada pelo termo ‘propriedade produtiva’. Para os autores, ao isentar a propriedade produtiva da desapropriação, o texto constitucional alimentava uma contradição: primeiramente tornava passível de desapropriação todas as propriedades que não cumprissem a sua função social (art. 5, XXIII), com uma definição explícita do que se entendia por tal inspirada no Estatuto da Terra (aproveitamento racional, utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores); posteriormente, dispensava dos chamados imóveis ‘produtivos’ o ônus da função social, bastando apenas que cumprissem o critério de produtividade, que não abarcava os demais requisitos da função social. Dessa forma, “*o texto aprovado descarta a possibilidade de reformar as áreas dos latifúndios por dimensão*” (SANTOS FILHO; MELLO, 1989, p. 1274).

O resultado da nova Constituição foi, conforme avaliado por esses autores, o retrocesso em relação ao Estatuto da Terra e a inviabilidade da execução de uma Reforma Agrária massiva, rápida, ampla e drástica, uma vez que as desapropriações ficaram emperradas com o dispositivo genérico da propriedade produtiva.

Fernandes, citando Tonelli<sup>31</sup>, mostra que a definição do conceito de propriedade produtiva ficou a cargo da legislação complementar. Desse modo, “*a viabilização da reforma agrária ficou condicionada à aprovação de uma lei regulamentando estes artigos da Constituição e de outra Lei Complementar definindo o Rito Sumário das desapropriações*” (FERNANDES, 1999, p. 59). Essas leis, no entanto, só foram sancionadas em 1993, bloqueando e estagnando o processo de Reforma Agrária nesse momento.

---

<sup>31</sup> TONELLI, P. **Lei Agrária: um instrumento para combater o latifúndio e democratizar o acesso à terra**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1993.

Diante desse impasse, onde as desapropriações não tinham parâmetros precisos para serem realizadas, ganharam espaço ações judiciais que passaram a discutir a desapropriação e o seu valor. Desse modo, o Poder Judiciário tornou-se um ator central no debate sobre a Reforma Agrária, na medida que podia determinar despejos e arbitrar valores de desapropriação.

O que vemos, portanto, como nos lembra Poletto (1989), é que os proprietários, percebendo a importância da legalidade para a luta popular pela terra e pela Reforma Agrária, conseguiram esvaziar a lei em relação à questão agrária. Assim, uma nova derrota foi imprimida aos setores pró-Reforma Agrária. E, como conclui Gomes da Silva (1988), apesar de apoiada por 1,5 milhão de eleitores que subscreveram a Emenda Popular com o maior número de assinaturas, a Reforma Agrária não conseguiu vencer os bois da UDR.

#### **4- UDR: A FORÇA DO LATIFÚNDIO.**

A UDR, como já mencionamos, surge, em junho de 1985, no bojo das reações dos latifundiários e anti-reformistas que eram contrários à aplicação da Proposta do PNRA lançada pelo MIRAD/INCRA, com o objetivo de combater essa proposta de Reforma Agrária do PNRA e o MST, e também para aglutinar os ‘produtores rurais’ na defesa da propriedade privada rural, mesmo que fosse através da violência.

Para o MST, na visão de seu líder Stédile, a UDR surgiu com duas intenções: reprimir o MST e pressionar o governo Sarney:

Como o Estado não podia desencadear a repressão maciça, porque as nossas ocupações eram de massas, surgiu a UDR como uma forma de organização do latifúndio. Ela surgiu com duas intenções: reprimir o MST e, sobretudo, fazer pressão sobre o governo. Ou seja: fazer com o governo Sarney reprimisse. ‘Vocês têm de reprimir’, exigia (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 67).



Na visão de Graziano da Silva, a UDR formou-se justamente no vazio deixado pela dicotomia entre a representação formal dos proprietários rurais (CNA e federações) e a representação real destes, através das cooperativas e associações de produtores, que não conseguiam superar a barreira do específico e combater a Proposta do PNRA do MIRAD/INCRA e as ações do MST:

Como a representação real cuidou sempre de reivindicações muito específicas – dada a sua organização, em geral, por produto – era quase impossível, mesmo ao nível das entidades de classe detentoras da representação formal, superar a famosa ‘choradeira’ por melhores preços disto e daquilo. Em outras palavras, a luta dos proprietários não conseguia superar a barreira do específico. A UDR veio politizar essa luta com seu discurso anti-reformista e de defesa da propriedade privada (SILVA, 1988, p. 19).

Com esse tipo de formação, a UDR, assim como o MST, atuava fora dos campos legais de representação sindical. Para Bruno, isso ocorria porque, naquele momento, as instâncias legais de representação sindical (tanto dos trabalhadores rurais quanto dos proprietários rurais) não conseguiam absorver as manifestações mais radicais, e cada vez mais expressivas, das lutas no campo. É por isso que, para a autora, apesar de serem distintos os tempos em que os dois movimentos emergem e se impõem, o MST e a UDR possuem algumas características comuns:

(...) eles têm em comum a questão da propriedade do monopólio e do acesso à propriedade fundiária, a crítica às suas respectivas instâncias de representação sindical, ‘amarrados na burocracia e atrelados ao Ministério do Trabalho’, e a visão da inevitabilidade da violência como um dos meios para fazer prevalecer seus interesses (BRUNO, 1988, p. 1624).

No entanto, como ainda observa Bruno, esses dois movimentos, *“entendidos como processo social e como campo de força, expressam momentos*

*de lutas e conflitos que apontam para alternativas opostas no processo de constituição do capitalismo*” (BRUNO, 1988, p. 1624).

A base social da UDR, por sua vez, segundo Bruno, era composta, prioritariamente mas não exclusivamente, por pecuaristas, que eram “*os primeiros alvos da reforma agrária*” e para quem a terra assumia “*uma importância fundamental em razão do sistema arcaico de criação extensiva*”. Contudo, ela também conseguiu, principalmente em São Paulo, penetração e apoio dos médios proprietários de terra, integrados ao Complexo Agro-Industrial (CAIs), e dos pecuaristas que praticavam uma atividade moderna (BRUNO, 1988, p. 1615).

O fortalecimento da UDR foi se dando principalmente com a adesão dos grandes pecuaristas, e sua atuação acontecia, conforme nos indica Bruno, prioritariamente nas áreas onde os conflitos de terra eram mais graves e nas regiões onde predominava a pecuária.

Na visão de Bruno, podemos identificar dois principais momentos de constituição da UDR. No primeiro, segundo ela, que é o período de formação da entidade, a UDR vai definir-se prioritariamente “*pela garantia de defesa dos ‘produtores rurais’, contra as invasões de terra e pela construção de uma identidade assentada na união e na lealdade de todos os produtores rurais*” (BRUNO, 1988, p. 1615-1616).

Trata-se de um momento de confronto direto com o MST, onde a UDR, através de meios violentos, combatia as ações do Movimento e tentava preservar o direito de propriedade da terra. Também era um momento de pressão sobre o novo governo e sua proposta de Reforma Agrária. Por isso, como bem observa Bruno, o discurso da UDR era anti-governo e anti-sem-terra e suas principais linhas de ação eram:

(...) o posicionamento contra a reforma agrária da Nova República, o enfrentamento direto com os trabalhadores rurais das regiões de conflito e de invasão de terra, a denúncia das posições e da atuação da Igreja e a CPT, e a preparação para a ‘eclosão de uma guerra no campo’, que incluía inclusive a formação de milícias armadas a

serviço dos grandes proprietários de terra, nas áreas de conflito (BRUNO, 1988, p. 1616).

Com a vitória sobre a Proposta e a desfiguração do PNRA, com a garantia de que a Reforma Agrária não seria realizada e com a certeza de que a sociedade brasileira pouco cobraria do recuo da Nova República, além da desfavorável repercussão da morte do Pe. Josimo Tavares<sup>32</sup>, a UDR, conforme nos indica Bruno, entrou numa nova fase de sua constituição, que corresponde ao seu momento de maior expressão e consolidação. Golpeada pela denúncia de violência extremada, a entidade, sem mudar seu objetivo de preservação dos privilégios de seus associados, passou, segundo esta autora, a reforçar o discurso da democracia, “*entidade como reivindicação de direitos; pelo direito de se fazer representar e pela livre expressão*” (BRUNO, 1988, p. 1641 – nota 36).

Nesse segundo momento, segundo Bruno, a UDR, então, passou a posicionar-se a favor da Reforma Agrária aprovada pelo PNRA, já que esta não lhe causava mais ameaça, e a definir-se prioritariamente pela atuação no campo jurídico<sup>33</sup>. Dispondo de uma assessoria bem aparelhada, a UDR, segundo a autora, passou a orientar os proprietários no recadastramento da propriedade, nas ações judiciais para obtenção de liminares contra as desapropriações, nas reclamações e solicitações de fiscalizações especiais. Paralelo a isso, conforme a autora, a entidade “*montou um não menos eficiente sistema de divulgação orientando, aos seus associados, como prevenir-se das desapropriações*” (BRUNO, 1988, p. 1626).

Agindo dessa forma, acreditamos que a UDR tentava apagar a imagem de entidade violenta que lhe acompanhava e que lhe dava pouca legitimidade entre os demais setores da sociedade. Imagem esta que foi ainda mais reforçada com a morte de Padre Josimo Tavares, quando o MST e a CPT

---

<sup>32</sup> Pe. Josimo Morais Tavares era sacerdote e membro da CPT, atuando na região do Bico do Papagaio, Tocantins. Foi assassinado, segundo Fernandes, por um pistoleiro a mando de fazendeiros da UDR, em 10 de maio de 1986, na cidade de Imperatriz (MA) (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 68).

<sup>33</sup> Como já vimos, com a indefinição dos parâmetros das desapropriações na Constituição Federal de 1988, o Poder Judiciário ganhou destaque no debate da Reforma Agrária, cabendo-lhe o papel de julgar o próprio mérito das desapropriações.

aumentaram as acusações contra os modos violentos utilizados por esta entidade na defesa do latifúndio e da propriedade rural.

Esta segunda fase foi também o momento em que a UDR procurou uma maior aproximação com as elites orgânicas que representavam os interesses de outras frações da burguesia e atacou mais diretamente o ‘projeto camponês’. No primeiro caso, como observa Barbosa, a UDR “*começou a ser acolhida pelas organizações da burguesia industrial e comercial, já agora em nome da ‘defesa da iniciativa privada e do direito de propriedade’*” (BARBOSA, 1991, p. 149). No segundo caso, o ataque ao ‘projeto camponês’, segundo Bruno, dirigia-se em particular “*às novas formas de resistência e de luta dos trabalhadores rurais*”: as ocupações e os acampamentos (BRUNO, 1988, p. 1628).

Se esta segunda fase da constituição da UDR foi o seu momento de maior expressão e consolidação, legitimando-a como uma interlocutora do governo para assuntos agrícolas e marcando vitórias importantes como o da Constituição de 1988, ela vai marcar também o início do declínio da UDR.

A autodissolução da entidade nos primeiros anos da década de 90<sup>34</sup>, foi o indício maior de uma crise que, segundo Graziano da Silva (1988), começou com as próprias vitórias estrondosas da UDR. Essas vitórias, além de provocarem um acirramento dos conflitos no campo, aumentando a oposição a essa entidade (principalmente por parte do MST e CPT, e de todos os setores sociais pró-Reforma Agrária), marcaram também, segundo o autor, uma reorganização interna da representação formal dos proprietários rurais, fechando o vazio político que permitiu o surgimento da UDR.

Por outro lado, o MST acredita que a dissolução da UDR na década de 90 ocorreu devido ao seu próprio erro de utilizar a pistolagem para combater o Movimento e os defensores da Reforma Agrária. Para Stédile, os crimes que essa entidade cometeu, principalmente os assassinatos do Padre Josimo Tavares e de Chico Mendes<sup>35</sup>, atingiram não só o MST e a luta pela Reforma Agrária, mas

---

<sup>34</sup> Vale mencionar que a UDR voltou a funcionar na segunda metade dos anos 90, não tendo, no entanto, o mesmo vigor e a visibilidade que adquiriu no final da década de 80.

<sup>35</sup> Francisco Alves Mendes Filho (Chico Mendes) era seringueiro, sindicalista e ativista ambiental. Participou da fundação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Brasília e Xapuri (AC), além da

todos os outros setores da sociedade, que passaram a execrar a UDR enquanto símbolo da violência :

A UDR não fez uma interpretação política correta da luta pela reforma agrária ao profissionalizar a pistolagem. Por isso começou a assassinar pessoas que não tinham inserção direta nas ocupações de massas que estavam proliferando e tiveram uma repercussão muito grande. Foram os casos dos assassinatos do padre Josimo Tavares , em Imperatriz (MA), e de Chico Mendes, em Xapuri (AC). Esses dois assassinatos representaram a abertura da cova da UDR (...) Esses crimes não atingiram só a reforma agrária ou MST, mas a própria sociedade (...) Ao matar lutadores sociais, de uma luta mais ampla, errou o alvo e acertou a sociedade. Ao cometer esse erro gravíssimo, a UDR causou sua própria destruição. Na época, fizeram umas pesquisas que mostraram que a população execrava a UDR. Tinha virado o símbolo da violência (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 68).

Apesar desses elementos serem importantes e influírem no processo, acreditamos que a dissolução da UDR ocorreu muito mais pela falta de ‘maleabilidade’ no seu programa político. Ao contrário do MST, a UDR, apesar da tentativa - a segunda fase de constituição da UDR, apontada por Bruno, e a própria candidatura de Ronaldo Caiado<sup>36</sup> para as eleições de 1990 representaram um esforço nesse sentido -, não conseguiu efetuar uma ‘ginástica política’ e implementar elementos novos na sua plataforma de luta. Ao derrotar o MST e os setores pró-Reforma Agrária na conjuntura aqui abordada, evitando, desse modo, o processo de Reforma Agrária do PNRA e na Constituição de 1988, a entidade não conseguiu manter-se ‘viva politicamente’, pois seus objetivos maiores de defesa da propriedade rural e do latifúndio haviam sido alcançados. A UDR nem mesmo conseguiu afugentar a imagem de instituição atrasada e violenta que lhe foi fixada principalmente pelo MST e pela CPT.

---

fundação do Partido dos Trabalhadores do Acre e do Conselho Nacional dos Seringueiros. Foi assassinado em 22 de 1988 por fazendeiros da região.

<sup>36</sup> Ronaldo Caiado foi um dos fundadores da UDR e era presidente da entidade nesse período. De família tradicional de Goiás, foi candidato a Presidente da República no pleito de 1989 e eleito por três vezes como deputado federal.

Diante disso, podemos concluir que, apesar da UDR ter vencido conjuntamente, foi o MST quem venceu historicamente. Diferentemente da UDR, o Movimento conseguiu, já mesmo nos Encontros Nacionais realizados no final década de 80, implementar elementos novos na sua plataforma de luta, mantendo a atualidade da mesma.

Resta-nos ainda observar que a presença da UDR e do MST no meio rural, apontando, como já citamos, alternativas opostas no processo de constituição do capitalismo, fizeram com que a Reforma Agrária se tornasse um objeto de luta política de classes em disputa pelo poder. É o que também percebe Graziano da Silva em seu trabalho:

(...) a reforma agrária deixou de ser coisa de gente bem intencionada  
(...) Os trabalhadores rurais entenderam que não bastam exemplos e argumentos: precisam ter votos, deputados, poder político enfim.  
A vitória da UDR na Constituinte foi uma vitória política, e é no plano político que a luta pela terra deverá se desenrolar em nosso país daqui por diante. Nesse novo cenário deverão ressurgir as organizações que efetivamente representam os interesses de classes em conflito – os trabalhadores e os proprietários rurais (SILVA, 1988, p. 20).

Vejamos, então, a seguir as principais mudanças implementadas pelo MST nos Encontros Nacionais realizados no final da década de 80.

## **5- A EXPANSÃO DO MST E OS ENCONTROS NACIONAIS: NOVAS MUDANÇAS NO FINAL DA DÉCADA.**

Como já mencionamos, o MST, ao final do 1º Congresso Nacional, vai se organizando e se expandindo para todos os estados brasileiros, na tentativa de tornar-se um movimento de caráter efetivamente nacional.

O processo de organização e de consolidação do MST em cada estado iniciava-se, segundo Fernandes (2000), quase sempre com a organização das famílias sem-terra e a ocupação de terras. Esta última, para o autor, era o fato social que registrava a gênese do MST em cada estado e que possibilitava a

formação de acampamentos e a conquista de assentamentos, fundamentais no processo de consolidação do Movimento. Esse processo inicial, como nota o autor, contava sempre com a ajuda de sem-terras de outros estados onde o MST já estava melhor organizado.

Paralelo à organização das famílias, às primeiras ocupações e acampamentos e à conquista dos primeiros assentamentos, o processo de construção do MST em cada estado acontecia também, como informa Fernandes no mesmo trabalho, com a organização de uma estrutura básica estadual, formada por uma coordenação, uma direção, uma secretaria e por setores que atendiam as necessidades prioritárias.

Em quase todos os Estados, o MST nascia atrelado ou à estrutura da Igreja ou a alguma estrutura sindical. A busca pela consolidação do Movimento em cada estado, portanto, era também uma busca por sua autonomia diante de entidades como a CPT, CEBs, CUT e CONTAG. Em muitos estados, como nos mostra Fernandes (2000), houve embates entre essas entidades para o controle da direção das lutas dos trabalhadores rurais.

De qualquer forma, o período de 1985-1990 marcou a consolidação do MST enquanto movimento nacional. Segundo Fernandes, no final do governo Sarney, o MST havia deixado de ser o Movimento de cinco estados do Sul (RS,SC,PR,SP,MS), para tornar-se um movimento nacional, organizado em 18 estados (além dos acima citados, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI, MA, GO, RO, MG e ES)<sup>37</sup>.

Além da expansão e organização por quase todos os estados da federação, o MST, depois da realização do 1º Congresso Nacional, no período de 1985 a 1989, passou por algumas mudanças no seu projeto de Reforma Agrária e na própria estrutura do Movimento. Essas mudanças, feitas durante os Encontros Nacionais do MST realizados no período, estavam em consonância com a conjuntura (fracasso do PNRA, derrota da Reforma Agrária na Constituinte,

---

<sup>37</sup> No Rio de Janeiro, segundo Fernandes, a formação do MST foi singular, pois houve uma pausa no meio do processo: de 1985 a 1987 ocorreu a primeira fase, quando o MST tentou, sem sucesso, se consolidar no estado; no final de 1993, esse processo foi retomado e o MST se estabeleceu de vez no RJ (FERNANDES, 2000, p. 145).

surgimento e embate com a UDR) e possibilitaram que a plataforma de luta do Movimento se mantivesse atualizada. Faremos, então, um pequeno balanço desses encontros (do 2º ao 5º), baseando-nos nas informações de Fernandes (2000).

O 2º Encontro Nacional do MST foi realizado de 15 a 19 de dezembro de 1985, em Mogi das Cruzes (SP). Nesse encontro, segundo Fernandes, o MST fez uma avaliação geral das lutas em desenvolvimento e o planejamento de algumas atividades. Com relação às ocupações, os sem-terra observaram, como nos ilustra Fernandes, que era necessário incentivar ainda mais as massivas, pois *“as de pequeno número de famílias não estavam resultando em conquistas”*; por outro lado, segundo ainda este autor, os sem-terra percebiam que através dos assentamentos a luta era expandida, já que eram constituídos novos grupos de famílias e realizadas novas ocupações. Fernandes ainda informa que os sem terra indicaram, entre os diversos desafios encontrados no processo de crescimento do Movimento, como já citamos acima, o alcance da autonomia como um elemento chave para o seu desenvolvimento. Na visão do Movimento, segundo este autor, para superar as barreiras das relações de dependência, era necessário *“investir na formação política para formar novas lideranças”* (FERNANDES, 2000, p. 186).

Vale observarmos que esses dois pontos (ocupação e autonomia), que já discutimos anteriormente, são temas bastante presentes nesse momento de expansão do MST. Ambos constituem elementos fundamentais do desejo do MST de se tornar o principal interlocutor na demanda por Reforma Agrária: a autonomia por tirar, como já vimos, as ‘amarras’ das entidades que cooperaram no processo de gestação e formação do Movimento (principalmente a Igreja Católica); a ocupação por ser uma forma de luta que dava grande visibilidade na cena política, uma vez que colocava o MST diretamente em confronto com as forças do latifúndio ao tocar num dos alicerces da aliança política que sustentava o poder no Novo Regime – o direito de propriedade.

Além da ocupação e da autonomia, outros temas, considerados desafios a serem superados pelo Movimento, foram, como nos indica Fernandes, discutidos nesse encontro:



(...) a falta de clareza a respeito de um projeto político de longo prazo; a necessidade de melhorar a articulação das diferentes escalas: local, estadual e nacional e começar a definir as instâncias de representação; estruturar as secretarias nos estados; avançar nas discussões a respeito da organização do trabalho e da produção nos assentamentos (FERNANDES, 2000, p. 186).

Com relação ao PNRA, os sem-terra, segundo Fernandes, colocaram em questão a necessidade de elaborar um projeto de Reforma Agrária dos trabalhadores, já que “*o PNRA fora completamente adulterado em sua última versão*” e eles não “*acreditavam que o mesmo seria realizado*” (FERNANDES, 2000, p. 186).

O 3º Encontro Nacional do MST, por sua vez, aconteceu de 19 a 23 de janeiro de 1987, no campus da Universidade Metodista de Piracicaba, interior de São Paulo. Entre os pontos discutidos pelo Movimento nesse encontro, Fernandes (2000) cita: a intensificação da organização dos trabalhos de base, o fortalecimento das coordenações e direções em todos os níveis (local, estadual e nacional), o rompimento de atitudes imediatistas e a valorização de experiências coletivas, a busca da autonomia econômica e política.

Nesse encontro, segundo o autor, começou a despontar com maior clareza uma preocupação que já era citada no encontro anterior: as formas de organização das atividades produtivas nos assentamentos, visando o seu desenvolvimento. Essa preocupação, como perceberemos, aumentou continuamente na medida que o Movimento foi conquistando novos assentamentos e foi surgindo a questão da viabilidade sócio-econômica dos mesmos.

Entre as atividades planejadas, o MST, nesse encontro, segundo Fernandes, deu prioridade para ações de âmbito nacional. Entre outras coisas, constava a realização de ocupações massivas simultâneas em vários estados, a arrecadação de assinatura em favor da Reforma Agrária na Constituinte e a realização de manifestações nacionais em datas importantes (1º de maio – dia do

trabalhador; 25 de julho – dia do trabalhador rural; 8 de março – dia da mulher; 7 de setembro – dia da independência).

Foi nesse encontro que foi escolhido um dos principais símbolos do MST: a bandeira. Segundo Fernandes (2000), durante o encontro foram apresentadas várias propostas de modelos de bandeira, trazida por representantes de vários estados. No fim, foi escolhida a bandeira que hoje conhecemos (ver Anexo 1). Nesse mesmo encontro, foi também, conforme informação de Fernandes, elaborado, por Pedro Tierra, o Hino à Bandeira do MST (Ver Anexo 2).

A escolha desse símbolo (que, assim como a sigla MST, passou a ser conhecido nacionalmente), bem como a presença de outros símbolos que foram sendo incorporados ao Movimento (as palavras de ordem, o facão, a foice, a enxada, só para citar alguns), revelam uma preocupação do MST de construir sua imagem e criar uma identidade entre os sem-terra. A prática do Movimento de envolver em suas atividades diversas formas de linguagem, principalmente através de símbolos, para representar o cotidiano da luta dos sem-terra foi, mais tarde, chamada de mística. A mística, como já apontamos no capítulo anterior e o próprio MST confirma, é uma prática adquirida por influência da Igreja Católica e utilizada para manter a unidade e criar uma identidade entre os sem-terra:

De acordo com a concepção de mística, teoricamente a gente já vinha aprendendo com a Igreja – e na prática também – que em qualquer organização social, em qualquer movimento social, não é o discurso que proporciona a unidade entre as pessoas na base. O que constrói a unidade é a ideologia da visão política sobre a realidade e o uso de símbolos, que vão costurar a identidade. Eles materializam o ideal, essa unidade invisível (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 132).

Nesse sentido, a mística adquire uma importância fundamental no interior do MST, pois é ela, através dos símbolos, que ‘materializa’ a luta dos trabalhadores rurais sem-terra, ou seja, é ela que traz a luta para o cotidiano

dessas pessoas<sup>38</sup>. Através dela, cria-se uma identidade comum (‘o ser sem-terra’) e gera-se uma unidade em torno da conquista da terra e da Reforma Agrária, capazes de impulsionarem ‘pacíficos’ homens de origem rural ou trabalhadores assalariados urbanos desempregados/subempregados na luta contra o latifúndio e o sistema de exploração e marginalização sócio-política que ele representa e reproduz. Como diz a letra do Hino à Bandeira: “*Com as mãos / De plantar e colher, / Com as mesmas mãos / De romper as cercas do mundo*”.

A mística, portanto, através de uma linguagem simples e cheia de valores<sup>39</sup>, principalmente de crivo religioso, foi a forma encontrada pelos dirigentes não só para envolver a base do Movimento com o projeto político do MST elaborado por eles e impulsioná-la na luta por esse projeto, mas também para atualizar e reatualizar essa luta nas diversas conjunturas.

O 4º Encontro Nacional do MST também foi realizado no campus da Universidade Metodista de Piracicaba, de 25 a 29 de janeiro de 1988. Os principais problemas levantados pelo Movimento nesse encontro diziam respeito, segundo Fernandes (2000), ao crescimento do número de acampamentos e a falta de perspectiva de solução, à qualificação dos cursos aplicados na base, à cooperação agrícola nos assentamentos. Também persistia, conforme informação de Fernandes, o problema de autonomia do Movimento em diversos estados.

A partir desse encontro, ainda segundo Fernandes, o MST passou a atuar na organização de uma articulação dos movimentos camponeses da América Latina. Segundo ele, participaram do encontro lideranças das seguintes organizações latino-americanas, com as quais foram debatidas questões relativas à luta e à resistência na terra: Confederação Nacional Camponesa e Indígena do Chile, Movimento Camponês Paraguaio (MCP), Confederação das Associações

---

<sup>38</sup> Os ícones presentes na bandeira (facão, casal de camponeses) são exemplos claros dessa ‘materialização’ da luta.

<sup>39</sup> A mística utiliza-se, além de símbolos que lembram a luta pela terra, da lembrança de sem-terras que foram mortos em conflitos fundiários e de “*lutadores do povo*” que foram “*exemplos na história das lutas de libertação e de emancipação social*” (Marx, Engels, Lenin, Rosa Luxemburg, Olga Benário, Mao Tsé-Tung, Fidel Castro, Ho Chi Minh, Ernesto ‘Che’ Guevara, Nelson Mandela, Zumbi dos Palmares, Paulo Freire, etc) (CARVALHO, 2002, p. 254). Dois nomes, especificamente, foram muito citados no período aqui focado em razão de seus assassinatos nessa conjuntura: Chico Mendes e Padre Josimo Tavares. A morte de ambos foi amplamente lembrada nas místicas para motivar os sem-terras a combaterem a força, então, máxima do latifúndio: a UDR.

Cooperativas de El Salvador (COACES) e União Nacional Camponesa de El Salvador.

Essa atuação do MST na articulação de uma entidade internacional em prol dos camponeses é, apesar do Movimento atualmente fazer parte do corpo dirigente da Via Campesina<sup>40</sup>, criticada por Navarro. Segundo ele, a possibilidade de contar com apoios externos “*têm sido pouco aproveitados pelo Movimento*” e a atuação do MST tem tido “*efeitos limitados na promoção de uma rede de cooperação internacional que pudesse realizar ações diversas e promover formas de pressão mais eficazes*” (NAVARRO, 2002a, p. 229).

O 5º Encontro Nacional do MST foi realizado no município de Sumaré (SP), de 27 de fevereiro a 3 de março de 1989. Nesse encontro, o MST lançou, segundo Fernandes, seu primeiro Plano Nacional, tentando sistematizar perspectivas e ações para o quadriênio 1989-1993. O Plano Nacional, conforme Fernandes, delineava quatro pontos fundamentais:

- 1) análise do desenvolvimento do capitalismo no campo, tomando como referência as transformações recentes na agricultura;
- 2) ênfase no fato de que, pela conjuntura, a luta pela terra impulsionava a luta pela Reforma Agrária e as ocupações se tornaram necessárias;
- 3) superações dos desafios através, entre outras ações, da construção de uma aliança entre operários e camponeses, no intuito de fortalecer a luta dos trabalhadores rurais e suas organizações;
- 4) perspectivas e ações para o quadriênio 1989-1993, definindo as instâncias e os setores de atividades (FERNANDES, 2000, p. 191-192).

Percebemos, quando notamos o lançamento desse Plano Nacional, que o 5º Encontro foi diferente dos encontros anteriores realizados a partir de 1985. Enquanto que do 2º ao 4º Encontro tratou-se principalmente dos elementos que estruturavam ou podiam estruturar o Movimento em si (autonomia política,

---

<sup>40</sup> A Via Campesina, segundo Medeiros, é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas da Ásia, da África, da América e da Europa. Segundo a autora, a entidade nasceu em abril de 1992, na Nicarágua, por ocasião da reunião de vários dirigentes de organizações camponesas da América Central, da América do Norte e da Europa (MEDEIROS, 2003, p. 66).

ocupação, organização do trabalho e da produção nos assentamentos, instâncias de representação, trabalho com a base, mística), no 5º Encontro houve uma reflexão, por parte do MST, da conjuntura vivenciada naquele momento (último ano do governo Sarney). O Movimento entendia, e isso ficou bem claro nas ações do MST ao longo desse período do governo Sarney, que a mudança no regime político e a conquista da ‘democracia’ não resultaram em reformas nas estruturas sócio-políticas, pois as oligarquias controlavam as ‘rédeas’ do novo governo. A derrota conjuntural sofrida pelo Movimento no confronto com a UDR nos debates do PNRA e na Constituição provava que o Brasil, apesar da ‘máscara liberal’, como enfoca Martins (1994), permanecia amplamente conservador na área social e política, ficando as classes populares marginalizadas.

Desse modo, o MST reforçava, nesse momento, seu discurso de que a luta pela terra e pela Reforma Agrária representavam, uma vez que atingia diretamente os pilares de sustentação das oligarquias, a melhor alternativa, não só para os trabalhadores rurais sem-terra, mas para todas as classes populares, de combater o processo de marginalização a que estavam submetidos e de conquistar a ‘verdadeira democracia’. Daí a necessidade de uma aliança entre operários e camponeses e do aprofundamento da luta pela terra e pela Reforma Agrária contidos nesse Plano Nacional elaborado pelo MST.

Ainda nesse encontro, foram incorporados dois novos elementos simbólicos ao Movimento: o hino do MST e uma nova palavra de ordem. O Hino do MST (ver Anexo 3), segundo Stédile, foi escolhido da mesma forma que a bandeira, sendo composto por Ademar Bogo, do MST da Bahia, e musicado em forma de marcha pelo maestro Willy de Oliveira, da Orquestra da USP (STÉDILE; FERNANDES, 1999).

Assim como a Bandeira ou o Hino à Bandeira, o Hino do MST fazia parte dos elementos místicos que enfocamos anteriormente. Delineia-se, através do ‘simbolismo verbal’ presente nele, a edificação de uma nova sociedade, alicerçada em valores religiosos, advindos da CPT (“*e plantemos nesta terra como irmãos*”) e das CEBs (“*construída pelo poder popular*”), políticos,

providos do PT (“*O amanhã pertence a nós trabalhadores*”), e marxistas (“*Pátria livre, operária camponesa*”).

A nova palavra de ordem incorporada ao MST, por sua vez, que foi tema desse encontro, era: “*Ocupar, resistir e produzir*”. Essa nova palavra de ordem, que se tornou a bandeira do Movimento na primeira metade dos anos 90, trazia, segundo Fernandes (2000), uma concepção de luta que dimensionava a reciprocidade da resistência dos sem-terra (acampados) e dos com terra (assentados), unindo acampamento e assentamento numa mesma luta.

No entanto, como já apontamos anteriormente, podemos perceber que a nova palavra de ordem também denotava uma preocupação do MST com relação aos resultados práticos e econômicos dos assentamentos; ou seja, havia necessidade de mostrar a viabilidade dos assentamentos aos setores contrários à Reforma Agrária, que questionavam justamente a eficiência dos mesmos. É por isso que ao lado dos termos ‘*ocupar*’ e ‘*resistir*’, pilares da luta pela Reforma Agrária do MST durante toda a Nova República, aparece agora o termo ‘*produzir*’. Veremos, posteriormente, que o MST, numa conjuntura marcada pela repressão do governo Collor e de crise das utopias socialistas, implementará formas coletivas de produção nos assentamentos, principalmente através das cooperativas, que tornar-se-ão elementos políticos e econômicos importantes na plataforma de luta do Movimento.

Vale, por fim, mencionar que esse encontro foi realizado, apesar da derrota na Constituinte no ano anterior, num clima de agitação e entusiasmo em razão das eleições presidenciais que se aproximavam. Havia, como nos informa Stédile, uma grande vontade política do MST em eleger o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva:

O quinto (encontro), realizado em 1989 num clima de agitação muito grande, porque aconteceu naquela perspectiva de eleger o Lula presidente da República. Ocorria um crescimento do movimento de massas em geral, principalmente da CUT (Central Única dos

Trabalhadores) e do PT. Em São Paulo, Luiza Erundina<sup>41</sup> havia sido eleita prefeita, em 1988. Pessoas de esquerda também foram eleitas em outras capitais. O ano de 1989 foi de efervescência política. Nesse Encontro Nacional, realizado no Seminário de Nova Veneza, no município de Sumaré (SP), definimos a palavra de ordem ‘Ocupar, resistir e produzir’. ‘Ocupar, resistir e produzir’ fortaleceu o sentimento de que tínhamos que gerar uma nova sociedade nos assentamentos, organizar a produção, ter um modelo para a agricultura. Paralelamente, havia essa vontade política de eleger o Lula, ajudar a mudar o Brasil (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 53).

A derrota de Lula e a vitória de Fernando Collor nas eleições presidenciais marcaram, como o próprio Stédile admite, uma derrota política para o Movimento. Marcaram também a abertura de uma nova fase para o MST, com novas/velhas personagens e embates, além de novas transformações no programa de Reforma Agrária do MST. É o que veremos no próximo capítulo.

---

<sup>41</sup> Candidata eleita do PT para a Prefeitura de São Paulo nas eleições de 1988.

## CAPÍTULO 03

### **‘OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR’: A REFORMA AGRÁRIA DO MST NOS GOVERNOS COLLOR/ITAMAR.**

A vitória de Fernando Collor de Melo do PRN (Partido da Reconstrução Nacional) sobre o candidato do PT (Partido dos Trabalhadores), Luís Inácio Lula da Silva, nas eleições presidenciais de 1989, representou, como já mencionamos no capítulo anterior, uma derrota política para o MST. Segundo Stédile, Lula representava a “*possibilidade de massificar a luta pela Reforma Agrária no Brasil*” e sua derrota “*afetou o ânimo da militância e aquela expectativa de que era possível fazer uma Reforma Agrária rápida*” (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 69).

A derrota de Lula e a vitória de Collor eram, no entanto, para Martins (1994), previsíveis diante de qualquer análise minimamente objetiva da conjuntura naquele momento. Para o autor, como também já pontuamos no capítulo anterior, tanto Collor quanto Sarney representavam o poder das oligarquias e latifúndios. Portanto, para ele, a tradição pendular da política brasileira era o principal indicador de que a vitória seria do candidato do PRN.

Com o novo governo, abriu-se uma nova fase na luta pela Reforma Agrária do Movimento, baseada agora, segundo seus líderes, na melhor ‘*construção orgânica*’ dos assentamentos, principalmente na organização da produção. Na verdade, o MST, que até aquele momento, estava se expandindo por todas as regiões do país, utilizando-se de uma tática agressiva de ocupações de massas e de um discurso de mudança e conquista da democracia, passou por uma crise e começou a optar por uma luta mais interna, centrada nos assentamentos. Desenvolveu-se, em função disso, o SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados) e fundou-se a CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), com o objetivo de articular todos os assentamentos na questão da cooperação agrícola como melhor forma de organizar a produção.



A palavra de ordem ‘*Ocupar, resistir e produzir*’ foi mantida, porém, com um enfoque maior nos dois últimos ítems.

Nessa nova fase, poucas desapropriações foram efetuadas (não só em função da má vontade política de Collor em realizar a Reforma Agrária, mas também pelo bloqueio que esta sofreu na Constituição) e o embate do MST com a UDR foi substituído com a emergência de outro ‘inimigo’: o governo Collor.

A substituição de Fernando Collor pelo vice Itamar Franco, apesar da retomada de um canal de diálogo, não alterou de forma consistente o quadro de inércia e estagnação em que se encontrava a Reforma Agrária nesse período, mas deu início a uma fase de transição para um novo momento da luta pela Reforma Agrária do MST: a luta contra o projeto neoliberal.

## **1- COLLOR VERSUS MST**

Desde que assumiu o poder, em março de 1990, até a data de seu afastamento, em outubro de 1992<sup>42</sup>, Collor tornou-se, como já frisamos, com o declínio de influência da UDR, o principal inimigo do MST. O embate entre o governo e o MST ocorreu durante todo o período em que Collor permaneceu no poder. De um lado, medidas paliativas foram postas em práticas pelo governo para combater as ocupações do MST; do outro, o MST começou a realizar manifestações, juntamente com outras categorias de trabalhadores, contra o governo.

Entre os principais aspectos desse embate encontram-se a proposta de Reforma Agrária e o tratamento dado à questão agrária pelo governo Collor e a percepção que o MST tinha do novo governo. É o que trataremos a seguir.

---

<sup>42</sup> O afastamento de Collor deveu-se a seu envolvimento num esquema de corrupção, comandado por Paulo César Farias, ex-tesoureiro de sua campanha presidencial. Logo após as denúncias de tal esquema pela imprensa, no início de 1992, foi instalada uma CPI para apurá-las. A CPI encerrou seus trabalhos recomendando o afastamento de Collor da presidência. Ao mesmo tempo, foi proposta pela ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), com amplo apoio popular, a abertura do processo de *impeachment*, que foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em 29 de setembro de 1992. Collor foi, então, afastado do cargo após a votação na Câmara e substituído interinamente pelo vice-presidente Itamar Franco. Em 29 de dezembro de 1992, Collor renunciou à presidência da República, horas antes de ser condenado pelo Senado Federal por crime de responsabilidade, perdendo seus direitos políticos por oito anos. Itamar Franco assumiu, dessa forma, definitivamente a Presidência da República.

## 1.1- Programa da Terra: Uma Reforma Agrária Não Realizada.

Logo após sua cerimônia de posse, Collor publicou suas metas de governo com o título de *‘Brasil, Um Projeto de Reconstrução Nacional’*. Entre essas metas estava o *‘Programa da Terra’*, o programa de Reforma Agrária do governo Collor. A meta desse programa, segundo Gomes da Silva (1996), era assentar 500 mil famílias ao longo do período de governo.

Apesar de representar uma redução brutal em relação ao PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) do governo Sarney, Collor, segundo o mesmo autor, gabava-se de seu programa de Reforma Agrária, qualificando-o como *‘Um projeto de reforma agrária, o maior do mundo’*. Também prometia tratar a Reforma Agrária como um imperativo de justiça social e implementá-la junto com programas de desenvolvimento para a pequena agricultura (SILVA, 1996, p. 232).

No entanto, para Gomes da Silva, a proposta de Reforma Agrária de Collor, diferentemente do que fora preconizado nos seus discursos, era extremamente rígida, não admitindo, na prática, nenhuma restrição ao direito de propriedade. Além disso, na sua visão, a proposta de Reforma Agrária do governo Collor era também limitada, elitista, conservadora e inviável:

É **limitada** quando inscreve meta não compatível com a dimensão do problema agrário brasileiro: apenas 500.000 famílias para um contingente de mais de 6 milhões de famílias (...) O **elitismo** da Proposta de Collor para a Reforma Agrária (...) pode ser avaliado por duas intenções: a) a de assentar agricultores que já contam com meios de produção (maquinaria, capital); b) a de entregar a implementação da Reforma Agrária à cooperativas agrícolas, organizações, que como se sabe, são, na maior parte, dominadas por grupos privilegiados de agricultores (...) O **conservadorismo** da proposta, além de estar representado pelos dirigentes, traduz-se também na encampação da proposta de boa parte da imprensa paulista de utilizar o ITR como instrumento de mudança, solução utópica que não corresponde à realidade brasileira nem tampouco encontra respaldo na experiência

internacional (...) é **inviável** pois preconiza, de antemão, a renúncia à Desapropriação por Interesse Social, único instrumento universalmente provado, que pode permitir, de maneira imediata, massiva e ampla, o acesso à terra própria a milhões de famílias desprovidas desse meio de produção (SILVA, 1996, p. 233-234 – destaques nossos).

Desse modo, para Gomes da Silva, a Reforma Agrária proposta por Collor constituía simplesmente um processo corretivo dos óbices que podiam colocar em risco o processo de dominação, ainda fortemente alicerçado no poder dos latifúndios.

Amstalden (1992) também concorda com Gomes da Silva ao constatar que a vontade política de Collor não era realizar a Reforma Agrária. No entanto, para esse autor, Collor forjou um proselitismo falso, não apresentando em nenhum momento uma proposta real de Reforma Agrária - não realizou, por exemplo, segundo ele, nenhuma estimativa de quantos hectares seriam necessários para assentar as 500 mil famílias, quantos hectares deveriam ser desapropriados e quantas famílias deveriam ser assentadas por ano.

Para Amstalden, Collor simplesmente deu continuidade aos projetos de Sarney, só que num ritmo mais lento:

O que aconteceu na verdade foi uma simples e degenerada continuidade na manutenção dos projetos do governo Sarney (que já era sofrível) e, ainda assim, em ritmo mais lento. Se Sarney fez poucas realizações nessa área, Collor exacerbou no seu desprezo pela situação de milhões de famílias sem terra e as conseqüências advindas de uma política agrícola elitista (AMSTALDEN, 1992, p. 73).

O resultado foi que, como nos apresenta Amstalden, no período de dois anos (1990/1991), Collor assentou somente 9.381 famílias, em uma área de 965.631 ha. Ao comparar esses números com estimativas elaboradas pela CNASI (Confederação Nacional das Associações de Servidores do INCRA), que indicavam o quanto Collor deveria realizar por ano, tanto em número de

assentados quanto em área, para cumprir sua meta, o autor nos mostra que apenas 4,7% das famílias foram assentadas e 12,7% das áreas utilizadas do total previsto como meta para dois anos (Ver Quadro 1 e 2).

**Quadros Demonstrativos da Porcentagem de Assentamentos Realizados no Governo Collor Frente a sua Proposta de Campanha**

<b>QUADRO 1</b>			
<b>Região</b>	<b>Famílias a Serem Assentadas</b>	<b>Famílias Realmente Assentadas</b>	<b>Realização (%)</b>
Norte	30.000	4.484	14,9
Nordeste	80.000	2.958	3,7
Sudeste	40.000	413	1,0
Sul	20.000	322	1,6
Centro-Oeste	30.000	1.204	4,0
<b>Total</b>	<b>200.000</b>	<b>9.381</b>	<b>4,7</b>

**Fonte:** INCRA (Dados citados por AMSTALDEN, 1992, p. 73).

<b>QUADRO 2</b>			
<b>Região</b>	<b>Área Prevista p/ Assentamentos (ha)</b>	<b>Área Obtida p/ Assentamentos (ha)</b>	<b>Realização (%)</b>
Norte	2.040.000	709.299	34,8
Nordeste	2.800.000	143.476	5,1
Sudeste	1.000.000	15.331	1,5
Sul	400.000	9.756	2,4
Centro-Oeste	1.350.000	87.769	6,5
<b>Total</b>	<b>7.590.000</b>	<b>965.631</b>	<b>12,7</b>

**Fonte:** INCRA (Dados citados por AMSTALDEN, 1992, p. 73).

Os baixos resultados em todos os estados e regiões, tanto em número de famílias assentadas quanto em áreas desapropriadas, e a grande diferença entre o prometido e o realizado, denotavam, para Amstalden, o desprezo e o pouco interesse de Collor em relação à Reforma Agrária.

Gomes da Silva (1996) ainda constata essa mesma discrepância entre o prometido e o realizado com relação às medidas relativas à política agrícola. Se a promessa era superar o dualismo entre um setor moderno, voltado para a exportação, majoritariamente constituído de grandes propriedades, e um setor de produção para consumo interno, constituído de pequenas propriedades sem

acesso às modernas técnicas de produção, na prática, segundo este autor, as medidas de política agrícola eram também elitistas, conservadoras e desnacionalizantes. Daí conclui:

(...) o programa agrícola de Collor vai ao encontro de outras medidas contidas no Pacote que vai desnacionalizar a economia brasileira: haverá mais soja para os animais dos países ricos e menos feijão-com-arroz para o povo brasileiro (SILVA, 1996, p. 238).

## **1.2- Collor: O Novo Inimigo do MST.**

O tratamento dado à questão da Reforma Agrária e as medidas de políticas agrícolas por ele implementadas, bem como o declínio da UDR após a derrota de Ronaldo Caiado nas eleições presidenciais de 1989, são alguns dos fatores que tornaram Collor o novo inimigo do MST. Aliado a isso, o Movimento acrescenta as ações de repressão e perseguição do novo governo contra os movimentos e organizações populares, principalmente contra o próprio MST.

Na percepção do Movimento, conforme palavras de seu líder Stédile, Collor era “*um doido que não queria fazer a Reforma Agrária*”. E, segundo Stédile, além de não fazer a Reforma Agrária, ele reprimia o MST:

Acionou a Polícia Federal, o que é uma agravante, pois não é uma tropa de choque, é repressão política pura. O agente da Polícia Federal é um sujeito mais preparado, mais sedimentado (...) Essa repressão nos afetou muito, muita gente foi presa. Começaram a fazer escuta telefônica. Tivemos, no mínimo, quatro secretarias estaduais invadidas pela Polícia Federal (STÉDILE; FERNANDE, 1999, p. 69).

Para o Movimento, a intenção de Collor era acabar com o MST:

A Polícia Federal invadiu as secretarias estaduais do MST e levou documentos, foram instalados processos judiciais e encaminhados

pedidos de prisão contra nós. Ele estava determinado a acabar com o MST (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 54).

O período do governo Collor, representou, então, para o MST, o pior momento de sua história:

Particularmente, sofremos muito durante o seu governo. Foi o pior governo que tivemos, não só pela corrupção que ele simbolizou, mas sobretudo pela forma como tratou as organizações sociais e as questões sociais do país (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 54).

Essa visão do MST acerca do governo Collor como grande inimigo, perseguidor dos movimentos sociais e organizações populares, foi muito importante para que o Movimento justificasse a sua nova percepção de Reforma Agrária, que passou a ser centrada também nos assentamentos, podendo desenvolver um modelo de organização da produção entre os assentados. Essa nova “ginástica política” do MST, conforme aponta Navarro, refletiu um momento de crise interna, o qual foi brilhantemente justificado pela conjuntura adversa do governo Collor.

Não queremos, com o exposto acima, passar uma idéia equivocada de que o governo Collor realmente não reprimiu os movimentos sociais e que não moveu nenhum tipo de perseguição contra o MST. A própria postura desse governo como representante da classe latifundiária, bem como as medidas de reforma e política agrária por ele implementadas, desmentiriam qualquer afirmativa nesse sentido. Queremos, pelo contrário, mostrar que o MST soube utilizar-se desse momento de conjuntura adversa para justificar sua crise e sua mudança na percepção de Reforma Agrária como sendo resultado unicamente da perseguição sofrida por Collor, relegando outros fatores que influíram nesse processo.

As mudanças na percepção de Reforma Agrária do Movimento, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de formas de cooperação agrícola para melhorar a produção e a produtividade nos assentamentos, que já

estavam sendo pontuadas nos encontros anteriores, foram definitivamente ‘abraçadas’ no 2º Congresso Nacional do MST, realizado em 1990 e no 6º Encontro Nacional, realizado em 1991. É o momento em que o MST, nas palavras de Stédile, ‘*volta-se para dentro*’ (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 54).

Vale destacar que essa ‘volta para dentro’ do MST englobou outros setores além da produção, como a educação e a saúde. No entanto, e aqui justificamos nossa opção em analisar esse elemento, foi com relação à questão da produção agrícola que ela tomou contornos mais nítidos na conjuntura aqui enfocada.

## **2- O SEGUNDO CONGRESSO NACIONAL DO MST: ‘OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR’.**

O 2º Congresso Nacional do MST foi realizado de 8 a 10 de maio de 1990, na cidade de Brasília-DF. Segundo dados de Fernandes (2000), participaram desse evento cerca de 5.000 mil delegados de 19 estados. Além disso, ainda segundo este autor, estiveram presentes representantes de diversas instituições e organizações populares, como CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Igreja Evangélica de Confissão Luterana, CUT (Central Única dos Trabalhadores), CPT (Comissão Pastoral da Terra), CIMI (Conselho Indigenista Missionário), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), UNE (União Nacional dos Estudantes), além de parlamentares do PT (Partido dos Trabalhadores), PDT (Partido Democrático Trabalhista), PSB (Partido Socialista Brasileiro), PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), PCB (Partido Comunista Brasileiro) e PC do B (Partido Comunista do Brasil). Representantes de organizações camponesas e indígenas de outros países, segundo o autor, também estiveram presentes: Guatemala, Peru, Equador, El Salvador, Uruguai, Cuba, Chile, Colômbia, México, Paraguai e Angola.

Esse Congresso é ressaltado pelos líderes do MST como um dos mais importantes da história do Movimento, pois ele refletia o momento difícil do governo Collor. Foi nesse Congresso, segundo Stédile, que o MST decidiu, diante da impossibilidade de fazer a luta avançar devido à repressão desencadeada pelo governo Collor, ‘voltar-se para dentro dos assentamentos’, desenvolvendo formas de cooperação agrícola que organizavam a produção no interior dos mesmos:

O Congresso Nacional de Maio de 1990 refletiu um pouco esse sentimento. Não mudamos a palavra de ordem, mas nos agarramos mais no ‘resistir’. Percebemos que a luta de massas iria ser mais dura, que seria o período de construir organicamente melhor os assentamentos. Gastamos mais tempo no debate sobre a construção do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), de onde surgiu a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB)<sup>43</sup>. Tivemos que nos voltar para dentro de nós mesmos como uma forma de fortalecer o MST, para resistir ao inimigo (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 54).

Essa preocupação maior do MST com os assentamentos pode ser claramente percebida no documento entregue ao governo Collor e ao Congresso Nacional com as reivindicações aprovadas em plenária durante a realização do 2º Congresso Nacional do MST (Ver Anexo 4). Dentre todas as reivindicações que constam no sumário (medidas de emergência, desapropriações, PNRA e ITR, assentamentos, Amazônia, justiça no campo, INCRA), a parte dedicada aos assentamentos é a que ocupa maior espaço no interior do documento (dos 44 itens reivindicatórios, 17 são referentes aos assentamentos).

Na parte dedicada aos assentamentos, por sua vez, apesar de aparecerem alguns itens relacionados ao problema da educação e saúde, a preocupação maior, no entanto, é com a produção agrícola, englobando desde a

---

<sup>43</sup> A CONCRAB foi fundada em maio de 1992 pelo MST com o objetivo de coordenar a organização da produção e do trabalho em todos os assentamentos.



questão do crédito agrícola, passando pela assistência técnica, até o tema da cooperação agrícola. Vejamos, então, algumas dessas reivindicações:

- 17- Determinação para que o Banco do Brasil passe a operar imediatamente a linha do PROCERA (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária)<sup>44</sup> com recursos do próprio Banco, FUNAGRI<sup>45</sup> e com verbas especiais do Governo Federal (...)
- 18- Garantia de assistência técnica, de acordo com o interesse dos assentados, para viabilizar a produção agropecuária em todos os assentamentos.
- 21- Garantia de assistência técnica e recursos para infra-estrutura básica para todos os assentamentos (...)
- 22- Apoio governamental, com assistência técnica e recursos, para implantação de Cooperativas de Crédito Rural dos assentados.
- 23- Implantação de um programa de apoio financeiro para projetos de agroindústrias nos assentamentos, em forma cooperativada.
- 25- Criação de programas creditícios de apoio e estímulo às associações de cooperação agrícola (STÉDILE, 1993, p. 28-29).

Ao analisarmos as reivindicações entregues ao governo Collor pelo MST no final desse 2º Congresso Nacional, podemos perceber que todas foram bem concretas nesse momento, não apresentando o caráter genérico, e até mesmo utópico, de algumas reivindicações de encontros e congressos anteriores. No que diz respeito à produção, como podemos observar através dos exemplos acima

---

<sup>44</sup> O PROCERA foi um programa de crédito agrário organizado a partir de 1986, através de reivindicações do MST, que foi criado especificamente para atender às famílias rurais assentadas em Projetos de Reforma Agrária. Contava, inicialmente, segundo Stédile e Fernandes, com recursos do FINSOCIAL (Fundo de Investimento Social) por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A partir de 1990, segundo eles, passou a ter recursos do Orçamento da União e dos fundos constitucionais do Nordeste, Norte e Centro-Oeste (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 97).

O PROCERA, como já abordamos em outro trabalho de nossa autoria, era dividido em duas modalidades: crédito custeio e crédito investimento. Este último, por sua vez, era constituído de dois 'tetos': o teto 1 era destinado a todas as famílias assentadas; o teto 2 era destinado somente às famílias cooperadas para investimento em projetos coletivos (LOPES, 1999, p. 26).

Esse programa de crédito foi extinto no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, em 1999. Os assentados, então, passaram a ser atendidos pelo PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), instituído pelo mesmo presidente através do Decreto n.º 1.946, de 28 de junho de 1996. O PRONAF, diferentemente do PROCERA, atendia também outros pequenos agricultores familiares, não sendo restrito apenas às famílias assentadas em Projetos de Reforma Agrária.

<sup>45</sup> Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Agropecuário e Florestal da Amazônia.

citados, o MST foi muito claro naquilo que desejava para viabilizá-la nos assentamentos: crédito, assistência técnica, infra-estrutura básica, estímulos à cooperação agrícola e à implantação de agroindústrias.

No ano seguinte, em 1991, realizou-se, de 19 a 23 de fevereiro, em Piracicaba/SP, o 6º Encontro Nacional do MST, com a retomada dos debates sobre o confronto com o governo Collor e a necessidade de organizar os assentamentos. Nesse encontro, segundo Fernandes (2000), discutiu-se as experiências de cooperação agrícola que já estavam sendo desenvolvidas nos assentamentos e decidiu-se, como medida principal, pela implementação do SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados).

Com as decisões do 2º Congresso e do 6º Encontro Nacional, o MST dava uma nova guinada no seu programa de Reforma Agrária, buscando organizar os assentamentos e desenvolver a cooperação agrícola para melhorar a produção e produtividade dos mesmos. Essa ‘volta para os assentamentos’ era justificada pelo Movimento, conforme já mencionamos e pudemos perceber através das falas de Stédile, como uma forma de se defender da repressão desencadeada pelo governo Collor. Para Fernandes, no entanto, que denomina essas mudanças de ‘*dimensionamento da luta*’, a preocupação com a produção e o próprio tema do Movimento nesse momento (‘*Ocupar, resistir e produzir*’), mostravam, como também já abordamos no capítulo anterior, além da resistência ao governo Collor, uma preocupação do MST com a reciprocidade da luta nos processos de ocupação e produção. Ou seja, para o autor, esse ‘*dimensionamento da luta*’ rompia com a “*visão desagregante que separava os sem-terra – os que estavam participando das ocupações – dos assentados que seriam os com terra” (FERNANDES, 2000, p. 192; grifos nossos).*

No entanto, outros elementos podem ser apontados como determinantes nessa nova guinada do MST.

## 2.1- A Crise Do MST: Incertezas Ideológicas e Produção.

Navarro, em suas análises, aborda que o MST passou por uma forte crise na virada dos anos 80 para a década de 90. Na visão desse autor, essa crise, que foi iniciada com a presença ostensiva de forças contrárias à Reforma Agrária e ao MST (UDR como exemplo maior, sendo substituída por Collor), teve dois elementos importantes: a queda do muro de Berlim e a necessidade de organizar a produção nos assentamentos.

Quanto ao primeiro elemento, Navarro (2003) justifica que a queda do muro de Berlim, em 1989, marco inicial da derrocada do socialismo nos países do Leste Europeu e na União Soviética, provocou o surgimento de ‘incertezas ideológicas’ que enfraqueceram não só o MST, mas também outros movimentos sociais e organizações de esquerda.

No caso específico do MST, podemos perceber que, para Navarro, ao defender, como já vimos no capítulo anterior, a idéia de que as lideranças do Movimento haviam aderido na 2ª metade dos anos 80 a uma estrutura de organização inspirada nos manuais leninistas e que as mesmas percebiam o socialismo como sendo o ‘projeto político’ pretendido pelas próprias famílias rurais sem terra, certamente a ‘queda do muro’ e, conseqüentemente, a crise dos ‘pressupostos socialistas’, representaram um duro golpe para esses dirigentes. O MST, então, nessa perspectiva, mais do que qualquer outro movimento social ou organização popular no Brasil, sofreu as conseqüências dessa ‘aparente falta de utopia socialista’.

Por outro lado, e aqui adentramos no segundo elemento, Navarro mostra que o crescimento rápido do número de assentamentos, conquistados pelo MST através das ocupações de terra, passou a impor um problema crescente para este movimento: “*como organizar a produção nessas novas áreas, viabilizando economicamente os assentados e apresentando-as como ‘áreas modelos’*” (NAVARRO, 2002a, p. 205).

Como já havíamos apontado em capítulo anterior, até mesmo a nova palavra de ordem (‘Ocupar, resistir e produzir’) denotava essa preocupação do

MST com relação aos resultados práticos e econômicos dos assentamentos conquistados, ou seja, havia necessidade de se mostrar que era possível a viabilização das novas áreas aos setores contrários aos processos de Reforma Agrária, que questionavam a eficiência sócio-econômica da distribuição de terras.

Além desses dois elementos, é importante lembrar que o processo de Reforma Agrária estava, de certa forma, ‘bloqueado’ com a indefinição do conceito de propriedade produtiva e das formas de desapropriação advindos da Constituição Federal de 1988. A viabilização da Reforma Agrária estava, como já apontamos anteriormente, condicionada à aprovação de uma Lei Agrária, que regulamentasse os artigos pendentes da Constituição, e de uma Lei Complementar que definisse o Rito Sumário das desapropriações. Da forma como se encontrava, a lei impedia um processo massivo de Reforma Agrária, constituindo-se num empecilho para a conquista de novos assentamentos e contribuindo também para a retração e crise do MST.

A organização, implementação e desenvolvimento da cooperação agrícola nos assentamentos de Reforma Agrária, principalmente através das chamadas CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuária), foi uma das respostas encontradas pelo MST para combater esses problemas e superar a crise que o atingia. Desse modo, com o intuito de encaminhar todos os assentamentos na questão da cooperação agrícola como melhor forma de organizar a produção e o trabalho, viabilizando-os econômica e socialmente, o Movimento criou o SCA e fundou a CONCRAB (ver nota 43).

Essas medidas, então, simbolizavam aquilo que o MST chamou de ‘volta para dentro’. Se elas eram justificadas pelo Movimento como uma forma de luta possível diante da perseguição do governo Collor, o que não deixa de ser verdade, elas também refletiam um momento de crise e retração decorrentes dos elementos que abordamos acima (e não apenas da adversidade de um governo contrário à Reforma Agrária). Portanto, ao incorporar a cooperação agrícola dentro do Programa de Reforma Agrária, as lideranças do MST procuravam dar conta, ao mesmo tempo, desses três aspectos da crise do Movimento: fortalecer-

se internamente, no interior dos assentamentos, para resistir e combater o governo Collor; melhorar a produtividade nos assentamentos, mostrando a viabilidade sócio-econômica dos mesmos; e reconstruir, através da produção e do trabalho coletivo, os valores socialistas entre os assentados.

A cooperação agrícola, dessa forma, inseria-se não só na questão da viabilização econômico-social dos assentamentos conquistados pelo MST, mas estava diretamente ligada ao projeto político ideológico desse Movimento. É o que mostraremos a seguir, abordando os principais aspectos da cooperação desenvolvida pelo MST nos assentamentos rurais de Reforma Agrária.

### **3- A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA DO MST NOS ASSENTAMENTOS.**

Para o MST, cooperação agrícola é o trabalho conjunto dos agricultores assentados, possibilitando, através de uma divisão social do trabalho, maiores ganhos e possibilidades de desenvolvimento:

A cooperação agrícola é o jeito de juntar os vários dias de serviço dos agricultores que trabalham sozinhos para poder, com isso, conseguir acumular dias de serviço que sobram de cada um e aplicar este capital (...) Então, a cooperação é o jeito de somar os esforços de cada agricultor individual, para fazer coisas em conjunto. Comprar ferramentas, junta de boi, comprar máquinas, e até chegar ao ponto de ter a terra também em conjunto. Quanto mais coisas se fizer em conjunto, mais rapidamente se vai progredir e crescer. Porque se consegue somar mais dias de serviço e aplicá-los em capital.

Essa é uma lei natural do desenvolvimento econômico. Quanto mais esforços (dias de serviço juntados), quanto mais volume de capital se juntar, mais rápido será o crescimento e o desenvolvimento (MST, 1991, p. 136).

Podemos perceber, portanto, que, para o MST, a cooperação agrícola abarca todas as formas de organização coletiva, quer seja na produção, na comercialização, na prestação de serviços ou na agroindústria.

Esta solidariedade tem várias formas: trocar os dias de serviço na colheita, ajudar no plantio da roça de um companheiro que ficou doente, comercializar em conjunto para obter melhores preços na compra e na venda, reunir capital para adquirir algum equipamento ou máquina necessários para avançar na produção, colocar uma pequena unidade de beneficiamento ou agroindústria...em outras palavras, cooperação é uma maneira de organizar a produção através da divisão do trabalho (MST, 2000b).

Por essa concepção, podemos dizer que a cooperação se pauta, internamente ao MST, como seu principal instrumento de organização, não só da produção e do trabalho, mas também da comercialização, visando a viabilização sócio-econômica dos assentamentos rurais.

A cooperação, no entanto, não é entendida pelo MST apenas pelos seus aspectos organizativos e econômicos. Conforme consta no Caderno de Cooperação Agrícola n.º 5, o MST considera a cooperação uma *“ferramenta de luta, na medida em que ela contribui com: a organização dos assentamentos em núcleos de base, a liberação de militantes, a liberação de pessoas para a luta econômica e, principalmente, para a luta política”* (CONCRAB, 1998, p. 22).

Essa concepção e definição do que é cooperação agrícola por parte do MST confirma o que tínhamos mencionado acima: a cooperação defendida pelas lideranças deste Movimento não está relacionada apenas com a viabilização econômico-social dos assentamentos, mas insere-se diretamente na sua luta política e no seu projeto político-ideológico de transformação da sociedade. Portanto, podemos dizer que a cooperação agrícola desenvolvida pelo MST nos assentamentos rurais constitui, no mínimo, algo peculiar, pois ela envolve, nas suas diferentes formas de aplicação, tanto elementos característicos da produção capitalista (caráter de empresa econômica que deve gerar lucros e sobras), quanto elementos não capitalistas (propriedade comum dos meios de produção), passando por elementos político-ideológicos de transformação social.

É a partir dessa concepção que o MST vai desenvolver e organizar a cooperação nos assentamentos. Vejamos, então, como ocorreu esse processo.

### 3.1- Desenvolvimento E Organização Da Cooperação Agrícola Nos Assentamentos.

As primeiras discussões sobre formas de organização da produção e do trabalho em assentamentos rurais feitas pelo MST tiveram início a partir do final de 1985 e início de 1986, durante os 2º e 3º Encontros Nacionais do MST. Algumas reflexões e experiências de organização, como mostram Ribas e Thomaz Jr. em seu trabalho, já aconteciam durante o período de formação do MST (1979-1984); estas, no entanto, segundo estes autores, além de serem marginais no interior do Movimento, eram coordenadas pela Igreja Católica e se limitavam aos ideais cristãos, “*o que significa que o nível de cooperação era espontâneo, no sentido de que originava da necessidade imediata e não estava ligado a um planejamento vinculado à estrutura organizativa do MST*” (RIBAS; THOMAZ JR., 2000, p. 23).

A partir de 1985/1986, conforme nos indica Ribas e Thomaz Jr., a discussão sobre cooperação saiu do patamar religioso e os debates “*foram aprofundados com a participação de técnicos vinculados ao projeto político do MST*”. Os líderes do Movimento, ainda segundo estes autores, também passaram a realizar viagens para conhecer experiências de cooperação agrícola de outros países (Israel, Espanha, Cuba, Honduras, Nicarágua, Peru e México, foram alguns dos países visitados). Começou-se, a partir daí, o “*processo de estruturação de uma proposta direcionada à organização da produção*” (RIBAS; THOMAZ JR., 1999, p. 23-24).

Vale dizer que, se naquele primeiro momento de influência da Igreja Católica as experiências de cooperação estavam sistematizadas em pequenos grupos coletivos que trabalhavam em mutirão, a partir dos primeiros debates sobre a cooperação, começaram, segundo informações de Tânia da Silva, a se multiplicar experiências de associações de trabalhadores, “*buscando melhorar a infra-estrutura dos assentamentos*”. A adesão a essa forma de cooperação,

segundo ela, estava “*relacionada à obtenção de créditos agrícolas<sup>46</sup> e à compra de maquinários em conjunto*” (SILVA, 2002, p. 235).

No entanto, como podemos perceber através de informações contidas no manual da CONCRAB, as lideranças do MST, influenciadas pela experiência cubana (que se iniciou com pequenas cooperativas), pretendiam avançar as formas de cooperação. Para esses líderes, “*os pequenos coletivos e as grandes associações não conseguiram fazer avançar a produção, ora porque eram muito pequenas ou ora por não se guiar por critérios econômicos<sup>47</sup>*” (CONCRAB, 1998, p. 31). Desse modo, a partir do 5º Encontro Nacional, o MST, segundo ainda a CONCRAB, passou a tentar organizar a produção através dos chamados Laboratórios Organizacionais<sup>48</sup>; dessa experiência, começaram a surgir, então, em 1989, as primeiras CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuária), apontadas pelo MST como uma forma ou “*etapa superior de organização coletiva da terra, do trabalho e do capital*” (CONCRAB, 1988, p. 31).

Para fomentar e articular a cooperação em todos os seus assentamentos rurais, principalmente através das CPAs, o MST criou e consolidou, a partir de 1990, como já pontuamos, o SCA. Segundo o próprio MST, o SCA era um setor do Movimento que tinha como objetivo central o trabalho com todos os assentamentos, independente da forma de cooperação adotada, ou forma de organização do trabalho:

---

<sup>46</sup> Como já informamos, o teto 2 do PROCERA, que passou a vigorar depois de 1986, era destinado apenas às famílias cooperadas.

<sup>47</sup> Em trabalho de nossa autoria, já citado anteriormente, mostramos alguns empecilhos das associações na viabilização da produção e da comercialização no interior dos assentamentos, como o fato de não poderem, por lei, enquanto entidades civis sem fins lucrativos, exercerem atividades comerciais (vender e comprar produtos) (LOPES, 1999, p. 46). Para o MST, por sua vez, as associações não eram consideradas unidades de produção porque não agregavam os três fatores: terra, trabalho e capital. Seriam, então, uma das formas mais simples de cooperação, mais abertas e flexíveis por não terem legislação que regulamentasse suas existências. Ou seja, para o MST, mesmo as associações tendo personalidade jurídica, não eram organizações econômicas (MST, 1996, p. 21).

<sup>48</sup> O Laboratório Organizacional de Campo (LOC) era um curso de implantação de cooperativas, com duração de 40 dias, organizado pelo MST e considerado, inicialmente, como fundamental para a criação de suas cooperativas. O curso, que foi idealizado por Clodomir Santos de Moraes, consistia, segundo Stédile, na introdução da divisão do trabalho entre as famílias participantes para que pudessem sobreviver durante a duração do mesmo. Segundo Stédile, o objetivo do curso era que as famílias de trabalhadores rurais assimilassem a importância da divisão do trabalho e evoluíssem para uma consciência social diferente da do camponês típico (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 98).



O Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA – corresponde ao Setor de Produção e Comercialização do MST. O SCA cuida dos assuntos da produção, da comercialização, da tecnologia, da agroindústria, do crédito rural e da organização de base nos assentamentos. Estimulando as diferentes formas de cooperação, integrando as assentados familiares, seja na cooperação ao nível da produção, ou da comercialização, ou ainda, na obtenção de crédito ou de melhorias de infra-estrutura” (MST, 2000b).

A partir da criação e implantação do SCA, os debates, segundo Ribas e Thomaz Jr., passaram a ser direcionados com o objetivo de consolidar a proposta de implementação de cooperativas, imbricada à estrutura organizativa do MST em escala nacional. Para isso, segundo os autores, a Direção Nacional do MST, além de criar algumas Cooperativas Centrais de Assentados (CCAs), que funcionam em âmbito estadual, concluiu ser necessário fundar um centro organizativo geral, vinculado, inclusive, à legislação. Disso, segundo os autores, “*resultou, a partir de um Seminário realizado em Curitiba, em maio de 1992, a CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil)*” (RIBAS; THOMAZ JR., 2000, p. 25).

A CONCRAB, então, que foi constituída a partir das Cooperativas Centrais dos Assentados, tinha como objetivo, segundo Tânia da Silva, viabilizar os assentamentos, planejar a produção e atingir o mercado em grande escala, “*buscando recursos, tecnologia e planejamento para a produção agropecuária*”, ou seja, a CONCRAB, segundo a autora, constituiu-se como um segmento que procurava viabilizar a proposta de cooperação do MST (SILVA, 2002, p. 236).

Dessa forma, o SCA adquiria sua estrutura básica que, apesar de algumas transformações, é mantida até hoje. Atualmente, segundo dados do MST<sup>49</sup>, o SCA conta com mais de 500 associações de produção, comercialização e serviços, e cerca de 96 cooperativas em diversos estados, estando organizado em três níveis (Ver Figura 01): no primeiro nível, abrangendo o âmbito local, encontram-se os Grupos Coletivos, Associações, Cooperativas de Produção

---

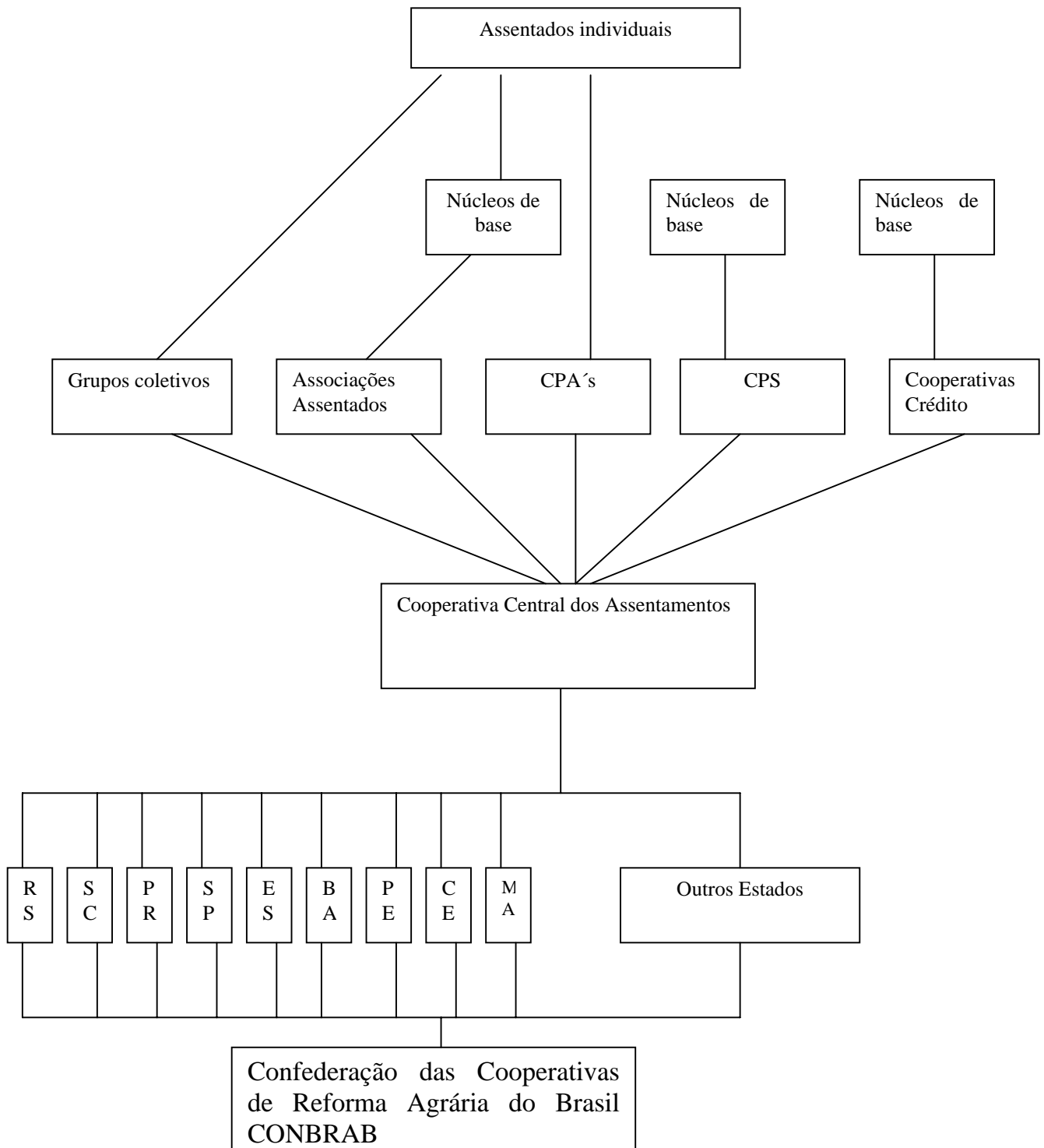
<sup>49</sup> Dados obtidos no site do MST: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br).

Agropecuária (CPA), Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS) e Cooperativas de Crédito, que são as formas de cooperação agrícola existentes nos assentamentos<sup>50</sup>; no 2º nível, em âmbito estadual, foram construídas as Cooperativas Centrais de Assentados (CCA's), responsáveis por assessorar as formas de cooperação do 1º nível (há, segundo o MST, centrais em nove estados brasileiros); no terceiro nível, atuando em âmbito nacional, encontra-se a Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB).

---

<sup>50</sup> Todas as formas de cooperação agrícola existentes nos assentamentos enquadram-se, basicamente, dentro de três formas principais: os grupos coletivos, as associações e as cooperativas. Estas últimas, por sua vez, de acordo com suas características e objetivos, podem ser Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), Cooperativas de Prestação de Serviço (CPS) e Cooperativas de Crédito. Existem ainda algumas formas mescladas ou mais amplas de cooperativas, como as Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços (CPPS), que são uma transição entre a CPS e a CPA, e as Cooperativas de Prestação de Serviços Regionais (CPSR), que são CPS que atuam em vários assentamentos e municípios. Para uma descrição das principais formas de cooperação agrícola dos assentamentos, bem como suas características, sugerimos as seguintes leituras: CONCRAB (1998), SOUZA (1998) e MST (1991).

**FIGURA 01: Estrutura do Sistema Cooperativista dos Assentados.**



**Fonte:** [www.mst.org.br/setores/concrab/concrab3.html](http://www.mst.org.br/setores/concrab/concrab3.html)

### **3.2- Objetivos E Características Da Cooperação Agrícola Do MST.**

A prioridade da cooperação agrícola desenvolvida pelo MST se dá em torno da produção:

(...) a cooperação tem como objetivo principal o desenvolvimento da produção. Ela visa contribuir com o avanço da organização da produção em vista da melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas (CONCRAB, 1998, p. 50).

No entanto, como já abordamos acima, a própria concepção e definição de cooperação agrícola por parte do MST implica que esta não leve em consideração apenas os aspectos econômico-produtivos. Para o MST:

A cooperação agrícola não pode ser organizada apenas visando resolver o aspecto econômico, tendo em vista o estágio de desenvolvimento do capitalismo, a descapitalização dos assentados, as questões culturais, o custo da produção de alguns produtos etc. É preciso ter uma política ampla que possibilite levar em conta todos os problemas: econômicos, políticos e sociais, mesmo sabendo que nem tudo é possível resolver neste estágio de desenvolvimento” (MST, 1991, p. 146).

Desse modo, como objetivo político da cooperação, o MST considera a conscientização e a organização dos trabalhadores para fortalecimento de suas lutas como fundamental; é através da cooperação que o Movimento vê a possibilidade de transformação da sociedade e do controle dos meios de produção por parte dos trabalhadores. Neste caso, os assentamentos tornar-se-iam retaguarda política e a cooperação agrícola uma ferramenta de luta do MST:

Os assentamentos devem transformar-se em retaguarda política de luta contra a burguesia, para ir acumulando forças para a realização da Reforma Agrária. Isto deve levar à superação dos vícios e problemas existentes dentro dos assentamentos” (MST, 1991, p. 146).

A cooperação que buscamos deve estar vinculada a um projeto estratégico, que vise a mudança da sociedade. Para isto deve organizar os trabalhadores, preparar e liberar quadros, ser massiva, de luta e de resistência ao capitalismo (CONCRAB, 1998, p. 22).

Resumidamente, então, conforme consta em texto de autoria do próprio MST, a cooperação agrícola desenvolvida e estimulada por este Movimento nos assentamentos rurais tem os seguintes objetivos:

- 1) criar condições objetivas e materiais de organização do trabalho e da exploração de recursos naturais, que representem:
  - a) aumento da produção;
  - b) aumento da produtividade do trabalho e da terra;
  - c) aumento da renda e, por conseguinte, melhoria das condições de vida;
- 2) criar condições para o progresso social, com melhorias do bem-estar social, possibilitando acesso à educação, à saúde, luz elétrica, água encanada, telefonia, estradas etc;
- 3) ser uma retaguarda econômica de sobrevivência no capitalismo, acumulando força política e criando condições para liberar trabalhadores para atuarem nas organizações e em todas as lutas da classe trabalhadora por conquistas econômicas e pela transformação da sociedade;
- 4) contribuir para a organização da classe para conquistar a Reforma Agrária e a implantação de um sistema socialista (MST, 1991, p. 146).

Diante do que foi exposto acima, podemos perceber que os objetivos da cooperação agrícola desenvolvida pelo MST caminham, conforme abordam Ribas e Thomaz Jr. (2000), em três frentes: o fortalecimento político do Movimento, a (re)estruturação econômico-produtiva dos assentamentos e a qualificação de vida dos assentados. Atuando nessas três frentes, o MST, ao mesmo tempo em que combatia os principais elementos de sua crise (perseguição do governo Collor, necessidade de viabilizar sócio-economicamente os assentamentos e resgate dos valores socialistas), inseria a cooperação dentro de

seu programa de Reforma Agrária e dentro de seu projeto político de transformação da sociedade. Ribas e Thomaz Jr. abordam também essa questão:

(...) do ponto de vista estratégico, o cooperativismo está inserido nessa discussão, na idéia de organização coletiva, como forma de consolidar um contra-projeto político na esfera da organização do trabalho e da produção (...) Assim, o cooperativismo no raio de atuação do MST, está vinculado à necessidade da construção coletiva de uma nova base objetiva e subjetiva de inserção política dos trabalhadores, ou como defende ser necessário 'Vincular-se a um projeto estratégico de mudança da sociedade, e, portanto, de luta' (RIBAS; THOMAZ JR., 2000, p. 26).

A implementação da cooperação agrícola nos assentamentos rurais, principalmente através das cooperativas (consideradas pelo Movimento, como já apontamos, as formas mais avançadas e que realizariam plenamente todos os objetivos da cooperação), constitui-se, portanto, numa tarefa muito importante para o MST. Através dela o Movimento conseguiu combater e superar alguns elementos de sua crise e revigorar a luta pela Reforma Agrária. No entanto, esse novo elemento do programa de Reforma Agrária do Movimento mostrou, ao longo de sua aplicação e desenvolvimento, alguns percalços, sendo alvo de críticas e interrogações por parte de alguns pesquisadores. Vejamos, então, algumas críticas e observações importantes a respeito da cooperação agrícola desenvolvida pelo MST nos assentamentos.

### **3.3- Críticas E Problemas Da Cooperação Agrícola Do MST.**

Uma primeira observação importante a ser feita diz respeito à tensão e contradição existente entre duas faces do caráter da cooperação agrícola desenvolvida pelo MST nos assentamentos: o político e o econômico. Dentro de seu caráter econômico, a cooperação promovida pelo MST tem entre seus objetivos a organização da produção e o aumento da produtividade, através da introdução da divisão social do trabalho e de técnicas e instrumentos modernos

de produção, bem como o desenvolvimento de agroindústrias. Por outro lado, o caráter político implica na organização política dos assentados, na mobilização social, na conscientização e politização da base e na articulação das lutas econômicas e políticas. Como, então, fazer a luta política e ser uma empresa econômica? Como buscar a eficiência econômica sem atrapalhar o lado político?

Ribas e Thomaz Jr. também interrogam se esses dois aspectos da cooperação não constituem uma contradição, pois o MST “*articula o cooperativismo a partir de uma perspectiva pautada na idéia de superação do capitalismo, entretanto as relações de trabalho e de produção expressariam relações de caráter tipicamente capitalistas*” (RIBAS; THOMAZ JR., 2000, p. 28-29). Apesar de não responderem a essa interrogação, os autores deixam claro que há, nessa questão, um paradoxo intrínseco.

O próprio MST reconhece o problema e admite a questão como uma faca de dois gumes:

Se só fazermos luta política não precisamos constituir cooperativas e nem legalizar associações. Se só agirmos como empresas econômicas caímos no desvio do economicismo (CONCRAB, 1998, p. 12).

No entanto, o MST desvencilha-se dessa questão tentando conciliar esses dois aspectos e mostrar que o importante é a superação das contradições:

Enfim, as cooperativas devem colocar a disposição da luta a sua infraestrutura, recursos e pessoal para a mobilização e luta política em vista da reforma agrária e da transformação da sociedade. E, ao mesmo tempo, não se descuidar dos aspectos produtivos, administrativos e gerenciais em vista de uma boa eficiência econômica. O desafio é buscar continuamente a superação, que necessariamente levará a uma nova contradição (CONCRAB, 1998, p. 12).

Mas, como aponta o trabalho de Câmara, a combinação da ação política com a utilização de mecanismos que assegurem a produtividade faz com

que o MST se configure como um microgoverno, criando departamentos burocráticos e estabelecendo relações com o mercado financeiro:

Talvez aí resida uma das principais contradições do MST, pois, ao mesmo tempo em que se propõe a fazer o movimento, o que implica em envolver as massas em luta, em ações políticas de risco, pretende ser o gestor dos resultados desta luta. Pode-se afirmar que, em alguma medida, o MST pretende, em certo sentido, configurar-se enquanto um microgoverno, que após a vitória busca organizar os assentamentos e dar-lhes condições econômicas para que possam competir com as grandes unidades produtivas, e, assim, comprovar a possibilidade de realização das suas teses. Para o movimento, isto significa a necessidade de implantar departamentos burocráticos, envolvendo técnicos, agrônomos, assessores etc.; de estabelecer relações com o mercado financeiro, na busca de financiamentos para seus projetos, enfim, de enredar-se numa teia de relações que o aprisionará à ordem estabelecida (CÂMARA, 1996, p. 7).

Também achamos problemática a conciliação desses dois aspectos da cooperação agrícola desenvolvida pelo MST através de suas cooperativas. Mesmo com o discernimento apresentado pelo Movimento das diferenças existentes entre as cooperativas tradicionais e as cooperativas dos assentados (Ver Anexo 5), é complicado buscar a organização dos trabalhadores para fortalecer as suas lutas, tendo em vista a transformação da sociedade e a implantação do socialismo, utilizando-se, ao mesmo tempo, de relações de trabalho e de produção tipicamente capitalistas.

Alguns autores também concentram suas críticas em um desses dois aspectos (econômico ou político), analisando-os separadamente. Navarro, por exemplo, ao constatar que entre os objetivos políticos da cooperação está explícita uma idéia de implantação de uma sociedade socialista, aponta como ‘flagrante delírio ideológico’ do Movimento o fato de achar que o ‘projeto político’ das famílias rurais assentadas seria identificado por elas mesmas “*como sendo o ‘socialismo’*”. Para ele, não existe em nenhuma região rural brasileira a adesão a alguma idéia de socialismo; “*nada seria mais estranho ao imaginário*



*social e político das famílias rurais, incluindo as mais pobres. Há aqui, por certo, uma óbvia confusão entre desejo e realidade (...)*” (NAVARRO, 2002b, p. 269-270).

Carvalho, no entanto, defendendo essa postura política do MST, mostra que a luta contra o capital e pela conseqüente transformação da sociedade é uma luta determinada pela necessidade e não pelas aspirações e utopias:

A luta contra a cerca do capital tem-se evidenciado aos sem-terra como uma necessidade, seja pela consciência que adquirem dos processos de exploração a que estão submetidos ao enfrentar os mercados de insumos e de produtos, seja em função da concreta pobreza crônica em que se encontram, apesar das melhorias que têm obtido nos demais planos sociais das suas vidas, como educação, saúde, cultura e organização (CARVALHO, 2002, p. 249).

Por outro lado, analisando o aspecto econômico, alguns autores como Souza (1998) e Martins (2000) consideram que a proposta de cooperação agrícola do MST enveredou-se e centralizou-se numa racionalidade econômica, caindo no que o próprio Movimento chama de economicismo. Para Souza, foi a necessidade de viabilização dos assentamentos rurais no interior do sistema capitalista que fez com que o Movimento buscasse possibilidades e alternativas para que as suas propostas de cooperação agrícola pudessem inserir-se no processo competitivo do mercado, centralizando-as numa racionalidade econômico-estratégica.

Martins, por sua vez, entende que ao centralizar as propostas de cooperação num viés economicista, o MST fez com que a própria luta pela terra e pela Reforma Agrária fossem percebidas numa variação econômica e quantitativa, fazendo com que as mesmas perdessem-se na lógica das propostas que contesta e privassem os trabalhadores do que lhes é essencial:

Não é casual que hoje a chamada luta pela terra e sua contestação estejam inteiramente dominadas por questões quantitativas de natureza puramente econômica. Ela tende a se perder na mesma lógica

das propostas que contesta. É o que priva as lutas e reivindicações dos trabalhadores do que lhes é essencial, a concepção alternativa e antagônica do direito ao trabalho na terra e de contestação (ao menos relativa) da renda fundiária como fundamento dessa luta (MARTINS, 2000, p. 139-140).

Tânia da Silva, abordando esse mesmo assunto, mostra que um dos principais aspectos desse ‘desvio economicista’ do MST é o entendimento, por parte desse Movimento, da produção camponesa, pautada principalmente na agricultura de subsistência, como um obstáculo para o desenvolvimento da produção cooperativa coletiva, “*por entender que as relações sociais de produção camponesas não permitiam a formação de uma ‘consciência coletiva’*” (SILVA, 2002, p. 238).

Para a autora, no entanto, o MST vem repensando sua própria concepção de cooperativismo e admitindo a possibilidade de ter havido um ‘desvio economicista’ no afã de se conquistar o mercado capitalista. Essa reavaliação, segundo ela, tem apontado na direção da adoção de orientações que procurem conciliar a produção de subsistência com a produção de mercado, sem o abandono do princípio cooperativo. Contudo, citando Horácio M. Carvalho<sup>51</sup>, esses problemas, para a autora, estão ligados ao cooperativismo (adjetivo) e não à cooperação (substantivo):

(...) como explica Horácio M. Carvalho: (...)’talvez a partir de um *desvio economicista*, o *cooperativismo* (principal produto da cooperação) pode ter contribuído para gerar um produtor com aspirações pequeno-burguesas de acumulação a partir de uma suposta inserção competitiva no mercado capitalista oligopolizado de produtos agropecuários’ (SILVA, 2002, p. 238).

A última observação que gostaríamos de fazer com relação à cooperação agrícola desenvolvida pelo MST nos assentamentos rurais, assunto já

---

<sup>51</sup> CARVALHO, Horácio Martins. **A Crise de Identidade dos Pequenos Produtores Rurais Familiares: possibilidades de superação**. Curitiba, set. 2000 (prelo).

levemente destacado nas observações de Tânia da Silva (2002), é com relação à necessidade de flexibilidade das formas de cooperação implementadas nos assentamentos. Para o MST, o desenvolvimento de formas de cooperação agrícola nos assentamentos depende não apenas de uma decisão política de implementá-las ou da vontade dos assentados para desenvolvê-las, mas devem levar em conta as condições objetivas e subjetivas da comunidade que vai aplicá-las:

As condições objetivas são o nível de acumulação de capital existente, o tipo de produto que é possível produzir, as condições naturais existentes no assentamento (...) As condições subjetivas são o grau de consciência política e a história de participação de uma determinada comunidade adquirido na luta para a conquista da terra” (STÉDILLE; FERNANDES, 1993, p. 101-102).

No entanto, para alguns pesquisadores, o MST tem sido autoritário na implementação de seu cooperativismo, impondo formas que exigem a total coletivização do trabalho e da produção (preferencialmente CPAs) e não respeitando a autonomia, escolha e participação dos assentados nas decisões.

Souza, por exemplo, mostra que existe uma ausência de participação real por parte dos assentados na organização das formas de cooperação. Para ela, experiências como o Laboratório Organizacional de Campo (LOC), os cursos de formação voltados para a produção agrícola e o curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC)<sup>52</sup>, demonstram o “*aspecto autoritário e bancário no repasse de informações e construção de coletivos de produção*” (SOUZA, 1998, p. 11).

Desse modo, para Souza, o MST procura desenvolver a cooperação agrícola através da transmissão/imposição de conteúdos ideológicos, ignorando a

---

<sup>52</sup> O Curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC) foi instituído pelo MST para resolver, segundo Tânia da Silva, alguns problemas surgidos no SCA, principalmente no que diz respeito à administração de cooperativas por parte dos assentados (SILVA, 2002, p. 236). O curso é ministrado pelo Instituto Técnico de Ensino e Pesquisa em Reforma Agrária (ITERRA), com sede em Veranópolis/RS, e funciona em nível de 2º grau, sendo destinado principalmente a jovens assentados.

trajetória, experiências e conhecimento das famílias assentadas. A autora considera, então, que é necessário refletir:

(...) sobre a cultura política do assentado, que embora tenha passado por um processo de socialização política, quando de sua inserção no MST, possui uma história de vida e valores culturais que não podem ser ignorados nos cursos de formação técnica e política (SOUZA, 1998, p. 11).

Navarro, concordando com a posição de Souza, mostra em seu trabalho que, ao fazer do assentado uma ‘tábula rasa’, as propostas de cooperação do MST encontram resistência entre as famílias rurais assentadas:

A formação de cooperativas inteiramente coletivizadas, que fazem tábula rasa da história social dos agricultores, antes pequenos proprietários, por exemplo, encontra uma forte resistência das famílias rurais, o que tem gerado inúmeros conflitos nos assentamentos formados (NAVARRO, 2002a, p. 220).

Romano, também abordando essa problemática, mostra que essa resistência dos assentados e a existência de conflitos são frutos de um choque de valores entre os princípios igualitaristas dos líderes do Movimento e os princípios de grande parcela de assentados, baseados nas suas próprias experiências, tradições e desejos:

Manifesta-se assim um choque de valores entre os princípios organizadores dos mediadores (igualitarismo) e os princípios de uma grande parte das populações camponesas assentadas (...) É uma tensão estrutural entre dois princípios que procuram ser organizadores do tecido social dos assentamentos. Por um lado, o voluntarismo político dos mediadores tenta, através de seus discursos, que os assentados se vivenciem ‘igualitários’ na concepção ‘igualitária’ dos mediadores. Por outro lado, as disposições, os hábitos, as práticas, as tradições dos grupos camponeses (...) são reproduzidos por grande número dos

assentados. O conflito passa a ser permanente (...) (ROMANO, 1994, p. 257-258).

De uma forma geral, esses autores consideram que é preciso que hajam formas flexíveis de cooperação e que as mesmas levem em conta os valores e princípios das famílias assentadas, bem como a sua participação ativa no processo. É necessário, segundo Souza, que haja um “*ênfoque realmente democrático na discussão sobre cooperação*”, pois, experiências como os LOCs, ao fazerem ‘tábula rasa’ dos conhecimentos dos assentados e tentarem homogeneizá-los à força, criam, conforme observação da mesma autora, modelos a-históricos de cooperação, totalmente estranhos aos assentados:

A cooperação é vista como caminho para resistir com a produção agrícola, entretanto, desenha-se um modelo a-histórico de cooperação, o que causa estranhamento entre os cooperados. A cooperativa ganha dimensões artificiais perante as necessidades subjetivas dos assentados: ‘Isso é nosso, mas eu não tenho nada’ – afirma um assentado (SOUZA, 1998, p. 25).

Para alguns pesquisadores, como é o caso de Tânia da Silva, o MST, diante dos conflitos latentes entre assentados com produção familiar individual *versus* grupos cooperados coletivos, fez, como já indicamos anteriormente, uma reavaliação da cooperação agrícola implantada nos assentamentos. O resultado, segundo ela, foi a adoção de uma perspectiva mais flexível de cooperação e de uma “*maior tolerância com a diversidade da produção e organização*”, procurando, como também já pontuamos, conciliar a produção de mercado com a produção de subsistência (SILVA, 2002, p. 238).

Podemos dizer que um passo concreto nesse sentido foi o abandono dos LOCs e a percepção, pelo menos discursiva, de que as formas de cooperação devem ser flexíveis e escolhidas a partir da vontade e da necessidade dos assentados:

A proposta do laboratório organizacional mostrou certas limitações (...) em primeiro lugar, o método é muito ortodoxo, muito rígido na sua aplicação. Em segundo, porque ele não é um processo, é muito estanque. Ou seja: tu reúnes a turma e em 40 dias tem que sair com a cooperativa. A experiência nos assentamentos nos mostra que esse processo é mais lento. Em geral, os grupos de cooperação agrícola já vêm se formando nos acampamentos em função de afinidades que vão se criando. Não estou discutindo se isso é certo ou não, ou se é por isso que a cooperação se desenvolve ou fracassa. O que estou dizendo é que a nossa experiência é essa. Ou seja, quando tentamos aplicar um sistema rígido, não deu certo (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 99-100).

E conclui:

(...) aprendemos que a forma de cooperação agrícola não é determinada pelo MST, pela CONCRAB. Não adianta fazer uma reunião no assentamento e dizer: ‘Vocês vão implantar uma cooperativa’. Vai ser um fracasso. Eles é que têm que discutir que tipo de forma pode ser assimilada. A partir da forma inicial, pode haver um processo de evolução ou processo de desarticulação (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 102).

Vale, por fim, mencionar que a cooperação agrícola do MST, por estar inserida dentro de seu Programa de Reforma Agrária, também foi incorporando novos elementos e abandonando outros no decorrer das diferentes conjunturas, mantendo, porém, a idéia básica da cooperação como meio mais eficaz de viabilizar os lotes de Reforma Agrária.

#### **4- GOVERNO ITAMAR: DIÁLOGO E TRANSIÇÃO.**

Como já mencionamos anteriormente, Itamar Franco, que havia assumido a presidência provisoriamente, em 2 de outubro de 1992, devido ao afastamento de Collor em virtude da abertura do processo de *impeachment*,

assumiu, em dezembro do mesmo ano, com a cassação e renúncia deste último, definitivamente a presidência da República.

Podemos dizer que o governo de Itamar representou para o MST um período de transição, quando o Movimento foi, aos poucos, saindo de seu momento de crise e retração, voltando a fazer uma luta política ofensiva (agora não só de ocupações de terras mas também de grandes manifestações) e descobrindo um novo inimigo em potencial: a política neoliberal.

Nessa perspectiva, o fato político-econômico mais relevante desse período em que Itamar permaneceu no poder foi, sem dúvida, a nomeação, em maio de 1993, do então Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, para assumir o Ministério da Fazenda. O novo ministro, que pretendia combater a inflação através da reforma do Estado, incluindo, entre outras medidas, a redução de gastos públicos e a intensificação do processo de privatizações<sup>53</sup>, lançou, em dezembro do mesmo ano, o Plano de Estabilização Econômica. Tal plano visava, entre outras coisas, a preparação da economia para a entrada em circulação de uma nova moeda, o Real, antecedida pela adoção da Unidade Real de Valor (URV), que passou a vigorar a partir de março de 1994 como um indexador único da economia. A nova moeda entrou em circulação em julho, com cotação acima do dólar.

O Plano de Estabilização Econômica, que promoveu a queda da inflação, o aumento da atividade econômica e um aumento do consumo, apesar das altas taxas de juros, foi a principal alavanca para que Fernando Henrique Cardoso (FHC) chegasse à presidência da República nas eleições realizadas em outubro de 1994, podendo, dessa forma, continuar a implementar uma série de medidas políticas, econômicas e sociais cunhadas de neoliberais.

No que diz respeito à Reforma Agrária, apesar de alguns pesquisadores abordarem que o governo Itamar não apresentou nenhum projeto (essa, por exemplo, é a opinião de Fernandes, 1999), o Ministério da Agricultura,

---

<sup>53</sup> O processo de privatização de empresas estatais já tinha sido iniciado por Collor como parte de seu Plano Econômico de combate à inflação e de modernização do país. Entre as empresas estatais privatizadas durante o governo Itamar, destacam-se: a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Aço Minas Gerais (Açominas) e Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), além de várias subsidiárias da Petrobrás.

do Abastecimento e da Reforma Agrária (MAARA) lançou, através do INCRA, um Programa Emergencial de Reforma Agrária<sup>54</sup>. Esse programa, apesar de não ter sido efetivado, mostrava a percepção que o governo Itamar tinha da Reforma Agrária, apresentava algumas metas e programa de ação.

A diretriz principal desse Programa Emergencial de Reforma Agrária era, segundo o MAARA/INCRA, diante da percepção por parte do governo Itamar Franco da necessidade de se superar um modelo de desenvolvimento que refletia concentração de riqueza, desemprego e recessão, “*a retirada da reforma agrária do ‘gueto’ ecológico, cultural, geográfico e político em que foi equivocadamente colocada, inserindo-a como variável oportuna, eficaz e organicamente vinculada à construção de um novo modelo de desenvolvimento*” (MAARA/INCRA, 1993, p. 102-103).

Desse modo, a Reforma Agrária era percebida pelo governo Itamar, ainda segundo o MAARA/INCRA, como uma parceira na ‘construção histórica’ desse novo modelo de sociedade, sendo instrumento essencial para combater a fome, a miséria, o desemprego, a violência e a desigualdade social.

É importante frisar que esse Programa, por ter um caráter emergencial, pretendia desenvolver iniciativas imediatas e de curto prazo, pautadas nas limitações orçamentárias e institucionais<sup>55</sup>. Por isso, estipulava uma meta de 120 mil famílias a serem assentadas no governo Itamar, sendo 20 mil no ano de 1993 e 100 mil em 1994<sup>56</sup>, quando, supunha, haveria a “*retomada substantiva da reforma agrária em todo País, já com a experiência obtida com a nova legislação e com as possibilidades de alocação dos recursos necessários no orçamento daquele ano*” (MAARA/INCRA, 1993, p. 106).

Apesar de considerar que Itamar não apresentou nenhum programa de Reforma Agrária, Fernandes aponta que este governo abriu diálogo com o MST e regularizou algumas áreas de conflitos, assentando as famílias acampadas:

---

<sup>54</sup> O Plano Emergencial de Reforma Agrária do MAARA/INCRA pode ser encontrado na **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 23, n.º 2, maio/ago. de 1993, p. 98-115.

<sup>55</sup> Vale lembrar que no momento em que esse Programa Emergencial é lançado, ainda estava pendente a Lei Agrária e a Lei Complementar de definição do Rito Sumário das desapropriações, limitando legalmente e institucionalmente a abrangência da Reforma Agrária proposta.

<sup>56</sup> Ao todo foram realizados, segundo dados do INCRA, 21.763 assentamentos durante o governo Itamar.



Durante o governo Itamar Franco houve uma lenta retomada das ações para a execução de novos projetos de assentamentos, todavia em situação mais promissora do que no governo anterior. Nesse período, não surgiu nenhuma proposta de reforma agrária. Apenas a tentativa de administração dos conflitos e das ocupações de terras com a realização de novos assentamentos (FERNANDES, 1999, p. 63).

Vale lembrar que foi no governo Itamar Franco que os dirigentes nacionais do MST foram recebidos pela primeira vez por um presidente no Palácio do Planalto, em fevereiro de 1993. Estas audiências repetiram-se posteriormente no governo Fernando Henrique Cardoso, mostrando que o MST, superada sua crise, tornou-se na década de 90 o principal interlocutor junto ao governo dos assuntos referentes à Reforma Agrária.

Como já dissemos, essa nova fase ofensiva do MST não é apenas marcada por ocupações de terra, mas também por grandes manifestações. Durante o governo Itamar realizou-se uma delas, o ‘Grito da Terra’, que foi a reunião de várias manifestações nas principais capitais do país, organizadas pelo MST, CUT, CONTAG, Coordenação Nacional dos Atingidos por Barragens, Movimento Nacional dos Pescadores e Conselho Nacional dos Seringueiros. Essas entidades e movimentos, segundo Fernandes (2000), mobilizaram-se e negociaram com o governo Itamar uma série de medidas referentes à Reforma Agrária, política agrícola, direitos trabalhistas, etc..

Foi também durante o governo Itamar que o MST realizou seu 7º Encontro Nacional, em Salvador (BA), de 13 à 17 de dezembro de 1993. Nesse encontro, segundo Fernandes, o MST aprovou o documento ‘*Que Reforma Agrária Queremos*’, onde apresentava propostas e medidas que foram entregues aos candidatos às eleições presidenciais de 1994. Segundo o mesmo autor, o MST definiu também nesse encontro seu apoio à candidatura de Lula, por acreditar ser a única que, se vitoriosa, poderia “*implantar um programa democrático-popular e realizar a reforma agrária*” (FERNANDES, 2000, p. 250).

Esse apoio do MST ao candidato do PT, que já havia ocorrido na eleição anterior, mostra uma profunda ligação entre o Movimento e esse partido. É importante lembrar uma observação de Navarro (2003), o qual indica que praticamente todos os dirigentes do MST são também militantes filiados ao PT, sendo, inclusive, fundadores de diretórios municipais em muitos pequenos municípios. Por isso, durante toda sua trajetória, apesar de manter sua autonomia, o MST caminhará intimamente ligado ao PT, fazendo com estas manifestações e oposição aos governos.

Por fim, convém mencionar que durante o governo Itamar também foram sancionadas a Lei Agrária e a Lei de Rito Sumário. Ambas, como já mencionamos, eram necessárias para viabilizarem a Reforma Agrária, que havia ficado bloqueada em função da aprovação de conceitos e dispositivos genéricos na Constituição Federal de 1988 (a definição do conceito de propriedade produtiva, como vimos no capítulo anterior, é um exemplo bem claro desses itens obscuros presentes na Constituição).

A Lei Agrária (Lei n.º 8.629/93) foi a primeira a ser sancionada, em 25 de fevereiro de 1993, sendo recebida, segundo Abramovay, Carvalho Filho e Sampaio (1993), com otimismo pelos grupos mais progressistas. Para os autores, esse otimismo advinha do fato de que o presidente Itamar havia vetado alguns artigos, elaborados pela Câmara Federal, que comprometiam a realização de qualquer mudança significativa na estrutura fundiária, ficando a lei bem melhor do que a versão original (Projeto de Lei apresentado pelas lideranças do PT e partidos de centro-esquerda).

Esses autores, apesar de acreditarem que a Lei Agrária tenha representado um passo importante para o desbloqueio da Reforma Agrária, apontavam, no entanto, que ela não servia ainda de “*base jurídica às transformações democráticas de que nosso meio rural necessita*”, pois a questão chave de como seria o rito desapropriatório e qual o papel que caberia aos poderes executivo e judiciário na Reforma Agrária dependiam de definição em Lei Complementar (Lei do Rito Sumário) (ABRAMOVAY; CARVALHO FILHO; SAMPAIO, 1993, p. 100). Além disso, para eles, a lei possuía alguns

traços problemáticos, como o fato de não poderem ser desapropriados imóveis onde estivessem sendo instalados projetos técnicos; tal fato, segundo esses autores, incentivava a indústria do ‘projeto frio’, ou seja, os latifundiários podiam elaborar projetos fictícios para impedir a desapropriação de seus imóveis.

A Lei Complementar que regula o Rito Sumário da Desapropriação para Reforma Agrária, foi, por sua vez, sancionada pelo presidente Itamar em 6 de julho de 1993 (Lei Complementar n.º 76/93). Com ela, criaram-se dispositivos legais para a realização de desapropriações para fins de Reforma Agrária. A lei, no entanto, segundo Moraes e Fachin, ainda guardava pontos contraditórios, não ultrapassando plenamente as dificuldades profundas criadas pela Constituição Federal de 1988. Para esses autores, que apresentam em seu artigo uma série de tópicos onde a Lei de Rito Sumário foi obscura ou negligente, podendo ser objeto de contestação durante as desapropriações, o “*equilíbrio social e econômico no campo ainda vão tardar*” (MORAES; FACHIN, 1993, p. 90).

Apesar ainda de não apresentarem a clareza e os dispositivos necessários para o desenvolvimento de uma Reforma Agrária que pudesse de fato modificar as estruturas de concentração fundiária, a aprovação da Lei Agrária e da Lei do Rito Sumário constituíram mais um ponto favorável para a retomada das ocupações e de uma luta mais ofensiva por parte do Movimento. A crise advinda na conjuntura do governo Collor estava aparentemente superada e o MST, com um novo vigor, preparava-se para enfrentar novos obstáculos e promover novas ‘ginásticas políticas’ no seu programa de Reforma Agrária.

## CAPÍTULO 04

### **A REFORMA AGRÁRIA DO MST NO FIM DO MILÊNIO: UMA LUTA CONTRA O PROJETO NEOLIBERAL .**

A eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) para presidente da República, em 1994, como já mencionamos no capítulo anterior, foi favorecida e sustentada pelo Plano de Estabilização Econômica que lançou quando ainda era Ministro da Fazenda do governo Itamar Franco. Com cerca de 54,3% dos votos válidos, Fernando Henrique Cardoso elegeu-se no primeiro turno eleitoral, derrotando com grande facilidade os demais candidatos. A estabilização da economia, com a contenção do processo inflacionário, foi também o pilar central da reeleição de Fernando Henrique.

Durante os oito anos de seus dois mandatos, Fernando Henrique Cardoso realizou uma série de mudanças políticas, econômicas e sociais, alterando princípios da Constituição Federal de 1988 e promovendo mudanças na estrutura do Estado. A reforma do Estado, que incluía, entre outras medidas, a redução dos gastos públicos e a privatização de empresas estatais, era vista como essencial pelo novo governo para combater a inflação e adaptar o país às novas realidades da economia mundial.

Essas mudanças postas em prática por Fernando Henrique Cardoso, que foram timidamente introduzidas já no governo de Fernando Collor e definitivamente ‘abraçadas’ no governo de Itamar Franco, representavam, para grande parte da intelectualidade brasileira, a aplicação da política neoliberal no Brasil. O objetivo central dessa política, segundo a pregação do governo, era a modernização econômica do país e sua inserção competitiva no mercado globalizado e livre.

O Brasil, a partir de então, passou a estar fortemente inserido no mercado financeiro internacional, vivendo um processo inegável de modernização econômica e tecnológica. A abertura econômica, no entanto,

deixou a economia nacional vinculada e dependente ao capital estrangeiro. A principal consequência dessa dependência foi a ocorrência de sucessivas crises internas provocadas por crises econômicas externas<sup>57</sup>. Nessa situação, para manter a estabilização econômica e o controle da inflação, fundamentais para evitar a fuga de capitais e a “quebradeira” do país, bem como para atrair novos capitais investidores, Fernando Henrique Cardoso praticou, ao longo de seu governo, altas taxas de juros no país, que acabaram determinando um ritmo lento de crescimento econômico e, em decorrência, a elevação do índice de desemprego.

Além do desemprego, a fome e a violência tiveram um crescimento exponencial no período do governo de Fernando Henrique Cardoso, pois a modernização econômica e tecnológica não implicou numa melhor distribuição de renda. Ao contrário, as medidas de cunho neoliberal foram criando uma expressiva camada de população desempregada e subempregada, vivendo marginalizada sócio e politicamente.

Foi nesse contexto de desenvolvimento e aplicação da política neoliberal pelo governo Fernando Henrique Cardoso, bem como das mudanças por ela acarretada, que o MST passou a viver uma nova fase na sua luta pela Reforma Agrária. O Movimento, que durante os primeiros anos da década de 90, como vimos, mantinha-se retraído numa luta mais interna de viabilização dos assentamentos, voltou a fazer uma luta política ofensiva durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998): as ocupações de terra tiveram um aumento quantitativo significativo, com um grande número de pessoas envolvidas. Além das ocupações, o MST passou a organizar grandes manifestações pelo país, como a Marcha à Brasília, em 1997.

O alvo principal da Reforma Agrária do MST nessa nova fase, no entanto, é a luta contra a política neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso. Para o MST, a Reforma Agrária tornou-se a principal alternativa para

---

<sup>57</sup> Entre as principais crises econômicas externas que abalaram a economia e o mercado financeiro internacional e, conseqüentemente, a economia brasileira, podemos citar a crise do México, em 1994, e da Rússia, em 1998. Mais recentemente a crise da Argentina, em 2001, também provocou grandes conturbações na economia brasileira.

solucionar todas as mazelas sociais decorrentes dessa política neoliberal. Nessa perspectiva, a Reforma Agrária defendida pelo MST, na visão de seus líderes, tornou-se um projeto para toda a sociedade brasileira, capaz de combater a fome, o desemprego e a violência. Ademais, ainda na visão do Movimento, era impossível que essa Reforma Agrária acontecesse sem que se mudasse o modelo econômico vigente no Brasil, sem distribuição de renda e sem a extinção do latifúndio.

Diante desse novo contexto, duas novas palavras de ordem surgem no decorrer dos Congressos e Encontros do MST realizados no período<sup>58</sup>: “*Reforma Agrária: uma luta de todos*”, surgida no III Congresso Nacional, em 1995, e “*Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio*”, surgida no IV Congresso Nacional, em 2000.

Mas, se no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, o MST conseguiu expandir-se<sup>59</sup> e expandir a luta pela Reforma Agrária, principalmente através das ocupações de terra, no segundo mandato (1999-2002), como observa Coletti (2003) em seu trabalho, houve uma série de dificuldades e até mesmo um certo refluxo do Movimento. Tal refluxo, decorrente, na visão do autor, das estratégias do governo para isolar o Movimento e desmoralizá-lo diante da opinião pública, pode ser percebido na queda do número de ocupações nos anos do último mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Nesse capítulo, então, vamos analisar essa nova fase do MST, onde a Reforma Agrária tornou-se um instrumento de contestação à política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso e alternativa para solucionar as principais mazelas sociais decorrentes dessa política. Como já mencionamos, dividiremos esse capítulo em duas partes: na primeira, englobaremos o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), onde o MST teve um crescimento

---

<sup>58</sup> Apesar do surgimento dessas duas novas palavras de ordem, a antiga “*Ocupar, resistir e produzir*” é mantida ao longo desse período.

<sup>59</sup> Atualmente, segundo informações contidas no site do MST (<http://www.mst.org.br>), Movimento só não se encontra organizado em quatro estados: AM, RR, AC e AP. Ao longo da década de 90, portanto, o MST organizou-se nos estados do RJ, PA, MT, TO e DF. Apesar de não ter um crescimento estrutural tão grande como o que ocorreu de 1985 à 1990, as modificações sucedidas no MST, segundo Fernandes (2000), foram a respeito da expansão das atividades e das representações.

expressivo das suas ações, e na segunda parte, trataremos do segundo mandato (1999-2002), onde o MST sofreu um refluxo nas suas ações.

### **1- “REFORMA AGRÁRIA: UMA LUTA DE TODOS”: REFORMA AGRÁRIA E MST NO PRIMEIRO MANDATO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-1998).**

Como já destacamos aqui, o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso foi marcado por uma expansão do MST que, depois de um período de crise e de luta interna, voltou a fazer uma luta política agressiva, baseada, principalmente, nas ocupações de massa, mas também em grandes manifestações. Porém, diferentemente do período anterior de expansão do Movimento (1985-1990), onde o projeto de mudança da sociedade passava pela Reforma Agrária porque esta era concebida como essencial para a conquista e consolidação da democracia, o MST entendia agora que a Reforma Agrária era a única alternativa de contraposição ao modelo de desenvolvimento neoliberal, sendo ela capaz de combater as mazelas sociais advindas dessa política (fome, desemprego e violência). Ou seja, a Reforma Agrária passava a ser concebida pelo MST como um projeto alternativo de sociedade, capaz de beneficiar não somente a população rural assentada ou em vias de assentamento, mas toda a sociedade brasileira. Por isso, a Reforma Agrária tornou-se uma “*luta de todos*”.

Essa expansão do MST, num momento de crise e refluxo para a maioria dos movimentos sociais, principalmente para o movimento sindical combativo, é explicada e vista de forma diferente por alguns autores que trataram da questão. Enquanto que para Navarro (2002a), uma série de elementos contribuíram nesse processo, sendo a atuação no Pontal do Paranapanema<sup>60</sup> e os episódios de Corumbiara<sup>61</sup> e Eldorado dos Carajás<sup>62</sup> os mais importantes, para

---

<sup>60</sup> Região localizada no extremo oeste do estado de São Paulo, divisa com os estados do PR e MS, conhecida por grandes extensões de terras devolutas que foram griladas por grandes fazendeiros.

<sup>61</sup> Em Corumbiara (RO), em agosto de 1995, ocorreu um confronto entre 514 famílias sem-terra, acampadas na Fazenda Santa Elina, e 300 policiais militares, que tentavam expulsá-las do local. O confronto resultou na morte de 2 policiais e 10 sem-terras.

<sup>62</sup> Eldorado dos Carajás é uma região localizada no sudeste do estado do Pará. Nessa região, no município de Paraupabas, ocorreu, no dia 17 de abril de 1996, um confronto entre sem-terras e policiais militares,

Coletti (2003) o avanço do MST no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso só foi possível graças aos efeitos perversos causados pelo aprofundamento das políticas neoliberais no Brasil.

Apesar das divergências entre esses autores, que analisaremos de forma mais detalhada no decorrer deste capítulo, é inegável que o avanço do MST implicou numa oposição à política posta em prática pelo governo Fernando Henrique Cardoso, tornando-se o Movimento, para muitos, no principal foco de resistência ao modelo de desenvolvimento neoliberal aqui implementado. Para Coletti, a postura anti-neoliberal do MST, adotada a partir de seu III Congresso Nacional, realizado em Brasília em julho de 1995, “*está assentada na idéia de que a política neoliberal privilegia os interesses do capital financeiro, por um lado, e marginaliza a agricultura, especialmente a pequena produção familiar e os assentamentos*” (COLETTI, 2003, p. 06).

Por isso, achamos importante nessa primeira parte desse capítulo, antes de adentrarmos especificamente na questão da Reforma Agrária defendida pelo MST como uma alternativa ao projeto de desenvolvimento neoliberal, mostrarmos como o governo Fernando Henrique Cardoso tratou a questão da Reforma Agrária nesse seu primeiro mandato. Apoiaremos-nos, para isso, no próprio programa de governo de Fernando Henrique Cardoso, com suas propostas e metas em relação à agricultura e à Reforma Agrária, e nas ações práticas desenvolvidas ao longo desses quatro primeiros anos de governo, bem como nas análises de vários pesquisadores que trataram da questão.

### **1.1- A Reforma Agrária No Primeiro Mandato De Fernando Henrique Cardoso.**

A Reforma Agrária, no período eleitoral, foi apresentada na proposta de governo de Fernando Henrique Cardoso, denominada “*Mãos à Obra Brasil*”,

---

que acabou resultando na morte de 19 sem-terras, além de 41 sem-terras e 4 policiais feridos. O confronto ocorreu quando 200 policiais militares tentaram liberar a rodovia PA-150, bloqueada por 1.200 trabalhadores rurais sem-terra. O massacre de Eldorado de Carajás, como ficou conhecido o episódio pelo Movimento, foi filmado e amplamente divulgado na imprensa local e mundial, chamando a atenção da opinião pública nacional e internacional para a grave situação da luta pela terra no Brasil.



como parte intrínseca das políticas de desenvolvimento da agricultura. Esta última, por sua vez, era apontada como uma das cinco prioridades do futuro governo<sup>63</sup>, sendo concebida em termos de segurança alimentar, geração de empregos, desconcentração da renda e interiorização do desenvolvimento:

A importância da agricultura para Fernando Henrique justifica a escolha do setor como elemento central de seu governo. Não se trata, entretanto, de apenas priorizar o aumento da produção, mas de produzir mais alimentos com mais empregos, permitindo ainda a desconcentração de emprego e da renda e a interiorização do desenvolvimento (PROPOSTA DE GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, 1994, p. 54).

Com essa concepção de agricultura, Fernando Henrique Cardoso propagava em sua proposta de governo que a atenção aos pequenos produtores e aos trabalhadores sem-terra seria “*tão importante quanto o aperfeiçoamento dos instrumentos clássicos da política agrícola: crédito e comercialização, política de estabilidade da renda, pesquisa e desenvolvimento tecnológico etc*” (PROPOSTA DE GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, 1994, p. 54).

No que diz respeito especificamente à Reforma Agrária, além de se comprometer a apoiar os trabalhadores assentados para que pudessem plantar, colher e progredir, Fernando Henrique Cardoso estabeleceu, segundo consta na sua Proposta de Governo (1994), a meta de assentar 280 mil famílias em quatro anos de governo: 40 mil famílias no primeiro ano (1995), 60 mil no segundo (1996), 80 mil no terceiro (1997) e 100 mil no quarto (1998).

Essa meta, segundo a Secretaria de Comunicação de Governo do já então presidente Fernando Henrique Cardoso, representou a adoção de uma política agrária realista e responsável, não vendendo ilusões à sociedade de uma

---

<sup>63</sup> Na época da campanha eleitoral para as eleições de 1994, Fernando Henrique Cardoso lançou uma campanha onde retratava, com uma mão aberta, as cinco prioridades de seu governo (cada dedo representava uma prioridade). Além da agricultura, constava dessa lista a educação, a saúde, o trabalho e a habitação.

farta distribuição de lotes com o objetivo de angariar votos. Além disso, para essa Secretaria, a meta de assentamentos estabelecida por Fernando Henrique Cardoso era, ao mesmo tempo, modesta e audaciosa:

A meta de assentar 280 mil famílias, em quatro anos de governo, é modesta e audaciosa, ao mesmo tempo. É modesta, diante da magnitude do problema fundiário brasileiro, mas é audaciosa, se comparada ao que foi feito ao longo da história do país (SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1997).

Apesar dos números oficiais do INCRA confirmarem o cumprimento das metas estabelecidas durante os primeiros quatro anos de seu governo, com o assentamento de cerca de 288 mil famílias<sup>64</sup>, muitos pesquisadores indicam que Fernando Henrique Cardoso tratou a questão da Reforma Agrária com uma certa apatia e indiferença durante o seu primeiro mandato, principalmente nos dois primeiros anos (1995/1996). Medeiros (2003), por exemplo, aponta que no início do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, o tema agrário parecia ter perdido seu lugar no debate político, pois as polêmicas em torno da política de estabilização econômica e combate à inflação, configurada no Plano Real, ocupavam o centro da cena. A autora até observa que em virtude do sucesso, num primeiro momento, desse plano, o presidente desfrutava de alta taxa de popularidade.

Para Teixeira (2001), que também observa essa apatia do governo Fernando Henrique Cardoso em relação ao tema agrário, o imobilismo devia-se

---

<sup>64</sup> Os dados oficiais do INCRA de assentamentos realizados durante o governo de Fernando Henrique Cardoso são contestados por outras instituições. Coletti, em seu trabalho, mostra um quadro comparativo com as diferenças entre os dados oficiais do governo (INCRA) e os dados colhidos pela ABRA (Associação Brasileira da Reforma Agrária), baseados nos Relatórios Anuais de Atividades do próprio INCRA: em 1995, segundo os dados do INCRA, teriam sido assentadas 42.912 famílias; para a ABRA, foram assentadas 32.699. Em 1996, segundo o INCRA, foram assentadas 62.044 famílias; os números da ABRA apontam apenas 19.800 famílias assentadas. EM 1997, pelos dados do INCRA, teriam sido assentadas 81.944 famílias, enquanto que para a ABRA foram assentadas 60.425 famílias. Por fim, em 1998, o INCRA calcula que foram assentadas 101.094 famílias e a ABRA 76.027. Ou seja, de acordo com os dados do INCRA foram assentadas 287.994 famílias durante o primeiro mandato de FHC; para a ABRA, apenas 188.951 famílias foram assentadas no período. Para Coletti, essa diferença deve-se ao fato de que o INCRA sempre incorpora a cada ano ações de projetos de anos anteriores (COLETTI, 2003, p. 07-10).

ao fato de que a Reforma Agrária não cabia na pauta do projeto neoliberal desenvolvido por esse governo, a não ser como política social compensatória. Segundo ele, a prioridade da política neoliberal para a agricultura era a grande exploração agropecuária exportadora, que tinha um papel de sustentação do programa econômico do governo Fernando Henrique Cardoso: “*a geração de superávites no comércio agrícola externo para amenizar os déficits continuados da balança comercial brasileira*” (TEIXEIRA, 2001, p. 14).

Ambos os autores apontam os acontecimentos de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, com suas repercussões no exterior, associado ao crescimento das ações de ocupações de terra<sup>65</sup>, bem como às críticas gerais recebidas pelo governo por sua omissão ao tema da Reforma Agrária, como os fatores principais que obrigaram Fernando Henrique Cardoso a sair do imobilismo.

A primeira medida de Fernando Henrique Cardoso, nesse sentido, foi criar, segundo Medeiros (2003), já em 1996, logo após o episódio de Eldorado do Carajás, o Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária (MEPF). Desse modo, ainda conforme Medeiros, o INCRA saiu do âmbito do Ministério da Agricultura e passou para o controle desse novo organismo, cuja chefia foi entregue a Raul Jungmann. Um ano depois, como informa a autora, o gabinete foi transformado em Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Com essa medida, como bem observa a mesma autora, o tratamento da questão agrária saía da alçada do Ministério da Agricultura, tradicional espaço de controle dos empresários rurais, e passava a ser subordinado mais diretamente à Presidência da República. O governo, segundo ela, buscava, com essas ações, “*retomar a iniciativa política, absorvendo as demandas que emergiam com grande intensidade, mas redefinindo-as e imprimindo-lhes uma outra direção*” (MEDEIROS, 2003, p. 49).

---

<sup>65</sup> Medeiros (2003) observa que apesar de prevalecerem, as ocupações não eram só feitas pelo MST, mas também por outras entidades de luta por terra que surgiram como dissidências ou paralelamente a esse movimento e por diversos sindicatos e federações de trabalhadores ligados à CONTAG, especialmente em MG, GO e na região canavieira nordestina.

Na visão de Teixeira (2001), a intenção do governo com essa medida inicial não era agir para a superação do anacronismo em que se encontrava o quadro agrário, mas para colocar em prática uma política de assentamento reativa às ocupações e, principalmente, deflagrar ofensiva política contra os movimentos sociais de luta pela terra, notadamente o MST. Daí, o autor concluir que os assentamentos realizados por Fernando Henrique Cardoso nesse seu primeiro mandato serem muito mais fruto das pressões políticas dos movimentos sociais e sindical, servindo como política social compensatória, do que realmente de um plano de Reforma Agrária.

A partir dessa ação inicial de criar um gabinete ministerial específico para o tratamento da questão agrária, Fernando Henrique Cardoso passou a elaborar e implementar uma série de medidas (extinção do PROCERA, criação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, descentralização da Reforma Agrária, lançamento do programa Cédula e Banco da Terra), que deram uma nova configuração ao debate da Reforma Agrária.

Essas medidas, que serão aqui por nós enfocadas mais adiante, foram implementadas majoritariamente a partir do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, com o lançamento do documento “*Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural – Política de Desenvolvimento Rural com Base na Expansão da Agricultura Familiar e sua Inserção no Mercado*”, conhecido simplesmente como ‘Novo Mundo Rural’. As novas medidas, como veremos, foram um dos fatores que influenciaram o refluxo do MST no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

## **1.2- Terceiro Congresso Nacional Do MST**

O 3º Congresso Nacional do MST foi realizado em Brasília/DF, de 24 a 27 de julho de 1995. Como já apontamos anteriormente, é a partir desse Congresso que o MST adota uma postura anti-neoliberal, passando a conceber o seu programa de Reforma Agrária como um projeto alternativo de sociedade,

contrário ao modelo de desenvolvimento neoliberal, responsável, segundo o Movimento, pela fome, desemprego e violência. Ou seja, o 3º Congresso inaugura uma nova fase da luta pela Reforma Agrária do MST, tornando-a um projeto para toda a sociedade brasileira, “*uma luta de todos*”.

Nesse Congresso há uma atualização dos objetivos do Movimento. Conforme nos apresenta Fernandes, através de dados colhidos do Caderno de Formação n.º 23<sup>66</sup>, os novos objetivos do MST passaram a ser:

- 1- Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital;
- 2- A terra é um bem de todos. E deve estar à serviço de toda a sociedade;
- 3- Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas;
- 4- Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;
- 5- Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais;
- 6- Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher (FERNANDES, 1999, p. 81).

Ao compararmos esses objetivos com aqueles elaborados durante o Primeiro Encontro Nacional, em 1984, já abordados aqui no capítulo 1, vemos que alguns permanecem: a luta por uma sociedade mais justa e pela redistribuição da terra. No entanto, no que diz respeito a este segundo item, diante da definição atual de que a “Reforma Agrária é uma luta de todos”, o MST conclui que não basta que a “*a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha*”, como constava na primeira elaboração de seus objetivos, mas que seja um “*bem de todos*”, “*à serviço de toda a sociedade*”.

Por outro lado, alguns elementos de organização do Movimento (“*ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária*”, “*organizar os trabalhadores rurais na base*”, “*estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido*”

---

<sup>66</sup> MST. “Programa de Reforma Agrária”. **Cadernos de Formação**. n.º 23. São Paulo: MST.

*político*”, “*dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores*”, “*articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina*”), importantes naquele momento de formação do MST, são suprimidos. Aparecem, por sua vez, objetivos novos, visando combater o modelo de desenvolvimento neoliberal e a exclusão dele decorrente (objetivos 3 e 4), e implantar relações sociais calcadas em valores diferentes dos encontrados na sociedade capitalista (objetivo 5). Estes novos objetivos, como podemos perceber, encaixam-se dentro da percepção de Reforma Agrária defendida pelo MST nesse momento.

Por fim, dentre os novos objetivos, o MST engloba a questão da discriminação social e a igualdade de participação da mulher. Trata-se de um objetivo sintonizado com as questões pontuais daquele momento, que representa, no caso da participação igualitária da mulher, por um lado, uma preocupação do MST com uma ala importante do Movimento<sup>67</sup>, e, por outro lado, uma resposta a algumas críticas que o Movimento vem continuamente recebendo de que sua estrutura de organização é centralizada e machista<sup>68</sup>.

Além de atualizar os seus objetivos, o MST, durante o 3º Congresso Nacional, apresentou uma síntese de reivindicações de seu reformulado programa de Reforma Agrária. Fernandes, com dados também do Caderno de Formação n.º 23, mostra os itens desse programa:

1- Modificar a estrutura da propriedade da terra;

<sup>67</sup> Entre os trabalhos que enfocaram a participação e o papel desempenhado pelas mulheres no MST e na luta por terra e Reforma Agrária, podemos citar: PAVAN, Dulcinéia. **As Maria Sem-Terras: trajetórias e experiências de vida de mulheres assentadas em Promissão (SP) – 1985/1996**. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de Luta ou ‘Coordenadoras de Panela’? As relações de gênero nos assentamentos rurais**. Brasília: UNESCO, 2000.

<sup>68</sup> Navarro, por exemplo, aponta que há uma ‘homogeneização forçada’ das diferenças e uma forte rejeição da diferença no interior do MST, sendo a subordinação das demandas especificamente femininas dos grupos de mulheres aos interesses maiores o melhor exemplo desse processo. Para ele, a trajetória de muitas mulheres portadoras de notáveis talentos pessoais tem sido melancólica na história social e política do Movimento, sendo barradas de ocuparem posições de lideranças devido ao machismo dominante no interior do MST. A única alternativa para essas mulheres, segundo Navarro, é assumirem o discurso dominante no interior do MST (‘masculinização’ do seu discurso) para ascenderem na estrutura da organização ou manterem as posições conquistadas. Diante disso, Navarro conclui que “*a trajetória das mulheres no interior do Movimento tem sido objeto de uma contradição óbvia, que é a distância entre o discurso igualitário para efeito externo e as práticas internas...*” (NAVARRO, 2002a, p. 221).

- 2- Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade;
- 3- Garantir que a produção da agropecuária esteja votada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico social dos trabalhadores;
- 4- Apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro agrícola;
- 5- Levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos especialmente para a juventude;
- 6- Aplicar um programa especial de desenvolvimento para a região do semi-árido;
- 7- Desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável;
- 8- Buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos (FERNANDES, 1999, p. 81-82).

Vemos novamente, assim como nos objetivos, que alguns itens (2, 3 e 8) direcionam-se no sentido de apresentar a Reforma Agrária como a grande alternativa às mazelas sociais advindas do modelo de desenvolvimento neoliberal. Através dela, podia-se conseguir melhores “*condições de vida, educação, cultura e lazer para todos*”. Ou seja, aqui também a Reforma Agrária é apresentada como um projeto alternativo de sociedade, capaz de estabelecer, como consta nos objetivos, a “*justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais*” e difundir os “*valores socialistas e humanistas nas relações sociais*”.

Ao mesmo tempo, através do item 5, o MST, talvez embasado na sua proposta de cooperação agrícola indicava a agroindustrialização e a industrialização no interior do país como uma forma de se buscar o desenvolvimento harmônico das regiões e garantir empregos, especialmente para a juventude. Ora, diante disso indagamos: como conceber a Reforma Agrária como um projeto alternativo ao modelo de desenvolvimento neoliberal, sendo

capaz de desenvolver “*valores socialistas e humanistas nas relações sociais*”, se o MST apostava, concomitantemente, na agroindustrialização e na industrialização do interior do país como formas de se buscar o desenvolvimento harmônico das regiões? É possível conseguir um modelo de desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos através da implantação de agroindústrias?

Parece que encontramos aqui, então, um reflexo do problema de conciliação entre os aspectos econômicos e políticos da cooperação agrícola do MST, discutidos no capítulo anterior, onde concluímos ser complicado buscar a organização dos trabalhadores para fortalecer suas lutas, tendo em vista a transformação da sociedade e a implantação do socialismo, utilizando-se, ao mesmo tempo, de relações de trabalho e de produção tipicamente capitalistas. Também aqui vemos as mesmas complicações em pensar a Reforma Agrária enquanto projeto de mudança da sociedade, calcada em valores humanistas e socialistas, promovendo, ao mesmo tempo, a agroindustrialização e a industrialização do interior do país.

Vale também observar, assim como ocorreu nos objetivos, que o MST insere um item pontual nas reivindicações de seu novo programa de Reforma Agrária: a necessidade de um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável (item 7). Se no momento de formação e nos primeiros anos de existência do Movimento, a questão ecológica e um discurso de preservação dos recursos naturais não eram preocupações emergentes, eles tornaram-se, no decorrer dos anos, itens obrigatórios em qualquer programa de Reforma Agrária.

No último dia do 3º Congresso Nacional, conforme nos informa Fernandes(2000), o MST fez uma manifestação em frente ao Palácio do Planalto, enquanto a Coordenação Nacional do Movimento se reunia com o Presidente da República. Segundo este autor, a Coordenação Nacional do MST entregou uma pauta de reivindicações ao presidente, que continha os seguintes pontos: política de Reforma Agrária, regulamentação dos projetos de assentamentos, garantia de



liberação dos recursos do PROCERA, vinculação do INCRA à Presidência da República<sup>69</sup> e assentamento imediato das famílias acampadas.

Ainda durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, o MST realizou, de 24 a 27 de janeiro de 1996, em Salvador/BA, o 8º Encontro Nacional. Nesse Encontro, segundo informações de Fernandes (2000), continuou-se a discussão sobre a questão da política neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso, principalmente dos problemas sociais dela decorrente.

### **1.3- Ocupações E Manifestações**

Como já apontamos anteriormente, o aspecto mais visível da expansão do MST durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso foi o aumento considerável do número das ocupações de terra e a realização de grandes manifestações. Ambas são indicadores de que o MST, nesse momento, voltava a fazer uma luta mais agressiva pela Reforma Agrária, combatendo a política neoliberal implantada por Fernando Henrique Cardoso.

No que diz respeito às ocupações, como podemos observar no Quadro 03, notamos que há um crescimento contínuo durante todo o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Como nos indica Coletti (2003), baseado nos mesmos dados da CPT, já no primeiro ano do governo há um aumento de 22% das ocupações e de 48 % das famílias envolvidas nessas ações, passando respectivamente, de 119 e 20.516, em 1994, para 146 e 30.476, em 1995.

---

<sup>69</sup> Nesse momento FHC ainda não havia criado o MEPF (Ministério Extraordinário de Políticas Fundiárias). Acreditamos que essa reivindicação do Movimento pautava-se na sua constatação de que o Ministério da Agricultura, responsável neste momento pelo tratamento da questão agrária, por ser um espaço tradicional de controle dos latifundiários e empresários rurais, não era o local ideal para o desenvolvimento de políticas de Reforma Agrária. No entanto, como constatamos, Fernando Henrique Cardoso soube utilizar muito bem a subordinação da questão agrária à Presidência da República para dar-lhe uma outra direção, e, ao mesmo tempo, combater a ofensiva política do MST.

**Quadro 03 – Ocupações de Terra no Brasil durante o Primeiro Mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)**

Ano	Nº Total de Ocupações	Nº Total de Famílias Envolvidas
1995	146	30.476
1996	398	63.080
1997	463	58.266
1998	599	76.258
<b>Total</b>	<b>1.606</b>	<b>228.080</b>

**Fonte:** Setor de Documentação da CPT. Caderno Conflitos no Campo, 1987-2001.

Em 1996, o número de ocupações, conforme podemos observar no Quadro 03, teve um salto expressivo: passou de 146, envolvendo 30.476 famílias, em 1995, para 398 (aumento de 172%), envolvendo 63.080 famílias (aumento de 106%). Como observa Coletti, nunca antes o número de ocupações de terra e de famílias envolvidas nessas ações tinham experimentado um salto tão expressivo de um ano para outro. Para ele, isso significava que nesse momento “*a luta pela terra, através das ocupações, ganhava uma relevância política capaz de efetivamente incomodar o governo*” (COLETTI, 2003, p. 08).

No ano de 1997, a luta pela terra através das ocupações manteve a curva ascendente: chegaram a 463 (aumento de 16% em relação ao ano anterior). Já o número de famílias envolvidas teve um pequeno declínio, com um total de 58.266 (8% a menos que no ano de 1996).

Por fim, em 1998, último ano do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, as ocupações de terra chegaram a 599 (aumento de 29% em relação a 1997), envolvendo 76.258 famílias (aumento de 30%).

No total, como podemos observar no Quadro 03, foram realizadas 1.606 ocupações durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, envolvendo um total de 228.080 famílias.

O incremento das ocupações de terra durante esse primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso pode ser melhor observado, como nos indica Coletti, quando comparamos 1998 com 1994 (último ano do governo de Itamar Franco). Nesse caso, o número de ocupações, segundo Coletti, “*cresceu 400%*”

(de 119 para 599) e o de famílias envolvidas nessas ocupações cresceu 270% (de 20.516 para 76.482)” (COLETTI, 2003, p. 10).

Além das ocupações, o MST realizou diversas manifestações e eventos com o objetivo de combater o modelo de desenvolvimento implantado pelo governo Fernando Henrique Cardoso e também sua intenção de isolar e combater o Movimento, principalmente depois dos acontecimentos de Corumbiara e Eldorado dos Carajás. Dentre eles, podemos destacar a ‘*Marcha Nacional Por Reforma Agrária, Emprego e Justiça*’, realizada em 1997, quando sem-terras percorreram cerca de mil quilômetros em sessenta dias de caminhada rumo a Brasília. Segundo Coletti, a Marcha, que teve início em 17 de fevereiro de 1997, partiu de três pontos diferentes do país:

(...) da cidade de São Paulo partiram 600 sem-terras, provenientes dos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e de São Paulo; do município de Governador Valadares, em MG, partiram 400 sem-terras, provenientes dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais; da cidade de Rondonópolis, no estado do MT, partiram 300 sem-terras provenientes de Rondônia, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, de Goiás e do Distrito Federal (COLETTI, 2003, p. 08-09).

Os principais objetivos da Marcha, que chegou em Brasília no dia 17 de abril de 1997 (um ano depois do episódio de Eldorado do Carajás), eram, segundo Stédile, abrir canais de comunicação com a sociedade e fazer frente à ofensiva de Fernando Henrique Cardoso que tentava isolar e acuar o MST:

A Marcha (...) fazia parte de uma contratática para enfrentarmos a tática do governo, que era de nos colocar no isolamento (...) (O principal objetivo da Marcha era) O de dialogar com a sociedade e fazer frente à ofensiva de FHC. Assim, um longo trajeto foi percorrido em mais de dois meses. Não fomos de ônibus, fomos caminhando e, em cada cidadezinha que passávamos, explicávamos para a população o sentido da luta, fazendo um trabalho de conscientização política.

Esse foi o sentido da caminhada (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 151-152).

A Marcha, segundo Coletti, converteu-se na maior manifestação realizada contra o governo Fernando Henrique Cardoso e sua política neoliberal<sup>70</sup>:

Tratou-se da manifestação de massa mais importante do período e significou um tipo de manifestação política muito diferente das ocupações de terra, à medida que visava diretamente pressionar o governo e tomar medidas a favor dos sem-terra, e estabelecia alianças com outras forças e setores sociais (COLETTI, 2003, p. 09).

Como resultado da Marcha, um dia depois da chegada em Brasília, o presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu lideranças do MST no Palácio do Planalto. Depois de uma longa conversa, como observa Coletti (2003), os dois lados não chegaram a nenhum acordo e mantiveram as críticas mútuas.

Apesar de ter representado um caminho novo nas manifestações do MST, avaliada positivamente, a Marcha recebeu críticas de alguns pesquisadores. Navarro (2002a), por exemplo, embasado no estudo de Chaves<sup>71</sup>, aponta os rígidos métodos de controle estabelecidos pelos dirigentes sobre o evento, as pesadas penalidades existentes e a condução do processo e suas decisões de forma completamente centralizada.

Martins, por sua vez, entende que a Marcha foi uma faca de dois gumes, pois ao mesmo tempo que colocou o governo em face da realidade, da pressão dos movimentos sociais por Reforma Agrária, também revelou a fragilidade do MST por não ter propostas para discutir com o governo:

A marcha dos sem-terra, basicamente, funcionou como uma marcha de questionamento de legitimidades. Questionou a legitimidade da

---

<sup>70</sup> Coletti (2003) informa que, segundo o MST, 100 mil pessoas participaram da manifestação em Brasília; para outras fontes, como indica o mesmo autor, esse número cai para 30 mil manifestantes.

<sup>71</sup> CHAVES, Christine de Alencar. **A Marcha Nacional dos Sem-Terra**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, URFJ: Núcleo de Antropologia Política, 2000.

representação política (...) porque foi preciso ir à Brasília, como sujeito específico de reivindicação política, sem a participação dos representantes políticos do movimento dos sem-terra. Os deputados e os senadores foram meros acólitos desse processo, o que fragilizou essa representação (...) Fragilizou, ainda, o próprio Movimento dos Sem-Terra, porque o Movimento questionou não apenas as ambigüidades da política agrária do governo atual mas também a legitimidade política do governo. O MST não foi dialogar com o governo, mas questioná-lo em seu conjunto (...) O movimento se fragilizou porque não percebeu que todo processo tem no mínimo dois lados, e o outro lado também é capaz de tomar iniciativas. Neste caso, o 'outro lado' tomou uma iniciativa importante: abriu o Palácio e mandou as pessoas entrarem, dizerem qual era a reivindicação que estavam fazendo. E os manifestantes não tinham uma reivindicação para fazer. Fizeram muita ironia, mas não apresentaram um projeto, e isso ficou bastante claro (MARTINS, 1997b, p. 181-182).

Além disso, para Martins, o fato de o MST não ter aceitado o convite de Fernando Henrique Cardoso para participar de uma comissão de estudos sobre a Reforma Agrária constituiu outro episódio negativo com relação aos desdobramentos da Marcha:

Depois o Planalto convidou o Movimento dos Sem-Terra para estudar a possibilidade de uma comissão conjunta para definir as diretrizes do programa agrário do governo Fernando Henrique Cardoso. O Movimento dos Sem-Terra demorou para responder e, quando respondeu, disse não. Qual o sentido de fazer uma marcha à Brasília, com uma enorme mobilização da opinião pública, se de fato não se tem proposta nenhuma? (MARTINS, 1997b, p. 182).

Para o MST, as críticas de Martins não são contundentes, pois o principal objetivo da Marcha era realizar, durante o trajeto, o contato com a população e não com o governo:

O objetivo era falar com o povo. Não temos a Rede Globo nem a Folha de São Paulo nas mãos (...) Então fizemos a Marcha para estabelecer um canal de comunicação com a população, num momento em que o governo de FHC procurava nos isolar da sociedade. Não tínhamos que nos meter em audiência com o presidente. Não era esse o objetivo. Também não tínhamos a preocupação de apresentar uma pauta de reivindicações ao governo. Pelo contrário, avaliamos que a apresentação de uma pauta de reivindicações diminuiria o significado daquela ação política (...) O objetivo foi o de conversar com a população e romper com o isolamento que o governo tentava nos impor. E foi um amplo sucesso (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 152-153).

Além disso, o Movimento defende que a decisão de não participar da comissão de estudos sobre a Reforma Agrária foi acertada, pois essa era uma tática do governo para enrolar e ganhar tempo para dissolver o problema:

Na audiência que tivemos após a Marcha, FHC deve ter pensado: ‘Com essa comissão, vou enrolar esses caipiras por dois anos’ (...) Quando ele só quer enrolar, cria uma comissão e se exime da responsabilidade (...) a tática da comissão que ele propôs não foi a de cooptação; foi de confrontação mesmo. É a tática de nos enrolar e ganhar tempo para dissolver o problema (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 154-155).

Além da Marcha, podemos destacar também a ação do MST junto ao Fórum Nacional Pela Reforma Agrária e Justiça no Campo<sup>72</sup>. Através do Fórum, o MST pôde, conjuntamente com outras organizações, engajar-se em campanhas

---

<sup>72</sup> O Fórum Nacional Pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, segundo informações de Medeiros (2003), foi criado em 1995, constituindo-se num espaço de debate e intervenção em esferas diversas, congregando um amplo leque de organizações não-governamentais, organismos religiosos, entidades de representação e a Secretaria Agrária do PT. Fazem parte do Fórum, ainda conforme a autora, 32 entidades, entre as quais Comissão Pastoral da Terra (CPT), Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Federação dos Órgãos Assistenciais e Educacionais de Base (Fase), Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), Confederação Nacional dos Servidores do INCRA (Cnasi), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Departamento de Estudos e Serviços Rurais (Deser), Central Única dos Trabalhadores (CUT) etc.

e articulações que foram fundamentais no sentido de chamar a atenção de segmentos da sociedade para o problema da terra e da necessidade de Reforma Agrária.

Através dessas ações, o MST, como já indicamos anteriormente, converteu-se no principal foco de contestação política ao governo e de questionamento ao projeto neoliberal. Conseguiu, com isso, como também já frisamos, crescer numa conjuntura econômica, política e ideológica adversa aos outros movimentos sociais populares. Buscaremos, então, para finalizar a primeira parte desse capítulo, analisar os principais fatores que possibilitaram o crescimento do MST durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso.

#### **1.4- Expansão Do MST**

A expansão do MST no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, como aqui já indicamos, é explicada de forma diferente por pesquisadores como Navarro e Coletti. Navarro (2002a), em seu estudo, como também já destacamos anteriormente, aponta uma série de elementos que contribuíram para esse crescimento do MST. Para ele, no entanto, dois elementos foram fundamentais nesse processo: a atuação do MST no Pontal do Paranapanema e os conflitos de Corumbiara e Eldorado de Carajás.

Quanto ao primeiro elemento, Navarro lembra que foi a partir do início do governo de Fernando Henrique Cardoso que o MST ‘conquistou’ São Paulo, encontrando no Pontal do Paranapanema um campo privilegiado para sua atuação. Tal atuação no Estado mais rico da Federação dava ao MST, na opinião do autor, uma grande visibilidade política, tornando-o interlocutor obrigatório nos assuntos sobre a Reforma Agrária:

O fato marcante (...) é que o MST, a partir daquele ano (1994), ‘conquistou’ São Paulo, conseguindo consolidar-se neste estado e descobrindo um campo privilegiado de atuação, o Pontal do Paranapanema, enorme área agrária ideal para as táticas de luta do

Movimento, pois é região devoluta onde os proprietários de terra, em sua maioria, não têm mais o direito de recorrer aos atos desapropriatórios (...) Por atuar com tal desenvoltura no estado mais influente, com forte repercussão nos meios de comunicação, o Movimento passou a ter presença ainda mais marcante nos assuntos relativos à reforma agrária e tornou-se interlocutor obrigatório para este tema e os assentamentos (NAVARRO, 2002a, p. 205-206).

Por outro lado, Navarro também aponta os eventos de Corumbiara e Eldorado dos Carajás como elementos importantes para explicar a crescente força política e a capacidade de pressão do MST. Esses acontecimentos, segundo ele, além de terem tido uma intensa repercussão, tanto nacional quanto internacional, tornando a visibilidade do MST ainda maior, também colocaram a opinião pública a favor da causa dos sem-terras:

A outra razão para a crescente força política e capacidade de pressão do MST derivou de alguns trágicos eventos que nos anos recentes têm marcado algumas ocupações de terra (...) Dois deles foram especialmente decisivos para impulsionar as pressões sociais em favor da reforma agrária nos últimos anos, os episódios de Corumbiara, em Rondônia (agosto de 1995) e, depois, o massacre de Eldorado dos Carajás, no sul do estado do Pará, ocorrido em abril do ano seguinte. Em ambos os casos, vários trabalhadores rurais foram assassinados, em virtude da brutal ação das forças policiais. Foram acontecimentos que, em certa medida, refletiram uma forte inflexão pública a favor da organização dos sem-terra, especialmente porque o segundo evento produziu uma intensa repercussão, nascido do fato de ter sido o confronto filmado e, posteriormente, reproduzido repetidamente, em diferentes momentos (NAVARRO, 2002a, p. 206).

Além desses fatores, que considera ser os principais, Navarro indica o enfraquecimento político dos grandes proprietários de terra e o surgimento de uma 'segunda geração de militantes' do Movimento como elementos que ajudam a compreender a força política e o crescimento do MST no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso.



Para Navarro, tratando do primeiro elemento, nunca na história do Brasil os grandes proprietários de terra estiveram tão enfraquecidos politicamente como nesse momento. Para o autor, o enfraquecimento político dos grandes proprietários de terra, que teve no virtual desaparecimento da UDR seu sinal mais claro, foi resultado de mudanças políticas e modificações produtivas. Esse enfraquecimento, segundo ele, que atingiu também as organizações representativas tradicionais dos pequenos proprietários (sindicalismo rural), fez com que a grande propriedade passasse a ter uma importância relativa cada vez menor no conjunto do país e no estabelecimento das políticas do Estado:

(...) A União Democrática Ruralista (UDR), formada em 1986, deixou de existir posteriormente, sendo reaberta no final dos anos 1990, é apenas pálida imagem da organização de grandes proprietários de terra que nos seus anos iniciais afrontou o tema da reforma agrária proposto pelo primeiro governo civil após o ciclo militar e realizou um grande número de ações de confronto destinadas a eliminar o Movimento e as organizações populares do campo. O virtual desaparecimento da UDR é (...) um claro sinal do enfraquecimento generalizado da agricultura comercial tradicional e do fim de seus inúmeros benefícios financeiros antes formalizados pelas políticas públicas. (NAVARRO, 2002b, p. 273-274).

O enfraquecimento político dos grandes proprietários e também dos sindicatos rurais, na visão de Navarro, têm aberto caminho para a proliferação de *“novas formas de organização no meio rural brasileiro, desde a emergência de movimentos sociais, que se institucionalizaram eventualmente em organizações (como é o caso do MST), ao grande número multitude de pequenas formas organizativas que têm se expandido no âmbito local e/ou regional”* (NAVARRO, 2002b, p. 273).

Quanto ao segundo aspecto, Navarro mostra que a constituição de uma ‘segunda geração de militantes’, formados nas escolas instaladas pelo MST, tem propiciado o aparecimento de um conjunto de líderes que defendem e

realizam ações coletivas mais ousadas e contestadoras da ordem social, dando uma visibilidade ainda maior ao Movimento:

Neste período mais recente, em função das atividades de formação desempenhadas nas escolas que o MST instalou, onde jovens assentados recebem formação política e alguns cursos profissionalizantes, aos poucos constituiu-se uma “segunda geração de militantes”, desta vez formada por jovens oriundos de todos os estados brasileiros, assim refletindo realidades agrárias muito distintas e (...) militantes muito mais abertos a interpretações ainda mais radicalizadas da realidade, refletindo suas próprias experiências de vida. O resultado tem sido a lenta aparição de um novo conjunto de líderes que defendem e realizam ações coletivas mais ousadas e contestadoras da ordem social (NAVARRO, 2002a, p. 207).

Coletti (2003), por sua vez, refutando a análise de Navarro por achar que a mesma tenha tachado a força do MST de ilusória e momentânea, defende a idéia de que o crescimento do Movimento no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso deveu-se, como já mencionamos, aos efeitos perversos causados pelo aprofundamento das políticas neoliberais no Brasil.

Na visão de Coletti, o aprofundamento das políticas neoliberais provocou um aumento expressivo do desemprego (urbano e rural) nos anos 90 e também a inviabilidade da pequena produção agrícola, fazendo com que inúmeros desempregados e ex-pequenos produtores engrossassem as fileiras do MST. Ou seja, para Coletti, houve uma expansão das bases sociais do MST<sup>73</sup> em decorrência dos efeitos perversos da política neoliberal.

Por outro lado, se os efeitos perversos da política neoliberal contribuíram para a expansão da base social do MST, a inserção dessa base na estrutura econômico-social, na visão de Coletti, explica também “a dificuldade

---

<sup>73</sup> Como já enfocamos anteriormente, a base social do MST, para Coletti (2003), é formada por trabalhadores do campo, cuja relação com a terra é precária (meeiros, parceiros, pequenos arrendatários, filhos de pequenos proprietários cujas terras não são suficientes para sustentar famílias extensas ou mesmo ex-pequenos proprietários que perderam suas terras), por trabalhadores desempregados urbanos e por bóias-frias.

*que o discurso neoliberal encontra para enquadrar esse movimento, à medida que permite determinadas posturas políticas e ideológicas de afronta à atual dominação burguesa, posturas estas que são difíceis de serem assumidas atualmente, por exemplo, pelo movimento sindical” (COLETTI, 2003, p. 16).*

Para o autor, utilizando-se do conceito de ‘constrangimentos econômicos’<sup>74</sup>, desenvolvido por Perry Anderson<sup>75</sup>, as bases sociais do movimento sindical, formada por trabalhadores assalariados, sempre foram atingidas em maior ou menor grau, de acordo com a conjuntura e com o setor de atividades que se toma como referência, pelas formas típicas de represálias patronais (demissão, desemprego etc). Com o advento da política neoliberal, esses ‘constrangimentos econômicos’, como observa Coletti, aumentaram ainda mais entre as bases sociais do movimento sindical. Por outro lado, ainda segundo este autor, eles (‘constrangimentos econômicos’) não existem para as bases do MST, pois estas são formadas por camponeses sem-terra, desempregados urbanos e trabalhadores subempregados constantemente ameaçados pela mecanização das atividades agrícolas (bóias-frias).

Portanto, a ausência de tais ‘constrangimentos econômicos’ entre as bases do Movimento, criando condições muito mais propícias para a luta política e ideológica de classes, aliada à expansão dessas mesmas bases, decorrentes dos efeitos perversos da política neoliberal, são, na opinião de Coletti, fatores fundamentais que explicam o crescimento político do MST nesse período:

(...) À medida que aumentam a marginalização e a exclusão social que atingem, nesses tempos de vigência do neoliberalismo, em cheio as classes subalternas – urbanas e rurais -, aumentam as bases sociais do MST que repõe a essa população marginalizada o sonho do trabalho, da sobrevivência e da reprodução social. Dessa maneira, poderíamos dizer que a força política do MST deriva, em grande

<sup>74</sup> Ao utilizar-se do conceito de ‘constrangimentos econômicos’, Perry Anderson, segundo Coletti, faz referência ao medo do desemprego, da demissão etc, que pode produzir, em certas circunstâncias históricas, uma ‘maioria’ de cidadãos obedientes e de eleitores submissos entre os explorados. Portanto, para Anderson, como nos mostra Coletti, os ‘constrangimentos econômicos’ agem diretamente para reforçar o poder de classe da burguesia (COLETTI, 2003, p. 16-17).

<sup>75</sup> ANDERSON, Perry. “*As Antinomias de Gramsci*”. In: **Crítica Marxista – A Estratégia Revolucionária na Atualidade**. São Paulo: Ed. Jorúês, 1986.

parte, do fato de que os efeitos perversos causados pela adoção de políticas neoliberais no Brasil acabam, no final das contas, contribuindo para a própria expansão das bases sociais desse movimento e que esta base não está sujeita aos “constrangimentos econômicos” que dificultam a luta dos assalariados (COLETTI, 2003, p. 17-18).

Diante desse crescimento político expressivo do MST, e de uma incapacidade do discurso neoliberal em desqualificá-lo, restava para Fernando Henrique Cardoso, na opinião de Coletti, uma única saída: “*criminalizar os sem-terra, acusando-os de ‘invasores’ da propriedade alheia e incriminando suas lideranças sob a acusação de formação de quadrilha*” (COLETTI, 2003, p. 19).

Essa estratégia de criminalização do MST, na visão de Coletti, vai ser muito utilizada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, principalmente a partir do seu segundo mandato. Aliada a tal estratégia, o governo implementará, como já pontuamos, várias mudanças no campo com o lançamento do ‘Novo Mundo Rural’, tentando, segundo Medeiros (2003), conter a crescente capacidade de mobilização do MST e dar uma nova orientação à Reforma Agrária. A estratégia governista de combate ao MST, para muitos autores, será o principal fator responsável pelo refluxo do Movimento no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

## **2- “REFORMA AGRÁRIA: POR UM BRASIL SEM LATIFÚNDIO”: REFORMA AGRÁRIA E MST NO SEGUNDO MANDATO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1999-2002).**

O MST, apesar de sofrer um recuo durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, mantém a sua proposta de Reforma Agrária como um projeto alternativo de desenvolvimento, destinado a toda a sociedade brasileira, com vistas a combater a exclusão e as mazelas decorrentes do modelo neoliberal. No entanto, diante da percepção da ofensiva governamental para combatê-lo, a Reforma Agrária defendida pelo MST exige agora mais do que

nunca a mudança do modelo econômico vigente no Brasil e a extinção do latifúndio. Daí, o MST incorporar à palavra de ordem vigente (“*Reforma Agrária: uma luta de todos*”) uma nova: “*Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio*”.

Veremos, então, nessa segunda parte desse capítulo, quais foram as principais mudanças no programa de Reforma Agrária do MST nessa nova conjuntura que se desenha no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Buscaremos, através da análise das ações do governo e do MST com relação à Reforma Agrária, entender essas mudanças e o recuo sofrido pelo Movimento nesse momento.

## **2.1- ‘Novo Mundo Rural’: A Nova Reforma Agrária De Fernando Henrique Cardoso**

Fernando Henrique Cardoso, como já vimos, logo após os acontecimentos de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, começou a elaborar e implementar uma série de novas medidas para o agro-brasileiro. Essas medidas, esparsas no início, foram consolidadas com o lançamento, em março de 1999, do documento intitulado “*Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural*”<sup>76</sup>. O documento, que ficou conhecido como ‘*Novo Mundo Rural*’, sintetizava as principais propostas da Reforma Agrária de Fernando Henrique Cardoso no seu segundo mandato (1999-2002).

As propostas da nova Reforma Agrária de Fernando Henrique Cardoso contidas no ‘*Novo Mundo Rural*’, de uma forma geral, inseriam-se, como nos lembra Medeiros, em marcos mais amplos do que a questão agrária propriamente dita, sendo regidas “*pelos parâmetros de uma reforma de Estado em curso, cujas diretrizes centrais eram a descentralização de ações, o enxugamento da máquina administrativa e a privatização*” (MEDEIROS, 2003, p. 50). No entanto, como nos aponta a mesma autora, no seu conjunto, elas

---

<sup>76</sup> MEPEF. **Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local Para um Novo Mundo Rural**. Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado. Brasília: 1999.

(propostas), de um lado, agilizaram as ações fundiárias governamentais, eliminando alguns gargalos; de outro, procuraram retirar a iniciativa política dos movimentos de luta por terra, inibindo suas ações. Ou seja, podemos entender que as novas medidas do ‘Novo Mundo Rural’ procuravam, acima de tudo, reduzir a crescente capacidade de mobilização e o papel político de destaque alcançado pelo MST durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, dando à Reforma Agrária uma nova orientação.

Elaborada nas condições e com os objetivos acima citados, a nova proposta de Reforma Agrária de Fernando Henrique Cardoso, pode ser bem compreendida quando analisamos três medidas fundamentais que a integram: 1) a valorização da agricultura familiar e unificação das políticas de crédito e assistência técnica; 2) a descentralização administrativa da Reforma Agrária; 3) a implementação do programa de ‘Reforma Agrária conduzida pelo mercado’, através da implantação do Cédula, do Banco da Terra e do Crédito Fundiário.

No que diz respeito ao primeiro item, Fernando Henrique Cardoso afirmava que pretendia inaugurar uma nova etapa no desenvolvimento rural brasileiro, ancorada na agricultura familiar. O objetivo central da proposta contida no ‘Novo Mundo Rural’ era *“expandir e fortalecer a agricultura familiar e usá-la, em parceria com estados, municípios e sociedade, como vetor do desenvolvimento rural sustentável”* (MEPF, 1999).

Essa valorização da agricultura familiar assentava-se, segundo argumentos do governo (MEPF, 1999), no diagnóstico de que o modelo de desenvolvimento focado na industrialização concentrada em áreas metropolitanas e na agricultura patronal estava em crise; por outro lado, ainda segundo a concepção governamental, a agricultura familiar, ao promover a redistribuição de ativos (principalmente terra e educação), proporcionava desenvolvimento e redução da pobreza, constituindo-se numa ótima estratégia de desenvolvimento rural.

Para o MST, no entanto, essa valorização da agricultura familiar por parte do governo Fernando Henrique Cardoso era apenas teórica, pois as propostas concretas apresentadas por este governo caminhavam no sentido

oposto, mantendo privilégios para os grandes produtores e atacando as poucas conquistas dos pequenos.

Por outro lado, ela (valorização da agricultura familiar) implicou numa ampliação do conceito de agricultura familiar por parte do governo, passando a englobar também os trabalhadores rurais assentados pela Reforma Agrária. Desse modo, como consequência, houve uma unificação das políticas de crédito e assistência técnica. Ou seja, dentro da nova proposta de Reforma Agrária de Fernando Henrique Cardoso, os trabalhadores rurais assentados não teriam nenhum tratamento diferenciado no que diz respeito a crédito e assistência técnica. A unificação era justificada pelo governo como uma forma de ter maior eficácia na alocação de recursos públicos escassos.

Em decorrência dessa nova medida, Fernando Henrique Cardoso, entre outros atos, extinguiu o PROCERA (Programa de Crédito Especial Para Reforma Agrária) e os assentados passaram a ser atendidos pelo PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

A extinção do PROCERA e a criação do PRONAF foram elementos centrais do embate entre MST e Fernando Henrique Cardoso durante o final do primeiro e o segundo mandato desse governo. Na prática, como nos informa Alentejano, diante das pressões dos movimentos sociais rurais, especialmente do MST, e de outras entidades de apoio a eles, Fernando Henrique Cardoso teve que renegociar e ceder em alguns aspectos em relação ao crédito agrário, *“sendo o mais importante destes a criação da linha “A” do PRONAF, com condições diferenciadas para os assentados em relação aos demais agricultores familiares”* (ALENTEJANO, 2000).

De qualquer forma, esta medida evidenciava uma grande habilidade política de Fernando Henrique Cardoso que, ao procurar dar um enquadramento técnico à questão agrária, colocando os assentados dentro da categoria de pequenos agricultores, também pretendia atingir politicamente o MST, minando uma de suas fontes de sustentação: o crédito agrícola.

Com a descentralização administrativa da Reforma Agrária, a segunda medida importante contida no ‘Novo Mundo Rural’, por sua vez, o governo

propunha que os estados, municípios e os assentados fossem cada vez mais responsáveis pela execução desse processo. Tal medida era justificada por Fernando Henrique Cardoso devido a uma crescente dificuldade de os organismos envolvidos darem conta do conjunto de tarefas referentes ao processo de assentamento. Para o governo, então, conforme consta em documentos elaborado pelo MEPF/INCRA, a complexidade do processo de Reforma Agrária era incompatível com a centralização das decisões em Brasília, *“até porque o assentamento se organiza fundamentalmente na sua dimensão local e regional, exigindo uma presença permanente de agentes locais que o Governo Federal não pode oferecer”* (MEPF/INCRA, 1997).

Por outro lado, fazia parte ainda da proposta de descentralização, a emancipação rápida dos assentamentos (dois ou três anos após a demarcação das terras). Após esse período, segundo informações de Medeiros (2003), os assentados tornar-se-iam agricultores familiares plenos e começariam a pagar pela terra que haviam recebido. Para o governo, conforme observações da mesma autora, a aceleração do processo de emancipação dos assentamentos era justificada pelo fato de que *“o processo de reforma agrária em curso no Brasil tinha somente porta de entrada mas não porta de saída e que os agricultores precisavam deixar de estar sob tutela do Estado e entrar plenamente no universo contratual”* (MEDEIROS, 2003, p. 57).

Para o MST, a proposta de descentralização administrativa da Reforma Agrária era vista como uma tentativa do governo de desvencilhar-se dessa questão política e repassar o ônus desse processo para outras esferas do governo e para os próprios assentados. A emancipação rápida dos assentamentos, por sua vez, era concebida pelo Movimento como uma forma de Fernando Henrique Cardoso tentar mostrar a inviabilidade da Reforma Agrária, pois, além de reduzir os quesitos necessários para a emancipação (serviços topográficos realizados, existência de estradas, condições habitacionais satisfatórias), havia a superposição do pagamento pela terra com a quitação das parcelas referentes aos créditos obtidos para a produção.



Percebemos, no entanto, que a descentralização administrativa da Reforma Agrária e a emancipação rápida dos assentamentos constituíam outra medida competente por parte de Fernando Henrique Cardoso na tentativa de retomar a iniciativa política em relação à questão agrária e diminuir a capacidade de mobilização do MST. Com relação à proposta de aceleração do processo de emancipação dos assentamentos, podemos também considerar, assim como bem observa Medeiros (2003), que ela impunha, após um curto período inicial de consolidação, o mercado como regulador maior das atividades dos trabalhadores rurais assentados, passando estes a serem vistos como ‘empreendedores’, que deveriam se ajustar ao mundo dos negócios e nele se mostrarem competitivos.

Tal medida também encaixava-se perfeitamente dentro do terceiro item fundamental da proposta de Reforma Agrária lançada por Fernando Henrique Cardoso no ‘Novo Mundo Rural’: a implementação da chamada “Reforma Agrária conduzida pelo mercado”.

As políticas conhecidas como “Reforma Agrária de mercado”, que tinham como característica principal a valorização do mercado como mecanismo para ampliar o estoque de terras destinado a assentar famílias que demandassem o acesso a esse bem, emergiram a partir de uma série de críticas que os técnicos do Banco Mundial formularam às abordagens clássicas de reforma agrária, nas quais o Estado desempenhava um papel central. Para esses técnicos, segundo Medeiros (2003), as reformas agrárias tradicionais eram coercitivas, dirigidas, centralizadas e portadoras de um aspecto confiscatório, na medida em que as terras eram muitas vezes pagas abaixo dos preços de mercado e parte em dinheiro, parte em títulos públicos.

Implementada ao longo dos anos 90 em diversos países (tais como, Filipinas, África do Sul e Colômbia), a proposta de “Reforma Agrária conduzida pelo mercado”, no Brasil, foi efetuada por Fernando Henrique Cardoso através de três programas principais: o Cédula da Terra (projeto piloto desenvolvido nos estados do CE, MA, PE, BA e MG), o Banco da Terra (ampliação do Cédula da Terra) e o Programa de Crédito Fundiário (elaborado a partir das críticas efetuidas, principalmente pela CONTAG, sobre o Banco da Terra).

Para o governo, como aponta Sauer, esse programa trazia uma série de vantagens:

a) a desideologização da reforma agrária; b) o barateamento e aceleração dos assentamentos via mercado – oferta e procura de terra; c) a pacificação do campo, com sem terras e latifundiários negociando diretamente a compra a venda de terras e; d) a contribuição do Ministério para o esforço fiscal através da contenção de gastos (SAUER, 2001).

Para o MST, no entanto, o programa de “Reforma Agrária conduzida pelo mercado” do governo continha uma série de problemas. Articulado com a CPT e com a CONTAG através do Fórum Nacional Pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, o MST, como nos informa Medeiros, sintetizava suas críticas a esse programa do governo nos seguintes pontos:

- com o sistema de compra e venda de terra, o poder público estava abrindo mão de conduzir a reforma agrária, deixando-a sob o controle direto dos proprietários de terra;
- estes estavam sendo premiados no novo sistema, na medida que receberiam o valor da terra em dinheiro e à vista, transformando as terras improdutivas em verdadeiros ativos financeiros;
- o funcionamento do programa acarretaria um aumento substancial dos preços da terra, na medida em que ativaria o mercado;
- os que passaram a ter acesso à terra por esse sistema teriam não só que pagar o financiamento da compra da terra, mas ainda buscar financiamento para a produção, inviabilizando sua reprodução;
- o programa criaria o risco de alimentar a formação de currais eleitorais pelas oligarquias rurais;
- tenderia a produzir o fracionamento da média propriedade, ampliando a minifundização da propriedade da terra, a constituição de “associações fantasmas” etc.;
- desinformação dos beneficiários sobre os termos do contrato assumido;
- baixa qualidade das terras vendidas (MEDEIROS, 2003, p. 67).

O Movimento defendia a desapropriação por interesse social dos latifúndios improdutivos como principal instrumento de Reforma Agrária e percebia a nova proposta de obtenção de terras por mecanismos de mercado como estratégia do governo para desmobilizar os movimentos sociais e sindicais no campo.

Acreditamos que esta percepção do Movimento estava correta, pois novamente aqui, com esta medida, Fernando Henrique Cardoso mostrava habilidade política para combater o MST. Ao propor o programa de “Reforma Agrária conduzida pelo mercado”, o governo atingia outro elemento importante da força política do movimento: as ocupações e conquista de terras.

Vejamos, então, a seguir, qual foi o impacto sofrido pelo MST diante dessas novas medidas do “Novo Mundo Rural” implantadas por Fernando Henrique Cardoso e quais as mudanças no programa de Reforma Agrária do Movimento diante dessa nova conjuntura.

## **2.2- Dificuldades E Refluxo Do MST.**

Se o aumento do número de ocupações foi o aspecto mais visível da expansão do MST durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, o declínio das mesmas durante o segundo mandato desse governo foi também um aspecto saliente das dificuldades pelas quais passou o Movimento nesse período.

Segundo Coletti (2003), baseado em dados da CPT, em 1999, primeiro ano do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, as ocupações de terra seguiram num ritmo intenso, sendo realizadas um total de 593 por todo o país, envolvendo 78.258 famílias (ver Quadro 04). Esse número praticamente não se alterou em relação ao ano anterior, quando foram realizadas 599 ocupações envolvendo 76.258 famílias.

Em 2000, por sua vez, segundo ainda os dados da CPT, já ocorreu um decréscimo significativo no número de ocupações: elas caíram para um total de 393 (decrécimo de 34,4% em relação a 1999). O número de famílias envolvidas

em ações de ocupações sofreu uma queda menor: caiu para 64.497 (decréscimo de 16% em relação a 1999).

No ano de 2001, último ano do levantamento realizado pela CPT, o número de ocupações e de famílias nelas envolvidas despencou de vez: caíram, respectivamente, para 194 (decréscimo de 51% em relação a 2000) e 26.120 (decréscimo de 60% em relação a 2000).

**Quadro 04-** Ocupações de Terra no Brasil Durante o Segundo Mandato de FHC

Ano	Nº Total de Ocupações	Nº Total de Famílias Envolvidas
1999	593	78.258
2000	393	64.497
2001	194	26.120

**Fonte:** Setor de Documentação da CPT. Cadernos Conflitos no Campo, 1987-2001.

Para Coletti (2003), a queda expressiva do número de ocupações e do número de famílias nelas envolvidas durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso pode ser entendida, de um lado, a partir da análise das atividades e prioridades do MST nesse momento, e, de outro, da estratégia governista de combate a esse movimento social. Para o autor, explicando o primeiro elemento, a luta do MST, diante da constante ameaça do modelo de desenvolvimento neoliberal, passou a ser, principalmente a partir de 2001, de defesa da produção agrícola e dos assentamentos. Ou seja, para Coletti, houve uma mudança na estratégia política do Movimento, que passou a se preocupar em preservar as conquistas já realizadas:

Em vista das dificuldades crescentes de viabilidade econômica e mesmo de sobrevivência dos assentamentos rurais já existentes, o MST, em 2001, ainda que não tenha deixado de lutar por novos assentamentos, lutou prioritariamente por crédito agrícola e pela renegociação das dívidas dos pequenos agricultores e assentados, além de ter lutado também contra os “transgênicos”. Trata-se (...) de uma mudança na situação e na estratégia do movimento, que tenta preservar, através da luta por financiamento agrícola e pela

renegociação das dívidas, as conquistas da luta anterior, realizada pela obtenção de terras (COLETTI, 2003, p. 22).

Assim, para Coletti, a luta do MST, inserida nesse contexto de defesa da pequena produção agrícola e dos assentamentos rurais, ganhava, no seu entender, contornos de uma postura defensiva, passando a privilegiar ações que exigiam menos agressividade política e disposição de luta do que as ocupações de terra – como é o caso das “manifestações de luta”<sup>77</sup>, que, segundo Coletti, aumentaram consideravelmente durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Quanto ao segundo elemento, Coletti entende que delineou-se nitidamente, a partir de 1999, um estratégia governista de combate ao MST, visando reprimir, isolar e criminalizar as ações do Movimento, principalmente as ocupações de terra. Essa estratégia de combate, como já vimos, teve como uma de suas medidas centrais o lançamento do “Novo Mundo Rural”, através do qual o governo procurava, ao mesmo tempo, dar uma nova orientação à Reforma Agrária e reduzir a crescente capacidade de mobilização do MST.

Para Coletti (2003), além das medidas contidas no “Novo Mundo Rural”, Fernando Henrique Cardoso também lançou uma série de outras medidas que atingiam diretamente o MST. Entre elas, o autor destaca as medidas legislativas anti-invasão, por meio das quais o governo proibia, através da MP n.º 2.109-50, de 27 de março de 2001, da MP n.º 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, e da Portaria/MDA/ n.º 62, de 27 de março de 2001, a vistoria por dois anos em imóveis ocupados e determinava a exclusão do Programa de Reforma Agrária dos trabalhadores que praticassem atos de invasão ou esbulho de imóveis rurais. Para o autor, essas medidas inibiram grandemente as ocupações de terra e uma das alternativas encontradas pelos sem-terra para fugirem ao cerco repressivo governamental foi acampar em áreas próximas às pretendidas.

---

<sup>77</sup> Coletti entende por “manifestações de luta” “as manifestações em frente aos prédios públicos e às agências bancárias, os acampamentos de protesto em frente aos órgãos do governo (sedes regionais do INCRA, por exemplo), as ocupações desses prédios públicos, as marchas, as romarias, as manifestações realizadas em datas comemorativas da luta pela terra, as manifestações de luta das mulheres, dos jovens e dos sem-terra, os bloqueios de estradas, as vigílias etc” (COLETTI, 2003, p. 21).

Além disso, Coletti aponta a chamada “Reforma Agrária pelo correio” como uma outra medida adotada por FHC com o intuito de esvaziar os movimentos sociais no campo, especialmente o MST. Segundo este autor, através de uma intensa propaganda na mídia, o governo estimulava aqueles que quisessem terra a se cadastrarem através de um formulário disponível nas agências do correio. Portanto, de acordo com a propaganda governamental, não seria mais necessário ocupar e nem se manter acampado para conquistar a terra. Para Coletti, apoiando-se em dados da CPT<sup>78</sup>, o pré-cadastramento de 574.590 famílias nas agências de correio mostra que “*o impacto desmobilizador dessa iniciativa governamental, pelo menos num primeiro momento, deve ter sido significativo*” (COLETTI, 2003, p. 25).

Por fim, Coletti também entende que, dentro dessa estratégia governamental de combate ao MST, FHC estimulou a criação de novos movimentos sociais no campo, menos agressivos politicamente e mais dóceis ao governo, com o objetivo de conduzir o MST ao isolamento e criar canais alternativos de interlocução política. As denúncias de que a Força Sindical recebeu dinheiro do governo para formar “lideranças rurais”<sup>79</sup> e a aproximação do governo com a CONTAG são, para Coletti, os exemplos mais ilustrativos dessa medida.

Alentejano, enfocando sua análise especificamente na estratégia elaborada pelo governo para combater o MST, considera que Fernando Henrique Cardoso, diante da incapacidade de derrotar politicamente o Movimento durante o seu primeiro mandato, alterou suas táticas e passou a centrar suas ações em duas frentes:

- 1) intensifica a repressão, através da criminalização das ações do movimento e da perseguição de suas lideranças ; 2) altera as regras da política de obtenção de terras e de financiamento da produção, para enfraquecer o movimento, pois sem que novas terras ocupadas sejam

---

<sup>78</sup> CPT. **Conflitos no Campo**. Goiânia, 2001.

<sup>79</sup> Segundo Coletti (2003), essa denúncia foi feita pelo então deputado Adão Preto em artigo escrito na Revista Sem Terra, ano III, n.º 12, abr./jun. 2001.

desapropriadas e os assentamentos tenham crédito para produzir e mostrar que podem dar certo, a realização de novas ocupações se tornam mais difíceis” (ALENTEJANO, 2002, p. 3-4).

Ou seja, para Alentejano, as novas medidas de Fernando Henrique Cardoso procuravam, como também já indicamos anteriormente, desarticular o MST e desmobilizar os sem terra, atingindo as duas principais fontes de ‘oxigenação’ do Movimento (ocupação de terras e crédito agrícola) e oferecendo, teoricamente, terra sem necessidade de mobilização, pressão política e tampouco sacrifícios.

Navarro, por sua vez, tem uma visão diferenciada de Coletti e Alentejano. Para esse autor, as dificuldades de ação do MST e o seu isolamento no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso devem-se muito mais ao conjunto de recentes escolhas políticas da organização do que de “ações criminalizadoras” governamentais:

(...) Embora a retórica justificadora para as incertezas desses anos venha apontando, em particular, para os resultados de “ações criminalizadoras” governamentais, argumento que parece distante da realidade (um emblemático auto-engano compartilhado por tantos de seus aliados), o fato é que o crescente isolamento do MST, em relação às demais organizações populares do campo, e até mesmo em relação a algumas entidades antes aliadas, tipicamente urbanas, reflete, isto sim, o conjunto de recentes escolhas políticas da organização (NAVARRO, 2002a, p. 211).

Para Navarro, o Movimento optou, ao longo de todo o governo de Fernando Henrique Cardoso, por um processo de radicalização política, afastando-o de antigas áreas de adesão e estreitando seu campo de ação:

Nos últimos três anos, o Movimento tem optado por um processo de radicalização política cuja *rationale* parece aversa a qualquer esquema interpretativo. Preferindo invadir, por exemplo, prédios públicos, ocupar algumas propriedades notoriamente produtivas (que não

podem ser desapropriadas, segundo a lei), invadir navios para denunciar a existência de “grãos transgênicos”, afrontar diretamente as demais organizações populares do campo, realizar atos de pressão política sobre temas recentíssimos e ainda muito controvertidos, na esfera dos debates públicos (como os tratados de livre comércio ora propostos, ou o tema dos organismos geneticamente modificados), além de repetir à exaustiva de um discurso anti-Estado, o Movimento tem se afastado de antigas áreas de adesão política, estreitando seu campo de ação (NAVARRO, 2002a, p. 211).

Para o MST, no entanto, o cerne do problema continuava a ser o modelo de desenvolvimento neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso. Esse modelo de desenvolvimento, na visão do Movimento, além de subordinar o país ao capital financeiro internacional, gerando fome, miséria e desemprego, propunha, para o meio rural, a aplicação do modelo norte-americano de agricultura, com a implantação de grandes fazendas de grãos para exportação, controle do mercado interno agrícola pelas grandes empresas multinacionais e desaparecimento da agricultura de subsistência. Como relata Stédile:

(...) O governo brasileiro está fazendo de tudo para implantar aqui o chamado modelo norte-americano de agricultura. Ou seja: grandes fazendas, modernas, que ocupam pouca mão-de-obra, monocultoras, produzindo para exportar (soja, laranja, cacau, algodão, milho). Grandes agroindústrias concentradas e sob controle das transnacionais. Entrega do abastecimento/mercado interno para essas empresas. Nenhum apoio ao pequeno e médio agricultores (na opinião deles, ineficiente...) e a retirada do Estado do apoio à agricultura. O mercado tudo resolve (STÉDILE, 2002a, p. 27).

Para o MST, então, era necessário combater esse modelo de desenvolvimento neoliberal, que aumentava a concentração da terra e da renda e obstruía a realização da Reforma Agrária. Essa postura de oposição, mantida durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, é o que gerava, na



visão de Stédile, a perseguição política sofrida pelo MST e, conseqüentemente, as dificuldades pelas quais passava o Movimento nesse momento:

O Brasil sofreu oito anos de um modelo econômico neoliberal implementado pelo governo, que só aumentou o sofrimento do povo e trouxe graves prejuízos para quem vive no meio rural, com o aumento da pobreza, da desigualdade, do êxodo, da falta de trabalho e de terra. O MST combateu este modelo e por isso fomos perseguidos e injuriados. Pagamos um alto preço com massacres, prisões, mentiras sistemáticas e o descaso com as famílias sem terra (...) (STÉDILE, 2002b, p. 16).

Apesar das dificuldades e do refluxo, o MST, como já notificamos, manteve a sua proposta de Reforma Agrária como um projeto alternativo de desenvolvimento, destinado a toda a sociedade brasileira. Porém, como percebia que havia uma política voltada exclusivamente para as grandes propriedades e uma ofensiva governamental para combatê-lo, o Movimento passou a englobar novos elementos na sua plataforma de luta pela Reforma Agrária. É o que enfocaremos a seguir.

### **2.3- Quarto Congresso Nacional do MST: Reforma Agrária Contra O Latifúndio E Contra O Modelo Neoliberal De Desenvolvimento.**

Já no 9º Encontro Nacional do MST, o primeiro no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, realizado em Vitória (ES), de 3 a 6 de fevereiro de 1999, aparecem os primeiros sinais da nova proposta de Reforma Agrária do governo nas discussões do Movimento. Apesar do 'Novo Mundo Rural' ter sido lançado no mês seguinte à realização desse encontro, ocorreram, como nos informa Fernandes (2000), debates intensos acerca das novas medidas que estavam sendo elaboradas e já timidamente executadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Segundo este autor, os principais pontos debatidos neste evento foram acerca do Programa Cédula da Terra e do Banco da Terra, da

emancipação rápida dos assentamentos e da extinção do PROCERA e criação do PRONAF.

Esses debates, realizados logo no início do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, mostram-nos que o MST já identificava uma série de medidas elaboradas pelo governo para combatê-lo e reduzir a força política que havia conquistado no primeiro mandato. A ênfase da discussão nos pontos citados acima, por sua vez, pode ser entendida a partir das observações de Alentejano (2000), já anteriormente enfocadas, de que essas medidas alteravam as regras da política de obtenção de terras e de financiamento da produção, atingindo duas fontes básicas de ‘oxigenação’ do MST: ocupação de terras e crédito agrícola.

Os debates são retomados durante o 4º Congresso Nacional do MST, realizado de 7 a 11 de agosto de 2000, em Brasília/DF. Nesse Congresso, o Movimento já podia sentir mais intensamente o peso da nova Reforma Agrária e das novas medidas lançadas por Fernando Henrique Cardoso e confirmar aquilo que já defendia desde o seu primeiro mandato: a pequena propriedade familiar e de subsistência e a execução de uma verdadeira Reforma Agrária não eram prioridades na política de desenvolvimento neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso. Por isso, como já indicamos, o Movimento decide continuar mantendo sua postura de oposição a esse governo e de combate ao modelo de desenvolvimento por ele implantado, defendendo a sua proposta de Reforma Agrária como um projeto alternativo de desenvolvimento para toda a sociedade brasileira. Como consta em um dos textos elaborados pelo MST nesse Congresso:

A Reforma Agrária que queremos produz alimentos saudáveis e mais baratos para o povo da cidade e cria empregos no campo. Assim não aumentam as favelas – para onde vão os agricultores expulsos do campo pela atual política econômica do governo para disputar os poucos empregos das fábricas com milhares de desempregados ou para virar camelô. Com Reforma Agrária, diminui a violência, o tráfico de drogas e as péssimas condições de vida existentes nas

idades. Com Reforma Agrária teremos agrovilas, com o desenvolvimento conjunto da produção agrícola e da preservação do meio ambiente, a construção de agroindústrias e de escolas (MST, 2000a).

A própria palavra de ordem escolhida para esse Congresso (*‘Reforma Agrária: Por um Brasil sem Latifúndio’*) refletia, na visão do MST, essa idéia da Reforma Agrária como um projeto alternativo e de oposição a um modelo de desenvolvimento que privilegiava as grandes propriedades e aumentava a pobreza e a fome, não só no campo, mas em toda a sociedade brasileira:

Essa palavra de ordem expressa a síntese de nossa luta na etapa atual, em que sabemos que a Reforma Agrária depende de um projeto para todo Brasil e que ela é impossível de acontecer sem mudar o modelo econômico, sem distribuição de renda e sem reorganizar a economia voltada para as necessidades de toda população. E ao mesmo tempo nesse novo projeto para o Brasil, sonhamos com uma sociedade em que não haja mais latifúndio (MST, 2000a).

Evidencia-se, portanto, nesse Congresso os dois campos centrais contra os quais a Reforma Agrária do MST fez oposição durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso: contra o latifúndio, considerado fonte histórica de exploração, e contra o modelo de desenvolvimento neoliberal, principalmente a sua vertente no campo. Como o próprio MST expõe, seus campos de enfrentamento eram:

1- Contra o latifúndio – qualificar o processo de luta do movimento, esclarecendo a sociedade a respeito da reforma agrária, lutando não só contra os latifundiários improdutivos, mas contra os seus antigos modelos de exploração dos trabalhadores.

2- Contra o modelo agrário implantado pelas elites – como a agricultura de exportação, abertura para a importação de alimentos e a modificação genética dos grãos (transgênicos). O MST propõe um novo modelo de desenvolvimento agrícola onde a agricultura seja mais saudável para o agricultor que produz, para o meio ambiente e

para os animais e que as pesquisas e tecnologias sejam voltadas para a pequena propriedade (MST, 2000a).

Aliados a esses, o MST engloba um terceiro campo de enfrentamento, supostamente um objetivo a ser alcançado caso fosse realizada a Reforma Agrária por ele defendida:

3- A construção de novos valores, resgatando a solidariedade e a humanidade destruídas pelo modelo já citado, promovendo a formação da identidade camponesa (MST, 2000a).

É embasado nesses campos de enfrentamento e na percepção de que o governo Fernando Henrique Cardoso procurava desmantelá-lo e criminalizá-lo que o MST promove uma nova reformulação do seu programa de Reforma Agrária. Novos elementos são incorporados na plataforma de luta pela Reforma Agrária:

- 1- Intensificar a organização dos pobres para fazer lutas massivas em prol da Reforma Agrária;
- 2- Construir a unidade no campo e desenvolver novas formas de luta. Ajudar a construir e fortalecer os demais movimentos sociais existentes no campo, especialmente o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores);
- 3- Combater o modelo das elites, que defende os produtos transgênicos, as importações de alimentos, os monopólios e as multinacionais. Projetar na sociedade a reforma agrária que queremos para resolver os problemas de: trabalho, moradia, educação, saúde e produção de alimentos para todo povo brasileiro;
- 4- Desenvolver linhas políticas e ações concretas na construção de um novo modelo tecnológico, que seja sustentável do ponto de vista ambiental, que garanta a produtividade, a viabilidade econômica e o bem estar social.;
- 5- Resgatar e implementar em nossas linhas políticas e em todas atividades do MST e na sociedade a questão de gênero;

- 6- Planejar e executar ações de generosidade e solidariedade com a sociedade, desenvolvendo novos valores e elevando a consciência política dos trabalhadores Sem Terra;
- 7- Articular-se com os trabalhadores e setores sociais da cidade para fortalecer a aliança entre o campo e a cidade, priorizando as categorias interessadas na construção de um projeto político popular;
- 8- Desenvolver ações contra o imperialismo combatendo a política dos organismos internacionais a seu serviço como o FMI (Fundo Monetário Internacional), OMC (Organização Mundial do Comércio), BIRD (Banco Mundial) e a ALCA (Acordo de Livre Comércio das Américas). E lutar pelo não pagamento da dívida externa;
- 9- Participar ativamente nas diferentes iniciativas que representam a construção de UM PROJETO POPULAR PARA O BRASIL;
- 10- Resgatar a importância do debate em torno de questões importantes como: meio ambiente, biodiversidade, água doce, defesa da bacia de São Francisco e da Amazônia. Transformando em bandeiras de luta para toda a sociedade, como também da reforma agrária;
- 11- Continuar conscientizando a população do campo e da cidade sobre a importância da Reforma Agrária;
- 12- Preparar desde já , junto com as demais forças sociais e políticas, uma jornada de lutas, prolongada e massiva para o primeiro semestre de 2001 (MST, 2000a).

Ao observarmos esses novos elementos na plataforma de luta pela Reforma Agrária do MST, notamos que o Movimento é, nesse momento, mais contundente e direto no combate ao modelo de desenvolvimento neoliberal do que no Congresso anterior. Enquanto que no 3º Congresso Nacional o MST atacava de forma mais indireta esse modelo de desenvolvimento, tentando combater a exclusão sócio-política-econômica-social que entendia ser dele decorrente, no 4º Congresso Nacional há um ataque frontal, como podemos perceber através dos itens 3 e 8. Para o MST, o modelo neoliberal de desenvolvimento é o modelo das elites, é o modelo que defende o latifúndio e os grandes monopólios, que defende a importação de alimentos e os produtos geneticamente modificados. É também um modelo imperialista, fomentado pelos

países ricos (principalmente os Estados Unidos) através de organismos internacionais, como o FMI, BIRD etc. É, sobretudo, um modelo de desenvolvimento que gera fome, desemprego, miséria e desigualdade social.

A Reforma Agrária defendida pelo MST, por sua vez, como ocorreu no Congresso anterior, é aqui novamente reiterada como um modelo de desenvolvimento alternativo, capaz de resolver as principais mazelas advindas do modelo neoliberal. No entanto, o MST a concebe agora como parte de um Projeto Popular para o Brasil. Como consta no Manifesto do MST ao povo brasileiro, elaborado pelos delegados participantes do 4º Congresso Nacional:

(...) É possível, sim, construir um outro projeto para o Brasil. Um Projeto Popular, voltado para as necessidades do povo. Vamos precisar de mudanças radicais. É preciso impedir que os bancos, as multinacionais e os ladrões do povo continuem enriquecendo. É preciso suspender o pagamento da dívida externa. É preciso controlar o sistema financeiro e a taxa de juros. É preciso determinar que os bancos usem o dinheiro para financiar a produção, e não a especulação. É preciso renegociar a dívida interna e priorizar o orçamento público em educação, saúde e agricultura. Retomar as rédeas da política econômica, para que seja administrada por brasileiros em favor do nosso povo, rompendo o acordo com o FMI. É preciso implementar uma reforma agrária, associada com um novo modelo agrícola, que garanta renda aos agricultores e futuro para quem vive no meio rural (...) Todas as conquistas sociais foram resultantes das grandes lutas populares. Esperamos, junto com todo o povo brasileiro, construir um Projeto Popular que conquiste a soberania do nosso país, a dignidade e o bem estar de toda a população (MST, 2000a – grifos nossos).

A construção desse Projeto Popular para o Brasil, que tem na Reforma Agrária um de seus pilares centrais, passa também a ser um desafio para o MST; desafio este que o Movimento compartilha com as demais organizações dos trabalhadores presentes no campo e na cidade (item 7).

A inserção da Reforma Agrária defendida pelo MST dentro desse projeto político popular, por sua vez, pode ser entendida como uma forma do Movimento, diante da ofensiva do governo Fernando Henrique Cardoso, reforçar essa bandeira de luta, tornando-a importante tanto para os pobres do campo quanto para os pobres da cidade (itens 1 e 11). Ou seja, a intenção do MST com essa resolução era combater o processo de desmoralização e criminalização que o governo Fernando Henrique vinha realizando em torno do Movimento, suas formas de luta e seu programa de Reforma Agrária.

Por outro lado, assim como já havia ocorrido no 3º Congresso Nacional, o MST insere alguns itens pontuais nas reivindicações do seu programa de Reforma Agrária. Agora, além de mencionar a necessidade de um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável, que “*garanta a produtividade, a viabilidade econômica e o bem-estar social*” (item 4) e a questão do gênero (item 5), o MST destaca algumas questões importantes: meio ambiente, biodiversidade, água doce, defesa da bacia do rio São Francisco e da bacia Amazônica (item 10). A inclusão da questão ecológica, mostra mais uma vez uma notável capacidade do MST de englobar, dentro de seu programa de Reforma Agrária, elementos atuais da conjuntura, permitindo-o projetar um discurso sintonizado com os problemas da sociedade e ganhar novos aliados.

Por fim, podemos destacar que o MST volta a frisar nesse Congresso a importância de se desenvolver novos valores nas relações sociais e, ao mesmo tempo, elevar a consciência política dos trabalhadores rurais (item 6). No entanto, não há menção, como no congresso anterior, de que esses novos valores devam ser socialistas, mas sim que sejam pautados em ações de generosidade e solidariedade. O que podemos notar é que, apesar de frisar o combate ao modelo de desenvolvimento neoliberal e propor a construção de um projeto político popular, o MST não traz mais dentro de seu programa de Reforma Agrária uma idéia explícita de superação da sociedade capitalista e construção da sociedade socialista como ocorria em congressos e encontros anteriores.

Vale ainda mencionar que o embate do MST contra o latifúndio e o modelo neoliberal de desenvolvimento permaneceu durante todo o restante do

segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. A vitória de Luís Inácio Lula da Silva, por sua vez, nas eleições presidenciais em outubro de 2002, representou, para o MST, uma vitória sobre as elites e seu modelo de desenvolvimento. Representou também a vitória de um aliado político que desde as eleições de 1989 foi apoiado pelo Movimento. Representou ainda a abertura de uma nova fase na história do Movimento, com possíveis mudanças no seu programa de Reforma Agrária.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, ao longo desse trabalho, analisar as diferentes percepções de Reforma Agrária do MST no decorrer de sua existência, tentando demonstrar as “ginásticas políticas” efetuadas pelo Movimento em relação a essa bandeira e as transformações ocorridas em seu programa de Reforma Agrária.

Desse modo, consideramos no Capítulo 1 que, num período de gestação e formação do Movimento, a Reforma Agrária era percebida pelo ainda germen do MST como uma forma de se combater o modelo de desenvolvimento agropecuário instaurado pelo Regime Militar. Tal modelo era considerado pelos gestores do Movimento como o grande causador do processo de desapropriação, expulsão e exclusão a que estavam submetidos os trabalhadores rurais sem terra. Destacava-se também, nessa primeira formulação do programa de Reforma Agrária do MST, a forte influência da Igreja Católica, principalmente através da CPT, dando aos discursos do Movimento um teor altamente religioso. As próprias palavras de ordem, criadas pelas lideranças e disseminadas pelos militantes entre os trabalhadores, retratavam bem esse momento de luta pela Reforma Agrária contra o Regime Militar permeada por valores religiosos: “*Terra de Deus, terra de irmãos*”, “*Terra para quem nela trabalha*” e “*Terra não se ganha, terra se conquista*”.

No Capítulo 2, num período que vai de 1985 à 1990, mostramos que a Reforma Agrária já era enfocada pelo MST como uma necessidade para construção e consolidação da nascente democracia. Indicamos que, numa conjuntura de embate com a UDR e de derrota no PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) do governo Sarney e na Constituição de 1988, o Movimento elegeu a ocupação de terras sua grande forma de luta, demonstrando entender que a Reforma Agrária só seria conseguida através da pressão política. Novas palavras de ordem surgiram nesse contexto: “*Sem Reforma Agrária não há democracia*”, “*Ocupação é a única solução*”, “*Reforma Agrária já*” e “*Enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra*”.

No Capítulo 3, por sua vez, abrangendo o período de 1990 à 1994, enfocamos que a luta pela Reforma Agrária do MST estava centrada na melhor “construção orgânica” dos assentamentos, principalmente na organização da produção. Mostramos que o Movimento, que até aquele momento estava se expandindo por todas as regiões do país, utilizando-se de uma tática agressiva de ocupações de massa e de um discurso de mudança e conquista da democracia, passou por uma crise e começou a optar por uma luta mais interna, centrada nos assentamentos. Indicamos que a crise e a nova guinada na percepção de Reforma Agrária do MST não foi ocasionada apenas pelo seu embate com o governo Collor, mas também por incertezas ideológicas e pela necessidade de viabilização dos assentamentos. A palavra de ordem mais usada nesse período foi: “*Ocupar, resistir e produzir*”.

No Capítulo 4, por fim, no período que vai de 1994 à 2002, mostramos que a Reforma Agrária passou a ser percebida pelo MST como um instrumento de contestação à denominada política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, bem como alternativa para solucionar as principais mazelas decorrentes dessa política. Com esta perspectiva, como abordamos, a Reforma Agrária defendida pelo MST, na visão de seus líderes, tornou-se um projeto para toda a sociedade brasileira, capaz de combater a fome, o desemprego e a violência. Além disso, o Movimento passou a considerar que essa Reforma Agrária não ocorreria sem que se mudasse o modelo de desenvolvimento econômico e sem a extinção do latifúndio. Daí o aparecimento de duas novas palavras de ordem nesse período: “*Reforma Agrária: uma luta de todos*” e “*Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio*”.

Entendemos que essa capacidade do MST de “reinventar-se politicamente”, promovendo mudanças na sua percepção de Reforma Agrária de acordo com a conjuntura, foi um dos principais fatores que mantiveram o Movimento no centro nacional do debate sobre essa questão. Diferentemente de outros movimentos sociais, caso do movimento sindical, o MST, como nos lembra Navarro, através de suas “ginásticas políticas” tem conseguido manter-se à tona e evitado situações de fortes indefinições:

Organizado nacionalmente desde meados dos anos 1980, o MST tem tido uma capacidade surpreendente de reinventar-se politicamente, segundo as variações conjunturais, e uma criatividade sem paralelo com os outros movimentos. Tem conseguido, assim, manter-se à tona e evitado situações de fortes indefinições, como tem sido a situação experimentada pelo movimento sindical ou outros movimentos sociais rurais (NAVARRO, 2002a, p. 201).

O MST, então, através dessa sua característica metamórfica tem, ao longo desses últimos vinte anos, conseguido manter-se suficiente ativo para influenciar a agenda pública sobre o mundo rural e empreender ações coletivas de grande repercussão, tornando-se, como nos lembra Navarro, “*ator de referência obrigatória em todos os assuntos ligados à questão agrária brasileira*” (NAVARRO, 2002a, p. 201).

Essa extraordinária capacidade do MST em manter-se proativo, como ator social fortemente presente na vida política, tem, por sua vez, resultado em diversas conquistas e realizações por parte do Movimento. Hoje, segundo dados do próprio Movimento em seu site, o MST conta com cerca de 350 mil famílias assentadas e aproximadamente 160 mil famílias acampadas. Existem no MST mais de 500 associações de produção, comercialização e serviços; 49 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), com 2.299 famílias associadas; 32 Cooperativas de Prestação de Serviços, com 11.174 sócios diretos; 02 Cooperativas Regionais de Comercialização e 03 Cooperativas de Crédito, com 6.521 associados. São 96 pequenas e médias agroindústrias que processam frutas, hortaliças, leites e derivados, grãos, café, carnes e doces, além de diversos artesanatos, beneficiando indiretamente cerca de 700 pequenos municípios do interior do Brasil.

No que diz respeito à educação, segundo dados ainda do site do Movimento, há 1.800 escolas públicas nos acampamentos e assentamentos, onde estudam cerca de 160 mil crianças no Ensino Fundamental. Além de atuar na Educação Infantil, contando com aproximadamente 500 educadores(as), o MST

também desenvolve um programa de alfabetização de aproximadamente 30 mil jovens e adultos. Há também a formação de técnicos em administração de assentamentos, cooperativas e em magistério através do Instituto de Educação Josué de Castro, em Veranópolis (RS).

Todas essas conquistas e realizações resultaram em diversos prêmios e o reconhecimento nacional e internacional do MST. No entanto, como bem aponta Navarro, a eficácia política e organizativa empreendida pelo MST pode ser circunscrita a três conjuntos de resultados principais:

Primeiramente, a permanência do tema “reforma agrária” no cenário de debates políticos da sociedade brasileira no período, demanda que provavelmente seria enfraquecida ou até mesmo eliminada sem a existência da organização dos sem-terra para insistir na necessidade de sua implantação. Em segundo lugar, a formação de um número expressivo de assentamentos, o que garantiu o acesso à terra a um número igualmente significativo de famílias rurais pobres (...) as quais, sem tal alternativa, ficariam à mercê da opção de migrar para as cidades, em uma época de baixo dinamismo da economia e redução das oportunidades de trabalho nas cidades.

Finalmente, o terceiro aspecto que merece ser ressaltado como representando mérito destacado da organização em muitas regiões refere-se à citada democratização da vida política dos pequenos municípios, em face da constituição de novas formas de representação e de organização que o Movimento estimula tão logo os assentamentos são constituídos (NAVARRO, 2002a, p. 213-214).

Para Navarro, essa democratização da vida política de muitos pequenos municípios efetuada pelo MST tem provocado, em algumas regiões brasileiras, um efeito extraordinário de inversão das relações entre grandes proprietários de terra e os ‘pobres do campo’. Se, historicamente, essas relações refletiam a categórica dominação política dos fazendeiros nas diversas regiões agrárias, em vista da multiplicação da força de pressão do Movimento, “*o conteúdo de tais relações tem sido alterado, criando sentimentos de crescente temor por parte dos grandes proprietários de terra*”. Para o autor, esta inversão

em relação ao passado de dominação política dos grandes proprietários é um dos resultados mais notáveis da história do Movimento (NAVARRO, 2002a, p. 214).

Podemos considerar, então, que o MST, ao promover a democratização da vida política de muitos pequenos municípios e, ao mesmo tempo, questionar a estrutura da propriedade fundiária, tem atuado, ao longo desses anos, como um agente de modernização. Tal fato é evidenciado por Martins, o qual indica que o MST ao questionar a estrutura da propriedade tem questionado a própria estrutura de poder das oligarquias antidemocráticas. Como ele mesmo relata:

À medida que o Movimento dos Sem Terra questiona o injusto e anti-social regime de propriedade, à medida que, ao reivindicar, cria impasses políticos criativos para os governantes e o Estado, à medida que obriga o Estado, com suas ações concretas de ocupação de terras, de alguma forma, ainda que tangencialmente, a tomar providências protelatórias, a negociar, a fazer reformas tópicas, nessa medida o Movimento questiona o Estado oligárquico e latifundista. Assim agindo, o Movimento dos Sem Terra atua no sentido de democratizar a propriedade da terra e de desimpedir um fator de persistência da mentalidade oligárquica. Nesse sentido ele é essencialmente modernizador, muito mais modernizador do que o capital que se compôs com a grande propriedade fundiária (MARTINS, 1997a, p. 64-65).

Por outro lado, queríamos também aqui enfatizar que as ‘ginásticas políticas’ efetuadas pelo MST no seu programa de Reforma Agrária e as mudanças no interior do Movimento delas decorrentes, apesar de terem mantido o MST no centro nacional do debate sobre a Reforma Agrária e a permanência desse próprio tema no cenário de debates políticos da sociedade brasileira, garantindo realizações e conquistas expressivas, são também alvo de críticas de alguns pesquisadores. Martins, por exemplo, acredita que a Reforma Agrária defendida pelo MST foi, ao longo dos anos, adquirindo contornos cada vez mais político-ideológicos. Desse modo, o fator conquista da terra, fundamental na

concepção de Reforma Agrária do Movimento nos seus primeiros anos de existência, vai cedendo cada vez mais espaço para um confronto ideológico que opõe o governo e o MST. Para o autor, esse processo faz com que o MST transforme a luta pela Reforma Agrária numa disputa pela Reforma Agrária:

(...) A peleja hoje não é pela reforma em si, já que tanto o governo quanto os partidos de oposição, e os grupos de ação deles dependentes ou com eles alinhados, como os sindicatos, o MST e a Igreja, estão de acordo quanto ao fato de que ela é necessária e inadiável (...) *A peleja agora é pela forma da reforma*. Estamos em face de uma luta pelo controle político da reforma agrária que vem sendo feita, pelo controle dos procedimentos relativos a ela, por seu resultado e por seu formato final (...) a luta pela terra tornou-se também e sobretudo um embate de idéias e de projetos históricos, um embate de interpretações e de conhecimentos relativos à sociedade inteira e não só a um grupo específico. A luta ideológica engoliu a luta pela reforma agrária (MARTINS, 2000, p. 39-40 – destaque do autor).

Nessa perspectiva, para Martins, a luta pela Reforma Agrária se mescla e se perde freqüentemente numa disputa conceitual sobre o que é reforma (do tipo “a Reforma Agrária do governo não é Reforma Agrária”, ou do tipo “eles não querem uma Reforma Agrária e sim uma revolução socialista”). Essa postura de disputa pela forma da Reforma Agrária, tanto por parte do MST quanto por parte do governo, deixa, para Martins, em plano secundário os problemas sociais que a justificam, atrasando um processo que os ‘pobres da terra’ não podem esperar:

Para os pobres da terra e para o país, para a sociedade inteira, a reforma agrária não tem cor porque tem a urgência da vida que não é a da falta de urgência das disputas ideológicas e das prioridades eleitorais e partidárias de quem tem o pão nosso de cada dia assegurado (MARTINS, 2000, p. 153).

Para o autor, isso ocorre porque há um evidente desencontro entre a consciência social dos mediadores das lutas pela Reforma Agrária, pertencentes às classes médias urbanas, e a consciência social dos trabalhadores que lutam pela terra. Ou seja, um desencontro entre os discursos pela Reforma Agrária construídos pelos mediadores das classes médias e as reais necessidades dos trabalhadores rurais. No caso do MST, na visão de Martins, esse desencontro ocorre entre as lideranças e a base do Movimento.

Por outro lado, Martins também concebe que as modificações que ocorreram na estrutura do MST ao longo das diferentes conjunturas acabaram por transformá-lo numa organização institucionalizada, contendo elementos que o identificam como partido político:

(...) (O MST) é uma organização .Ele tem uma estrutura, um corpo de funcionários. Já não tem as características de um movimento social. A tendência dos movimentos sociais é de desaparecerem, uma vez atingidos ou esgotados seus objetivos ou sua capacidade de pressionar, ou de se transformarem em organizações, partidárias ou de outro tipo. Isso é próprio da dinâmica dos movimentos sociais. Os movimentos sociais existem enquanto existe uma causa não resolvida. Se o problema se resolve, acaba o movimento. Se ele não se resolve, a tendência é a de que o movimento se institucionalize, se transforme numa organização, como é o caso do MST. Trata-se de uma organização poderosa. Eu diria que ele é o primeiro e único partido popular agrário que temos no Brasil, apesar de não ter programa e organização propriamente partidários (MARTINS, 1997a, p. 62-63).

Navarro (2002a), assim como Martins, também entende que as modificações ocorridas na estrutura do MST (na sua forma de organização interna) ao longo de sua história o transformaram numa organização formal e centralizada, com interesses cada vez mais político-ideológicos. Tal fato, na visão do autor, fez com que o MST passasse a reger-se cada vez mais por “*outras lógicas constitutivas e diferentes interesses, diversos daqueles originais*” (NAVARRO, 2002a, p. 227).

A transformação do MST em uma organização formal e centralizada, por sua vez, na visão de Navarro, tornou-o essencialmente uma organização não-democrática, com uma autoritária hierarquia interna, que não admite a menor dissensão. A face não democrática do MST, na opinião desse autor, aparece em diversos aspectos, como no rígido controle social das famílias rurais assentadas, na ‘homogeneização forçada’ das diferenças e na persistente postura política de deslegitimação do Estado. O resultado disso, para ele, é que, aliada a sua grande capacidade de mobilização, o MST, como organização política, tem atuado como freio à emancipação dos trabalhadores rurais sem-terra:

O resultado final, em todas as regiões agrárias brasileiras, tem sido a significativa materialização de uma capacidade de mobilização empreendida pelo MST (...) evidenciada em inúmeros fatos e ações, mas também a incapacidade, por outro lado, de produzir sujeitos sociais com real autonomia organizativa, comandantes de seus próprios destinos, assim impossibilitados de inscrever a emancipação social e política entre seus objetivos de vida (...) (NAVARRO, 2002a, p. 228).

As lideranças e os intelectuais do Movimento, por sua vez, refutam essa idéia do MST como uma organização burocrática formal ou um partido político camponês. Para eles, como faz entender o texto de Carvalho (um dos intelectuais do Movimento), apesar da necessidade de uma instância de representação nacional - para construir uma unidade estratégica de luta e para dialogar com o governo federal -, o MST possui instâncias deliberativas em todos os níveis (local, regional, estadual e nacional), que impedem, juntamente com o seu caráter de massa, as condições “*para cristalização de estruturas organizacionais burocráticas*” (CARVALHO, 2002, p. 248). Por outro lado, como indica esse mesmo autor, a concepção do MST como partido político camponês resulta de uma percepção equivocada da sua estratégia, qual seja, a de que o Movimento “*defenderia a hipótese de que os sem-terra seriam portadores,*



*em si, da força social capaz de transformar a estrutura social do país”* (CARVALHO, 2002, p. 249).

Além disso, para Carvalho, o MST está sempre em movimento em relação ao Estado burguês, ao espaço público e à sociedade civil. Por isso, o caráter desse Movimento tem sido *“produto de uma construção permanente na qual valores, mística, linhas políticas estratégicas, ações diretas de ocupação da terra e emancipações sociais continuadas voltadas para dentro de si mesmo foram sendo afirmados, criticados e superados em um esforço social de construção de um movimento de massa no campo sem precedentes na história do Brasil”* (CARVALHO, 2002, p. 241).

Desse modo, na concepção de Carvalho, as formas de organização interna do MST, assim como ocorre com sua percepção de Reforma Agrária, foram sendo concretizadas, revisadas e ampliadas durante toda a história do Movimento, *“numa práxis permanente que permite afirmar que no MST tudo é movimento, é sempre um longo processo de reflexão, mobilização e ação”*, permitindo a correção de erros e desvios (CARVALHO, 2002, p. 243-244).

Com essa perspectiva de dinamismo, não só no programa de Reforma Agrária, mas na própria estrutura organizacional do Movimento, Carvalho entende que o MST, percebido como um movimento social de massa, não foi gradativamente se transformando em uma organização social de massa, mas sim foi adquirindo um caráter similar ao de uma sociedade em rede<sup>80</sup>. Como ele relata:

Esse tipo de sociedade em rede proporciona, de alguma maneira e com grande flexibilidade, a emergência de uma massa de pessoas com utopias, nem sempre plenamente consciente delas, muitas vezes cheia de incongruências, mas com uma energia humanizadora que enfrenta,

---

<sup>80</sup> Para uma melhor compreensão da concepção do MST como um movimento de massa que conseguiu desenvolver internamente uma sociedade em rede, promovendo um processo de emancipação social continuada, ver o texto de Carvalho (2002); este artigo, que constitui um capítulo do livro organizado por SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir Para Viver: os caminhos da produção não-capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, é uma resposta às críticas feitas por NAVARRO (2002a) nessa mesma obra. O livro ainda traz uma réplica de Navarro (2002b), que reitera e amplia as críticas anteriormente efetuadas.

rompe e apresenta à sociedade na qual insere proposições, pensamentos e aspirações muito além, pela superação, daquelas que configuram o pensamento único neoliberal e, nele, o social-democrata. Não tem receio de defender, mesmo que ora timidamente, ora sem completo conhecimento do conceito erudito, os valores do socialismo (CARVALHO, 2002, p. 258).

Acreditamos que essas críticas feitas por Martins e Navarro ao MST refletem as contradições de um Movimento que está em constante diálogo com uma sociedade também contraditória. O MST, e talvez aí resida o segredo da força desse movimento, soube aproveitar, melhor do que qualquer outro movimento ou organização social, das ambigüidades nacionais, participando das correlações de forças políticas na sociedade brasileira e promovendo mudanças no seu programa de Reforma Agrária de acordo com as variações conjunturais.

Hoje, ao completar 20 anos de existência, o MST vive uma nova fase de sua história. A eleição de Luís Inácio Lula da Silva representa, para o Movimento, como já indicamos, uma vitória sobre as elites e o seu modelo de desenvolvimento. Representa, acima de tudo, uma oportunidade histórica de realização de uma ‘verdadeira’ Reforma Agrária. Certamente, ao longo desse governo, considerado de origem e representação popular, o Movimento empreenderá novas ‘ginásticas políticas’, mudando, quando necessário, a sua percepção e os elementos que compõe o seu programa de Reforma Agrária.

## BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo; CARVALHO FILHO, José Juliano de; SAMPAIO, Plínio de Arruda. “*Lei Agrária: cuidado com o otimismo*”. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**. v. 23, n. 1, jan./abr. 1993, p. 100-105.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. “*O que há de novo no rural brasileiro?*”. In: **Terra Livre**. São Paulo, n.º 15, p. 87-112, 2000. Disponível em: <[http://www.cibergeo.org/aghnacional/terra\\_livre/Alentejano.html](http://www.cibergeo.org/aghnacional/terra_livre/Alentejano.html)>. Acesso em: 02 de setembro de 2001.

\_\_\_\_\_. **As Concepções de Reforma Agrária do Governo e dos Movimentos Sociais no Brasil do Século XX**. Disponível em: <<http://www.abrarefaormaaagraria.org.br/artigo82.htm>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2002.

AMSTALDEN, Luis Fernando. “*A Reforma Agrária no Governo Collor*”. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**. v. 22, n. 3, set./dez. 1992, p. 72-76.

ANDRADE, Tânia. “*Três Perguntinhas Difíceis*”. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. n.º 1-3, v. 28/29, jan./dez. 1998 e jan./ago. 1999, p. 25-48.

BARBOSA, Maria Valéria. “*Terra e transição democrática: ganhos ou perdas?*”. In: **Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências**. Marília: UNESP, v. 1, 1991, p. 29-44.

BRUNEAU, Thomas. “*O papel da Igreja na transição brasileira*”. In: **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, vol. 30, n.º 1, 1987, p. 29-44.

BRUNO, Regina. “*UDR: os ‘sem terra’ dos patrões*”. In: **Anais do 12º Encontro do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA)**. Botucatu: Faculdade de Ciências Agronômicas – UNESP, 1988, p. 1598-1652).

CÂMARA, Antônio. “*A atualidade da Reforma Agrária – de Canudos aos Sem-terra: a utopia pela terra*”. In: **Olho da História – Revista de História Contemporânea**, 1996. Disponível em: <<http://www.ufba.br/~revistao/03camara.html>>. Acesso em: 04 de nov. de 2003.

CARVALHO, Horácio Martins de. “A *emancipação do Movimento no movimento de emancipação continuada (resposta a Zander Navarro)*”. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir Para Viver: os caminhos da produção não-capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 233-260.

CARVALHO FILHO, José Juliano de. “A ‘*Nova Reforma Agrária*’ de FHC”. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. n.º 1-3, v. 28/29, jan./dez. 1998 e jan./ago. 1999, p.69-76.

COLETTI, Claudinei. “*Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal*”. In: **GT ANPOCS – Seminário Intermediário**. São Paulo: USP, 2003, p. 01-27. Disponível em: <<http://sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/Colettiinter03.rtf>>. Acesso em: 10 de novembro de 2003.

\_\_\_\_\_. **MST, Luta Pela Terra e Neoliberalismo**. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/download/Claudinei1.doc>>. Acesso em: 01 de março de 2002.

CONCRAB. **Sistema Cooperativista dos Assentados**. Caderno de Cooperação Agrícola, n. 5, 2ª ed. São Paulo: CONCRAB, 1998.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Igreja e Problemas da Terra**. Itaiçi, 1980. Disponível em: <<http://www.cptnac.com.br>>. Acesso em: 23 de agosto de 2003.

CORAZZA, Gentil; MARTINELLI JR., Orlando. **Agricultura e Questão Agrária na História do Pensamento Econômico**. Porto Alegre: UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, s/d. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/>>. Acesso em: 22 de agosto de 2003.

DI SABBATO, Alberto. “*Reforma Agrária: legitimidade e crise na Nova República*”. In: **Presença – Revista de Política e Cultura**. n.º 8, set. 1986, p. 59-68.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **MST: Formação e Territorialização em São Paulo**. 2.ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relatório de Atividades – INCRA 30 anos**. INCRA, 2000. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/estrut/rel30anos/rel30anos.htm>>. Acesso em: 28 de março de 2003.

GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos Sociais no Início do Século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.

GÖRGEN, Frei Sérgio. “*Religiosidade e fé na luta pela terra*”. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 279-292.

JORNAL DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. n.º 42 (fevereiro de 1985) e 60 (fev./mar. de 1997).

KAGEYAMA, Ângela. “*A Questão Agrária Brasileira: interpretações clássicas*”. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. n.º 3, v. 23, set/dez 1993, p. 05-16.

LEITE, Sérgio. “*Padrões de Desenvolvimento e Agricultura no Brasil: Estatuto da Terra, dinâmica agrária e modernização conservadora*”. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. n.º 1, v. 25, jan/abr 1995, p. 137-152.

LOPES, Fábio Júnior. **A Pobreza no Assentamento Reunidas: as dificuldades e alternativas na viabilização dos lotes de Reforma Agrária**. 1999. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARTINE, George. “*A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?*”. In: **Lua Nova – Revista de Cultura e Política**. São Paulo, n.º 23, março de 1991.

MARTINS, José de Souza Martins. **Reforma Agrária: O Impossível Diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2000.

\_\_\_\_\_. “*A Questão Agrária Brasileira e o Papel do MST*”. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997a, p. 11-76.

\_\_\_\_\_. “*Sociologia e Militância: entrevista com José de Souza Martins*”. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v. 11, n.º 31, set./dez. 1997b, p. 137-190.

\_\_\_\_\_. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 5.<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. **O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **Não Há Terra Para Plantar Neste Verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. “A Igreja face à política agrária do Estado”. In: PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo: Loyola, 1985, p. 110-126.

MCHUGH, Francis P. “Teologia da Libertação”. In: **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p. 762-764.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

\_\_\_\_\_. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: IBASE, 1989.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. “Programa Emergencial de Reforma Agrária”. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**. v. 23, n. 2, maio/ago. 1993, p. 98-115.

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICAS FUNDIÁRIAS. **Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local Para um Novo Mundo Rural**. Brasília, 1999. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>>. Acesso em: 02 de setembro de 2001.

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICAS FUNDIÁRIAS/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Diretrizes do Processo de Descentralização da Reforma Agrária**. Brasília: MEPF/INCRA, 1997.

MORAES, Sônia Novaes; FACHIN, Luís Edson. “Rito Sumário na Reforma Agrária”. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**. v. 23, n. 2, maio./ago. 1993, p. 86-90.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **História do MST**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/historico/historia5.html>>. Acesso em: 25 de agosto de 2001.

\_\_\_\_\_. **4º Congresso Nacional do MST: Reforma Agrária, por um Brasil sem latifúndio**. 2000. Disponível em:

<<http://www.mst.org.br/historico/congresso2.html>>. Acesso em: 11 de novembro de 2001.

\_\_\_\_\_. **Cooperação nos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/setores/concrab>>. Acesso em: 30 de nov. de 2000.

\_\_\_\_\_. **Questões Práticas Sobre Cooperativas de Produção**. 2ª ed. São Paulo: SNMST, 1996.

\_\_\_\_\_. “A experiência do MST na cooperação agrícola”. In: STÉDILE, João Pedro; GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio (org.). **Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 132-176.

\_\_\_\_\_. NAVARRO, Zander. “Pesquisador critica MST, mas diz apoiar sem terra”. In: **ComCiência**, 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/entrevistas/agraria/navarro.htm>>. Acesso em: 17 de nov. de 2003.

\_\_\_\_\_. “Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil”. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir Para Viver: os caminhos da produção não-capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a, p. 189-232.

\_\_\_\_\_. “O MST e a canonização da ação coletiva (resposta a Horácio Martins Carvalho)”. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir Para Viver: os caminhos da produção não-capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b, p. 261-282.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo: Contexto, 1988.

PAIVA, Vanilda Paiva. “A Igreja Moderna no Brasil”. In: PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo: Loyola, 1985, p. 52-67.

PALMEIRA, Moacir. “Burocracia, política e reforma agrária”. In: MEDEIROS, Leonilde et. al. (orgs.). **Assentamentos: Uma Visão Multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994, p. 49-65.

POKER, José Geraldo. “Identidade, consciência e prática política: a CPT num movimento social”. In: **Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências**. Marília: UNESP, v. 1, 1991, p. 84-95.

POLETTI, Ivo. “O futuro da questão agrária brasileira”. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**. Ano 19, n.º 2, agosto/novembro de 1989, p. 7-10.

\_\_\_\_\_. “A Comissão Pastoral da Terra e a questão agrária”. In: PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo: Loyola, 1985, p. 137-148.

PRIEB, Sérgio. “*Capitalismo e Campesinato: uma discussão clássica*”. In: **Revista Economia e Desenvolvimento**. n.º 7. Santa Maria. Universidade Federal de Santa Maria, 1997, p. 11-19. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/eco/opinia07.html>>. Acesso em 15 de março de 2003.

PROPOSTA DE GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. “*Mãos à obra Brasil*”. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. n.º 2, v. 24, mai./ago. 1994, p.49-55.

RIBAS, Alexandre Domingues; THOMAZ JR., Antônio. “*O cooperativismo no raio de atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): uma contribuição para a Geografia do Trabalho*”. In: **Revista Geografia em Atos**. v. 1, n. 2, Presidente Prudente/SP, 2000, p. 13-32.

ROMANO, Jorge Osvaldo. “*Poder, valores e conflitos nos processos de organização no interior dos assentamentos*”. In: MEDEIROS, Leonilde et. al (org.) **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora UNESP, 1994, p. 249-258.

ROSA, Sueli L. Couto. “*Desafios do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*”. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. n.º 2/3, v. 25, mai./dez. 1995, p.185-192.

SANCHIZ, Pierre. “*Igreja e Questão Agrária: um posfácio*”. In: PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo: Loyola, 1985, p. 274-279.

SANTOS FILHO, José dos Reis; MELLO, Maria Tereza Leopardi. “*Matrizes e forças matrizes na discussão sobre questão agrária e Constituinte*”. In: **Anais do 13º Encontro do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA)**. Botucatu: Faculdade de Ciências Agrônômicas – UNESP, 1989, p. 1239-1285).

SAUER, Sérgio. “*As ações governamentais para o campo – 2000*”. In: **IFAS Online**. Goiânia: Instituto de Formação e Assessoria Sindical Rural ‘Sebastião Rosa da Paz’, 2001. Disponível em: <<http://ifas.org.br>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2004.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÕES DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Reforma Agrária: compromisso de todos**. Brasília: 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/publi\\_04/colecao/refagr.htm](http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/refagr.htm)>. Acesso em: 05 de novembro de 2003.



SILVA, José Gomes da. “*Avaliação da Política Agrária e Agrícola do novo governo*”. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**. v. 26, n. 1/3, jan./dez. 1996, p. 231-238.

\_\_\_\_\_. **Buraco Negro: a Reforma Agrária na Constituinte de 1987/88**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. “*Reforma Agrária na Constituição Federal de 1988: uma avaliação crítica*”. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**. Ano 18, n.º 2, agosto/novembro de 1988, p. 14-17.

\_\_\_\_\_. **Caindo Por Terra: Crises da Reforma Agrária na Nova República**. São Paulo: Busca Vida, 1987.

SILVA, José Graziano da. “*Ao vencedor, as batatas: as implicações da vitória da UDR na Constituinte*”. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**. Ano 18, n.º 2, agosto/novembro de 1988, p. 18-20.

\_\_\_\_\_. **O Que é Questão Agrária**. 13ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Tânia Paula da. “*Fundamentos teóricos do cooperativismo agrícola e o MST*”. In: **Revista Terra Livre**. Ano 18, v. 2, n. 19, São Paulo, 2002, p. 229-242.

SOUZA, Maria Antônia de. “*A cooperação agrícola em assentamentos rurais e os desafios na compreensão da cultura política dos assentados*”. In: **Encontro Anual da ANPOCS**. Grupo de Estudos: Ciências Sociais, Sociedade e o Mundo Rural, 22, 1998, Caxambu. Anais...Caxambu:ANPOCS, 1998, p. 1-30.

STÉDILE, João Pedro. “*Macaco vê, macaco imita! Ou o modelo norte-americano para nossa agricultura*”. In: **Caros Amigos**. n.º. 60, mar. 2002a, p. 27.

\_\_\_\_\_. “*Ao povo brasileiro e ao presidente Lula*”. In: **Caros Amigos**. n.º. 69, dez. 2002b, p. 16.

\_\_\_\_\_. “*De que Programa Agrário precisamos?*”. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**. v. 23, n. 2, maio./ago. 1993, p. 17-30.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: A Trajetória do MST e a Luta Pela Terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STÉDILE, João Pedro; GÖRGEN, Sérgio. **A Luta Pela Terra no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1993.

STÉDILE, João Pedro; PINASSI, Maria Orlanda. “*MST: um caminho para a liberdade?*” In: **Novos Rumos**. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira (IAP)/ Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológica (IPSO), n.º 32, 2000, p. 29-37.

TEIXEIRA, Gerson. **A Problemática Agrária no Brasil Contemporâneo**. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www.abrareformaagraria.org.br>>. Acesso em: 20 de outubro de 2001.

## ANEXOS

### ANEXO 1



Conforme a interpretação descrita no Jornal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, n.º 60, fevereiro/março de 1997, p. 20, os elementos da bandeira têm os seguintes significados:

- *Seu vermelho representa a história dos companheiros que antes de nós derramaram seu sangue nessa jornada e nos passaram o compromisso de levar às gerações futuras este desafio, esta esperança.*

- *O casal de camponeses dentro do mapa do Brasil nos mostra o espírito da unidade dos trabalhadores. Em todos os cantos do país, o compromisso dos homens, mulheres e jovens é o mesmo. Pela Libertação do Povo.*

- *O facão é o nosso instrumento de trabalho. Com ele também cortaremos as raízes da dominação, da miséria e da injustiça. Será o dia de nossa libertação. O dia em que nossa bandeira estará encravada em todos os cantos, simbolizando nossa vitória (destaques no original).*

## ANEXO 2

### Hino à Bandeira dos Sem-Terra

<i>Com as mão</i>	<i>Sinal de terra</i>
<i>De plantar e colher,</i>	<i>Conquistada!</i>
<i>Com as mesmas mãos</i>	<i>Sinal de luta</i>
<i>De romper as cercas do mundo,</i>	<i>E de esperança</i>
	<i>Sinal de vida</i>
<i>Te tecemos:</i>	<i>Multiplificada!</i>
<i>Desafiando os ventos</i>	<i>Sinal de liberdade!</i>
<i>Sobre nossas cabeças.</i>	<i>Aqui juramos:</i>
	<i>Não renascerá sob tua sombra</i>
<i>Te levantamos:</i>	<i>Um mundo de opressores</i>
<i>Bandeira da terra,</i>	<i>E quando a terra retornar</i>
<i>Bandeira da luta,</i>	<i>Aos filhos da terra,</i>
<i>Bandeira da vida,</i>	<i>Repousará sobre os ombros</i>
<i>Bandeira da Liberdade!</i>	<i>Dos meninos livres</i>
	<i>Que nos sucederão.</i>

**FONTE:** FERNANDES (2000, p. 189).

### ANEXO 3

#### Hino do Movimento Sem Terra

*Vem, teçamos a nossa liberdade,  
Braços fortes que rasgam o chão,  
Sob a sombra de nossa valentia,  
Desfraldemos a nossa rebeldia  
e plantemos nesta terra como  
irmãos!*

*Refrão:*

*Vem, lutemos,  
Punho erguido,  
Nossa força nos leva a edificar  
Nossa pátria  
Livre e forte,  
Construída pelo poder popular.*

*Braço erguido ditemos nossa  
história,  
Sufocando com força os opressores,  
Hasteemos a bandeira colorida.  
Despertemos essa pátria  
adormecida.  
O amanhã pertence a nós  
trabalhadores.*

*Refrão:*

*Nossa força resgatada pela chama  
De esperança no triunfo que virá,  
Forjaremos desta luta com certeza  
Pátria livre, operária camponesa.  
Nossa estrela enfim triunfará.*

**FONTE:** FERNANDES (2000, p. 192).

**ANEXO 4****MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA****II CONGRESSO NACIONAL****Brasília, 08, 09 e 10 de maio de 1990****Reivindicações ao Governo Collor e ao Congresso Nacional aprovadas em plenária por 5000 delegados de 19 Estados****Sumário**

Medidas de Emergência

Desapropriações

Plano de Reforma Agrária

Imposto Territorial Rural – ITR

Assentamentos

Amazônia

Justiça no Campo

INCRA

**Medidas de Emergência**

- 1- Exigimos dos governos federal, estaduais e municipais o atendimento de emergência aos atuais acampamentos garantindo o atendimento social necessário: alimentação, atendimento médico e escolas a todas as famílias.
- 2- Negociação imediata, juntamente com os governos estaduais e os órgãos da Justiça para suspensão de todas as ações de despejo em andamento e que ainda não foram cumpridas.
- 3- Solução imediata e definitiva às áreas de conflito, evitando-se a ação de pistoleiros e da polícia. Apresentar soluções definitivas com desapropriação. Tratando-se como conflito social, e não como caso policial.

**Desapropriações**

- 4- Decretar imediatamente a desapropriação de todas as áreas que já possuem processo em andamento no INCRA (são aproximadamente 665 processos com mais de 5 milhões de hectares).

- 5- Exigimos a imissão de posse, num prazo máximo de 60 dias, de todas as áreas já desapropriadas.
- 6- Recolhimento imediato (a partir dos processos na Justiça e dos inquéritos na Polícia Federal) de todas as áreas envolvidas com cultivo de drogas, tráfico de entorpecentes e destiná-las aos trabalhadores Sem-Terra, conforme determina o artigo 243 da Constituição Federal.
- 7- Fazer desapropriações que priorizem os maiores latifúndios em cada Estado (existem mais de 165 milhões de hectares classificados como latifúndios), e todas as terras de multinacionais.
- 8- Que as desapropriações sejam feitas em terras férteis, próprias para agropecuária, e que se garanta a preservação dos recursos naturais existentes (normalmente depredados completamente pelo latifúndio desapropriado); e nas regiões onde vivem os trabalhadores Sem-Terra.
- 9- Destinação imediata de todas as terras pertencentes a órgãos governamentais extintos pelo Plano Collor, para programas de Reforma Agrária.

### **Plano de Reforma Agrária**

- 10- Exigimos a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária (lei n.º 91.766, 10/10/85) “durante o mandato Collor”, garantindo as suas metas mínimas de 500.000 famílias assentadas por ano. Mais as 1.300.000 previstas e não assentadas no período 1985-89.
- 11- Abertura de processo administrativo e policial para revisar:
  - a) as desapropriações e negociações sobre as quais pesam denúncias públicas de corrupção, especialmente as realizadas pelo ex-ministro Jader Barbalho;
  - b) a forma de aquisição de extensas áreas de terras públicas por parte de pessoas jurídicas estrangeiras.
- 12- Rever todas as concessões, doações e vendas de terras públicas com área superior a três mil hectares a partir de 01 de janeiro de 1962, de acordo com o ar. 51 das disposições transitórias da Constituição Federal.

- 13- Que sejam expropriadas todas as terras griladas com documentação ilegal e que sejam destinadas aos Sem-Terra da região.
- 14- Exigimos a participação paritária dos trabalhadores rurais e suas organizações em todas decisões relacionadas com a Reforma Agrária.
- 15- Que todas as dívidas dos grandes proprietários rurais e projetos agropecuários, contraídas junto aos órgãos oficiais, sejam cobradas, convertendo-se as dívidas em terras e destinando-as ao programa de Reforma Agrária.

### **ITR – Imposto Territorial Rural**

- 16-Cobrança judicial sumária de todos os débitos atrasados do ITR dos latifúndios, e recolhimento em terras (segundo informações do INCRA seriam US\$ 51 milhões em 87 e US\$ 150 milhões em 1988).

### **Assentamentos**

- 17-Determinação para que o Banco do Brasil passe a operar imediatamente a linha do PROCERA (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária) com recursos do próprio Banco, do FUNAGRI e com verbas especiais do Governo Federal (atualmente apenas o BNDES repassa recursos, poucos e demorados, que não atendem a todos os assentamentos e que sempre chegam tarde).
- 18- Garantia de assistência técnica, de acordo com os interesses dos assentados, para viabilizar a produção agropecuária em todos os assentamentos.
- 19- Garantia de recursos para infra-estrutura básica e para o atendimento de saúde. Exigimos a liberação imediata de recursos equivalentes a US\$ 500 milhões para serem aplicados nos assentamentos este ano, através da linha do PROCERA (via Banco do Brasil).
- 20- Regularização imediata de todos os assentamentos existentes, implantados pelo INCRA ou pelos governos estaduais.



- 21- Garantia de assistência técnica e recursos para infra-estrutura básica para todos os assentamentos, através do Banco do Brasil. Estimamos que seja necessário uma verba equivalente a US\$ 900 milhões, para este ano.
- 22- Apoio governamental, com assistência técnica e recursos, para implantação de Cooperativas de Créditos Rural dos assentados.
- 23- Implantação de um programa de apoio financeiro para projetos de agroindústrias nos assentamentos, em forma cooperativada.
- 24- Que o sistema de titulação das terras regularizadas ou distribuídas por projetos de Reforma Agrária , impeça a venda das terras.
- 25- Criação de programas creditícios de apoio e estímulo às associações de cooperação agrícola.
- 26- Desenvolvimento de programas especiais de irrigação, construção de obras públicas e investimentos comunitários nos assentamentos que possuem problemas de seca, especialmente do Nordeste.
- 27- Construção de escolas de primeiro grau em todos os assentamentos, com toda a infra-estrutura necessária; implantação de escolas de segundo grau, com especialização básica em técnicas agropecuárias e agilização dos processos de legalização das escolas já existentes nos assentamentos.
- 28- Participação dos assentados na discussão dos currículos e na seleção dos professores que vão lecionar nas escolas dos assentamentos.
- 29- Realização de convênio entre o MEC e faculdades ou universidades, para a formação e especialização de professores para lecionar nas escolas dos assentamentos, com supervisão dos trabalhadores.
- 30- Regularização imediata e desburocratizada de todas as terras ocupadas por posseiros há mais de 5 anos, desde que eles não sejam proprietários de outras áreas, conforme artigo 191 da Constituição Federal.
- 31- Implantação de uma política agrícola (preços, crédito rural, seguro agrícola, armazenagem e transporte) que atenda às diferenciadas necessidades dos pequenos agricultores e suas associações.

- 32- Que os bancos oficiais abram a possibilidade para os pequenos agricultores e associações poderem pagar seus empréstimos rurais em equivalente do produto financiado.
- 33- Que seja garantido o assentamento de jovens solteiros acima de 18 anos.

### **Amazônia, Áreas Indígenas e Meio Ambiente**

- 34- Fim da política de colonização. Os trabalhadores rurais devem ser assentados nas regiões onde vivem.
- 35- Criação de um Fórum Nacional sobre a questão amazônica, com a participação de todas as entidades da sociedade brasileira e dos povos da floresta, para definir uma política justa de utilização e preservação.
- 36- Demarcação de todas as reservas indígenas, respeitando sua cultura, e reassentamento imediato de todos os pequenos posseiros e arrendatários que vivem em áreas indígenas, em regiões próximas.
- 37- Implantação de políticas de estímulo à preservação do meio ambiente, à recuperação e conservação do solo e ao reflorestamento nos assentamentos, com apoio creditício e recursos.

### **Justiça no Campo**

- 38- Desapropriar as terras dos fazendeiros mandantes ou executores de assassinatos contra trabalhadores, lideranças e religiosos.
- 39- Apuração imediata e punição de todos os assassinatos de trabalhadores, lideranças e religiosos, nomeando-se procuradores do Estado, para acompanhar os processos (artigo 127 da CF), e determinando-se a ação da Polícia Federal contra os latifundiários assassinos e mandantes (artigo 144 da CF).
- 40- Apuração imediata e punição de todos os casos de tortura contra trabalhadores rurais praticados por latifundiários, seus pistoleiros e por autoridades (conforme determina o artigo 5º, item XLIII da CF).
- 41- Que o Ministério da Justiça e do Trabalho investiguem e tomem as providências necessárias em todas as ocorrências de trabalho escravo em

fazendas, e que essas áreas sejam desapropriadas para fins de Reforma Agrária.

## **INCRA**

42-Subordinação do INCRA diretamente à Presidência da República.

43- Determinar a complementação do orçamento do INCRA, para garantir a implantação das medidas propostas acima.

44- Criação de Conselhos Deliberativos no INCRA e demais órgãos públicos envolvidos com a Reforma Agrária, com a participação paritária dos trabalhadores rurais.

**Fonte:** Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), v. 23, n. 2, maio/ago. 1993.

## ANEXO 5

### Diferenças Existentes Entre o Cooperativismo Tradicional e o Cooperativismo Alternativo do MST

	<b>Cooperativismo Tradicional</b>	<b>Cooperativismo do MST</b>
1- Caráter sociedade	Empresa econômica	Político (visa a transformação da empresa econômica – buscar melhorar as condições de vida dos associados)
2- Finalidade	Comércio (circulação da mercadoria)	Produção (organização da produção, da roça até a industrialização)
3- Organização do trabalho	Produção familiar individual ou empresa familiar	Produção familiar cooperativada (visa incentivar e desenvolver a cooperação).
4- Base da Cooperativa	Trabalha com os interessados (os associados)	Trabalha com todos associados e não associados.
5- Valorização do associado	Vale se der retorno econômico, por isto procura SELECIONAR os associados. É excludente.	Visa ser MASSIVA. Trabalha para não perder os associados. Por isto busca forma de os incluir.
6- Classe dos associados	Pluriclassista (grandes e pequenos na mesma cooperativa). Na prática beneficia mais os grandes.	Uniclassista (só pequenos). Algumas colocam estatutariamente limite de área de terra para se associar.
7- Distribuição das sobras	Normalmente não distribui. É reinvestido na cooperativa. Algumas chegam a não corrigir o capital dos sócios para aumentar o capital da cooperativa.	Deve ser distribuído para o associado em dinheiro (retorno direto) ou em serviços por eles decidido (retorno indireto).
8- Direção	Legal (presidencial).	Coletiva com responsabilidades pessoal. A direção legal fica em segundo plano.
9- Poder dos associados para defender seus interesses	Através da escolha da Direção	Através dos NÚCLEOS (discutem antes).
10- Organização cooperativista	Filiação a OCB e as OCEs.	Construir um espaço alternativo.
11- Método	Apresentar proposta prontas ou induzir para que os associados assumam os planos da direção.	Dar condições para os associados descobrir, perceber.
12- Núcleos	Instrumento da Direção. Procuram cooptar o líder para ele passar os interesses da direção. Funciona de cima para baixo.	Ferramenta para construir a organicidade. Funciona de baixo para cima.
13- Acesso a informação	Baixo.	Alto.
14- Participação dos associados	Baixa	Alta.
15- Planejamento	De cima para baixo.	De baixo para cima.
16- Formação	Técnica.	Política-ideológica e técnica.

17- Associado	Um por família (empresa), isto é, o chefe (normalmente o homem).	A mulher, o homem (casal) e os filhos maiores que trabalham em casa.
18- Desenvolvimento	Conforme a cabeça dos dirigentes.	Conforme um Projeto de Desenvolvimento Regional.
19- Participação na luta	Econômica.	Política (solidariedade) e econômica.
20- Projetos ou planos	Através de “pacotes”. Já vem prontos e são apresentados para serem aprovados.	Os associados participam da elaboração.
21- Rotação de dirigentes	Baixa.	Deve investir na formação de novos dirigentes.
22- Preocupação com a viabilidade	Da cooperativa (cada vez mais se tornam uma empresa de capital).	Do conjunto dos associados.

**Fonte:** CONCRAB. **Sistema Cooperativista dos Assentados.** Caderno de Cooperação Agrícola, n. 5, 2ª ed. São Paulo: CONCRAB, 1998.